

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO - SRP N° 005/2026

(Itens: Ampla Concorrência e Exclusivo para Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte EPP e Microempreendedores Individuais - MEI)

A **FUNDAÇÃO UNIRG**, torna público que se encontra aberto nesta instituição licitação na modalidade **PREGÃO**, forma **ELETRÔNICO**, para formação de **REGISTRO DE PREÇOS**, que será regida pela Lei Federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021, Decreto Federal n° 11.462, de 31 de março de 2023, Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, Decreto Federal n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, Resolução TCE/TO n° 181/2015, Decreto Municipal n° 1.589 de 26 de dezembro de 2023, e demais exigências previstas neste Edital e seus anexos.

Horário e Local para abertura da Licitação

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO - SRP N° 005/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO N° 149/2026

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO

ORÇAMENTO NÃO SIGILOSO

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 20/04/2026 às 08:50 h (Horário de Brasília)
ABERTURA DA SESSÃO: 20/04/2026 às 09:00 h (Horário de Brasília)
LOCAL: Aplicativo no website: www.portaldecompraspublicas.com.br

Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Observação: Não havendo expediente na Fundação UNIRG ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data definida, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação em contrário.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para Futura, Eventual e Parcelada **Aquisição de Materiais e Insumos Hospitalares**, destinados a assegurar a continuidade dos serviços assistenciais da Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24h de Gurupi/TO, visando ao atendimento das demandas vinculadas ao Primeiro Termo Aditivo ao Convênio n° 01/2025, celebrado entre a Fundação UnirG e o Município de Gurupi/TO, conforme condições, quantitativo estimado e descrição constantes no Termo de Referência-Anexo I deste Edital.

1.2. A descrição detalhada do(s) item (ns) consta(m) no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, tendo as Licitantes interessadas em participar desta Licitação, que analisá-los cuidadosamente, pois que, em caso de divergência entre o mesmo e a especificação divulgada pelo site: www.portaldecompraspublicas.com.br, prevalecerá à descrição do Termo de Referência para efetivação da contratação.

1.3. A licitação será dividida em **ITENS**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3.1. Não será permitido Propostas com quantitativos menores do que o previsto no Termo de Referência;

1.4. O objeto deverá atender, no que couber, às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade ambiental, industrial,

ABNT, INMETRO, ANVISA, legislações específicas, etc, atentando-se a Proponente, principalmente para as prescrições do artigo 39, inciso VIII da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

1.5. É vedada à subcontratação do objeto deste Edital, sob pena de anulação da contratação, sem prejuízo da aplicação de penalidade prevista.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do **Anexo III** e nas condições previstas neste Edital e no Termo de Referência.

2.2. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam no Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.

2.3. A existência de preços registrados não obriga a Fundação UnirG a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste processo licitatório as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto da licitação que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira, dentre outras constantes deste Edital e seus Anexos, e esteja devidamente cadastrada no Portal de Compras Públicas(www.portaldecompraspublicas.com.br).

3.1.1. Quanto aos **Itens Exclusivos**, poderão participar apenas as licitantes que se enquadrarem como Microempresa - ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedor Individual - MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008 e que cumprirem as exigências constantes neste Instrumento convocatório, **sem prejuízo de participação quanto aos Itens para Ampla Concorrência**.

Ampla Concorrência: itens 79, 80 e 81 os demais itens todos exclusivos.

3.2. É vedado a qualquer credenciado representar mais de uma proponente no mesmo item.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. **Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:**

3.4.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

3.4.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.4.3. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

3.4.3.1. A participação de empresas em recuperação judicial e extrajudicial, somente será permitida se comprovada, respectivamente, a aprovação ou a homologação do plano de recuperação pelo juízo competente e apresentada certidão emitida pelo juízo da recuperação, que ateste a aptidão econômica e financeira para o certame.

3.4.4. Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as

situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria (art. 9º, §§ 1º e 2º da Lei 14.133/2021);

3.4.4.1. As vedações de que trata o subitem anterior estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;

3.4.5. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.4.5.1. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem o item anterior poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.4.5.2. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.4.6. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.4.7. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta nos termos do artigo 156, III, §4º e artigo 156, IV, §5º da Lei nº 14.133, de 2021;

3.4.7.1. O impedimento de que trata o subitem anterior será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante;

3.4.8. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.4.9. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, quando comprovado que a participação simultânea no certame tenha por finalidade ou efeito a frustração do caráter competitivo da licitação ou a simulação de competição, inclusive por meio de combinação de propostas ou de lances.

3.4.9.1. A configuração da situação descrita no item anterior dependerá de análise concreta da Administração, com base em vínculos societários, similaridade de atuação no mercado, padrões de lances e demais elementos de prova que indiquem atuação coordenada para restrição à competitividade.

3.4.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.4.11. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio (conforme justificativa contido no Termo de Referência).

3.4.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.4.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar

pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.4.14. Profissionais organizados sob a forma de cooperativa, que não cumpram as condições deste edital;

3.4.15. Pessoas físicas, conforme justificativa contida no Termo de Referência.

3.4.16. Os impedimentos acaso existentes deverão ser declarados pela empresa proponente. A não observância das vedações contidas neste item é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita à pena de responsabilidades administrativa, civis e penais cabíveis, conforme legislação vigente.

3.5. Da Participação de Profissionais Organizados sob a Forma de Cooperativa

3.5.1. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de um cadastro prévio, adquirindo *login* e senhas pessoais (intransferíveis), obtidas junto ao Portal de Compras Públicas, por meio do endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.2. As licitantes deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no Sistema de Licitações de Pregão Eletrônico. Sendo sócio-proprietário ou dirigente da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à Fundação UNIRG e ao Portal de Compras Públicas qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. O credenciamento junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal da licitante e de seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.4. O *login* e a senha poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado, por iniciativa desta Fundação e do sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, devidamente justificada, ou em virtude de sua inabilitação.

4.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

5.1. Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão, qualquer pessoa poderá impugnar o Ato Convocatório e/ou apresentar pedido de esclarecimento, sob pena de decadência do direito de fazê-lo administrativamente.

5.2. Os pedidos de impugnação e de esclarecimentos deverão ser realizados exclusivamente na forma eletrônica, conforme determina a Lei, através do site provedor do sistema, www.portaldecompraspublicas.com.br.

5.3. A impugnação não possui efeito suspensivo. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.

5.4. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, na forma do art. 55, §1º da Lei 14.133/2021.

5.5. Caberá à pregoeira receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais e auxílio dos responsáveis pela elaboração desses documentos.

5.6. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.7. As respostas aos pedidos de impugnação e de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

6. DO PROCEDIMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO

6.1. Da Apresentação da proposta de preços e dos documentos de habilitação

6.1.1. Os documentos relativos à **Habilitação** deverão ser enviados/anexados ao portal **juntamente com a Proposta, ou seja, no mesmo momento.**

6.1.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública;

6.1.3. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema que:

- a) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- c) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- c) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- d) O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- e) O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

f.1) Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

f.2) Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

f) Cumpre ao que determina a Lei Geral de Proteção de Dados 13.709, de 14 de agosto de 2.018, que versa sobre o correto tratamento conferido aos dados pessoais de terceiros, pessoas naturais ou jurídicas, tanto em meio físico quanto em meio digital, conforme art. 1º da Lei 13.709/2018”.

6.1.4. A falsidade das declarações de que trata o item anterior sujeitará a licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

6.1.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta de preços, até a abertura da sessão pública.

6.1.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.1.7. Serão consideradas inválidas propostas e/ou documentos de habilitação apresentados por quaisquer outros meios.

6.1.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.1.8.1. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de até **2 (duas) horas**, contadas da convocação registrada no sistema, sob pena de inabilitação.

6.1.8.2. O prazo poderá ser prorrogado pela pregoeira, mediante solicitação justificada da licitante, formulada dentro do prazo inicialmente concedido, desde que a prorrogação não comprometa a celeridade do procedimento, decisão esta que será registrada em ata.

6.1.9. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, documentos e lances.

6.1.9.1. Caberá à licitante acompanhar todas as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.1.10. Nos preços ofertados mediante o cadastro da proposta, no sistema eletrônico, serão considerados obrigatoriamente:

a) Preço unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;

b) Marca, modelo, fabricante (no que couber);

c) Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão deste pregão eletrônico.

c.1) Caso a licitante não tenha colocado em sua Proposta de Preços o prazo de validade da mesma, será considerado como tal 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão deste pregão eletrônico.

d) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, prazo de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.1.10.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.1.10.2. Em razão do previsto no art.15, inciso III, letras a e b, do Decreto Municipal 1.589/2023,

NÃO há possibilidade de preços diferentes para o mesmo item.

6.1.10.3. A apresentação da proposta por parte da licitante significa o pleno conhecimento e sua integral concordância com o disposto neste edital e seus anexos.

6.1.10.4. Nos preços ofertados pela licitante no cadastro de sua proposta no sistema já deverão estar inclusas todas as despesas que possam influenciar nos custos, tais como: despesas de custo com transporte, seguro, frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza, bem como todos os ônus diretos.

6.1.10.5. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

6.1.11. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.2. Da abertura da Sessão e do Critério julgamento das propostas de preços

6.2.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data e horários previstos no preâmbulo deste edital.

6.2.2. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas se está em conformidade com os requisitos estabelecidos no Termo de Referência e neste instrumento convocatório, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

6.2.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2.2. A apresentação de proposta acima do orçamento estimado para a contratação não resultará na desclassificação sumaria, ficando a referida análise relegada à fase seguinte à apresentação de lances, se houver, e/ou posterior à negociação.

6.2.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.4. A pregoeira efetuará o julgamento das propostas pelo critério tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

6.2.5. A não desclassificação da proposta não implica em sua aceitação definitiva, que deverá ser levada a efeito após o seu julgamento definitivo conforme definido neste Edital.

6.3. Dos Lances

6.3.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.3.2. A licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo **o intervalo mínimo de diferença de R\$ 0,01 (um centavo de real)**, o qual incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.3.3. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro.

6.3.4. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

6.3.5. Para efeito da disputa na Sessão de Lances, os preços deverão ser cotados com o ICMS, taxas, impostos, fretes e outras despesas, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para a Fundação UNIRG/Universidade de Gurupi - UnirG.

6.4. Do modo de disputa

6.4.1. Será adotado para o envio de lances na licitação o **MODO DE DISPUTA ABERTO**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.4.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.4.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.4.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.4.5. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.4.6. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.

6.4.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.4.8. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.5. Da Desconexão do Sistema na Etapa de Lances

6.5.1. No caso de o sistema eletrônico desconectar para a pregoeira no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, retomando a pregoeira quando possível sua atuação na sessão, sem prejuízo dos atos realizados.

6.5.2. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a 10(dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente **decorridas 24h (vinte e quatro horas)** após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico portaldecompraspublicas.com.br.

6.6. Do Critério de Desempate

6.6.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.6.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.6.3. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.6.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem

de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.6.5. O tratamento diferenciado de que trata o subitem 7.6.1 não será aplicado às licitações cujo item seja de valor estimado superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos da legislação em vigor, ainda que as potenciais beneficiárias sejam qualificadas como ME, EPP ou equiparada.

6.6.6. A licitante caracterizada como ME, EPP ou equiparada não poderá fazer uso do tratamento diferenciado de que trata o subitem 7.6.1 se, no ano-calendário de realização da licitação, tiver receita bruta total superior à limite máximo admitido para o enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto na Lei Complementar n° 123, de 2006, e na legislação tributária aplicável, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 4º da Lei n° 14.133, de 2021.

6.6.6.1. A verificação do enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte será realizada com base nas informações constantes do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, da certidão simplificada da Junta Comercial e/ou de outros documentos oficiais, bem como nas declarações prestadas pela própria licitante, sob as penas da lei.

6.6.7. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.6.8. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n° 14.133, de 2021, nesta ordem:

- a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- e) Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I. Empresas brasileiras;

II. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

III. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n° 12.187, de 29 de dezembro de 2009;

IV. Empresas estabelecidas no Estado do Tocantins, na forma da legislação específica aplicável: Decreto Municipal n° 1.327/2025 de 26 de setembro de 2025;

6.6.9. Persistindo o empate, após esgotados os critérios estabelecidos no subitem anterior, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

6.7. Da Negociação

6.7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

6.7.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.7.3. O prazo para negociação será definido pela Pregoeira, observado o prazo mínimo de 10 (dez) minutos contados da solicitação.

6.7.4. A licitante que não se manifestar no chat quanto a oferta do valor de negociação no prazo estipulado pela Pregoeira, poderá a critério deste ser desclassificado.

6.7.5. Em licitações que nao terminem no mesmo dia, é responsabilidade da licitante

acompanhar o certame nos demais dias quantos forem necessários, sem necessidade de comunicação por outro meio que não seja o chat.

6.8. Da Aceitabilidade e Julgamento da Proposta Vencedora e da Amostra

6.8.1. Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira examinará a proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto, e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.8.2. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência, ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

6.8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado pela Administração, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.8.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.8.4. Para os fins do disposto no item 6.8.2., considera-se **vício sanável**, entre outras as seguintes medidas:

- I** - A complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- II** - O desatendimento de exigências meramente formais e que não comprometam a compreensão do conteúdo da proposta;
- III** - Aquele cujo defeito não altera a substância da proposta;
- IV** - A atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas;
- V** - A juntada extemporânea de declarações firmadas pelo próprio licitante; ou
- VI** - A juntada extemporânea de documento não entregue, porém preexistente e passível de comprovar o atendimento de condição pelo licitante, mas que, por equívoco ou falha, não foi apresentado em momento oportuno.

6.8.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

6.8.6. A pregoeira poderá realizar diligências para sanar os vícios de que trata o subitem 6.8.4. deste Edital, mediante despacho fundamentado registrado em ata.

6.8.7. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta, ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada no sentido de:

- a) Apurar se há algum risco na viabilidade da execução do objeto ofertado, se a licitante está em dia com suas obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas;
- b) Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta; e
- c) Solicitar à licitante maiores esclarecimentos sobre a dimensão da sua proposta e de onde obterá proveito econômico, sua efetiva exequibilidade, bem como declaração expressa de que assume eventuais prejuízos ao longo de futura relação contratual a ser firmada, de maneira que possíveis pedidos de modificação contratual posterior sejam analisados atentamente, a fim de que não sejam utilizados como expediente para corrigir distorções nos preços contemplados na proposta vencedora.

6.8.8. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de

diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro horas de antecedência)**, e a ocorrência será registrada em ata;

6.8.8.1. Os documentos complementares à proposta, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de até **2 (duas) horas**, contadas da convocação registrada no sistema, sob pena de inabilitação.

6.8.8.2. O prazo poderá ser prorrogado pela pregoeira, mediante solicitação justificada da licitante, formulada dentro do prazo inicialmente concedido, desde que a prorrogação não comprometa a celeridade do procedimento, decisão esta que será registrada em ata.

6.8.9. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Pregoeira.

6.8.10. A Administração poderá solicitar carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor.

6.8.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.8.12. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.8.13. A Pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.8.14. Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.8.15. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.8.16. Após o encerramento da análise da conformidade das propostas e dos lances, o pregoeiro disponibilizará no sistema os documentos da proposta apresentados pelo licitante classificado em primeiro lugar.

6.8.17. Qualquer licitante poderá, de forma imediata, após o término do julgamento das propostas, manifestar em campo próprio do sistema sua intenção de recorrer em face das decisões proferidas nessa fase processual, sob pena de preclusão.

6.8.17.1. Ao término do julgamento das propostas, será concedido na sessão pública o prazo de **10 (dez) minutos** para que qualquer licitante manifeste, de forma imediata, em campo próprio do sistema, a intenção de recorrer de que trata o subitem anterior, de forma motivada, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos.

6.8.17.2. O prazo e a forma de apresentação das razões recursais deverão observar o disposto no **item 9** deste Edital.

6.8.18. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação da licitante classificada em primeiro lugar e dos aderentes de preços, se houver, observado o disposto neste edital.

6.8.19. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

6.8.20. **NÃO** será exigida apresentação de **AMOSTRA** neste Edital.

6.9. Da Proposta Atualizada

6.9.1. O prazo para envio da proposta atualizada ao último lance ofertado/negociado será de **até 3 (três) horas**, contadas da solicitação da pregoeira no sistema, observado o horário de Brasília.

6.9.1.1. Em situações excepcionais, devidamente justificadas pela licitante dentro do prazo inicialmente concedido, a pregoeira poderá prorrogar o prazo uma única vez, desde que a prorrogação não comprometa a celeridade e a segurança do certame, decisão esta que será registrada em ata.

6.9.1.2. A proposta atualizada e os documentos que trata o item anterior deverão ser anexados na plataforma eletrônica, não sendo aceitos mediante outro meio.

6.9.2. A proposta atualizada deverá ser apresentada digitada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, borrões, devidamente datada e assinada pelo representante legal da empresa (*se Procurador acompanhado da respectiva Procuração e documento de identificação com foto legível*), **podendo ser observado o modelo constante no Anexo II deste Edital, e conter expressamente:**

- a) Identificação do Pregão Eletrônico e número do Processo Licitatório;
- b) Razão Social da empresa, endereço completo, CEP, telefone, endereço de correio eletrônico, números do CNPJ e da inscrição Estadual e Municipal (se houver);
- c) Objeto geral do Pregão, indicação de ordem sequencial e numérica de cada item, bem como a respectiva quantidade conforme descrito no Termo de Referência-Anexo I deste Edital;
- d) O preço unitário e total para cada item cotado, em algarismos, e valor total da proposta em algarismos e por extenso, ambos em moeda corrente nacional, com até duas casas decimais;
- e) A descrição/especificação completa, detalhada e individualizada dos produtos ofertados de forma a demonstrar que atendem as especificações mínimas constantes no Termo de Referência-Anexo I deste Edital;
- f) Marca /origem/fabricante, número do lote (*conforme o caso*);
- g) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de sua apresentação na plataforma eletrônica;
- h) Prazo e forma de entrega do objeto, observando-se o disposto no Termo de Referência- Anexo I deste Edital;
- i) Forma de pagamento, observando-se o disposto neste Edital e/ou Anexos;
- j) Indicação do banco, número da conta e agência para fins de pagamento;
- k) Identificação com nome, dados pessoais, telefone para contato do responsável legal da empresa que assinará a Ata de Registro de Preços e/ou o Contrato, desde de este tenha poderes para tal ato em nome da proponente.

6.9.3. Na proposta atualizada não será admitida expressões vagas ou imprecisas, de maneira a não ensejar dúvidas e para demonstrar que o objeto ofertado atende corretamente às especificações técnicas constantes no Termo de Referência-Anexo I deste Edital.

6.9.4. Os itens constantes nas propostas que eventualmente não contemplem às especificações contidas no Termo de Referência-Anexo I deste Edital serão desconsiderados.

6.9.5. O não envio da proposta atualizada e demais documentos no prazo e forma/requisitos estipulados, ou o descumprimento de eventuais diligências determinadas pela Pregoeira, ou o abandono do certame acarretará na desclassificação da proposta, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório contra a Licitante.

6.9.6. Poderão ser admitidos, pela pregoeira, erros de naturezas formais, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

6.9.6.1. Podendo a pregoeira, no julgamento da habilitação e das propostas, sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O PREGOEIRO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, E AINDA NOS SEGUINTE CADASTROS:

7.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e o e o Cadastro Nacional de

Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/):

7.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido Conselho Nacional (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

7.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

7.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.5.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.5.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.5.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

7.5.2. Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n° 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

7.6. Caso atendidas as condições de participação constante no item 7.1, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá ter encaminhado, no mesmo momento em que foi enviada a Proposta, **OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PREVISTOS NO TERMO DE REFERÊNCIA** por meio do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica - tudo isso.

7.6.1. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.7. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de até **2 (duas) horas**, contadas da convocação registrada no sistema, sob pena de inabilitação.

7.7.1. O prazo poderá ser prorrogado pela pregoeira, mediante solicitação justificada da licitante, formulada dentro do prazo inicialmente concedido, desde que a prorrogação não comprometa a celeridade do procedimento, decisão esta que será registrada em ata.

7.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.10. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.11. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.12. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

7.12.1. Para Comprovação da HABILITAÇÃO JURÍDICA, a Licitante deverá apresentar os seguintes documentos: (Os documentos abaixo deverão estar acompanhados de todas as alterações contratuais ou da consolidação respectiva).

I - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

II - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

III - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

IV - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

V - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VI - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

VII - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971.

VIII - Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4.º, §2º do Decreto n.º 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

IX - Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

X - Cópia do documento de identidade oficial com foto e do CPF apenas do representante legal que assinará a proposta e/ou o contrato, quando tais informações não constarem de forma clara nos atos constitutivos ou em consulta eletrônica oficial.

X.1 - Em se tratando de licitação eletrônica, admite-se a apresentação de cópia simples digitalizada, cuja autenticidade poderá ser verificada pela Administração mediante diligência ou confronto com bases oficiais, quando necessário.

7.12.1.1. No caso de ME e EPP que queira usufruir dos benefícios da Lei Complementar federal n. 123/2006 e da Lei Complementar estadual n. 303/2022: certidão simplificada original da Junta Comercial da sede da licitante ou documento equivalente, além de declaração escrita, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte estando apta a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar n.º 123/2006;

7.12.2. Para a Comprovação da HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA a Licitante Deverá Apresentar:

a) Prova de Regularidade Fiscal Perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de Certidão Expedida Conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

b) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa de Débito Estadual ou

Distrital;

c) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa de Débito Municipal ou Distrital, do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente na forma da Lei;

d) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, **que comprove inexistência de débito perante o FGTS;**

e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF (conforme o caso);

f) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **estadual ou municipal**, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

g) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida através do site www.tst.jus.br/certidão, de acordo com a Lei nº 12.440, de 07/07/2011, como Prova de Inexistência de Débitos perante a Justiça do Trabalho, ou outra que tenha a mesma comprovação na forma da lei.

7.12.2.1. Para a regularidade fiscal, Social e trabalhista, será aceita certidão positiva com efeito de negativa.

7.12.2.2. Caso a Licitante seja considerado isento de tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual ou da Fazenda Municipal do domicílio ou sede da mesma, ou outra equivalente que demonstre tal isenção.

7.12.3. Para HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA a licitante deverá apresentar:

a) Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial e/ou de Recuperação Extrajudicial ou Concordata, na forma da Lei nº 11.101/05, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de no máximo 60 (sessenta) dias anteriores à publicação do primeiro aviso desta licitação, exceto se houver prazo de validade fixada na respectiva certidão.

a.1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b.1 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício, no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º);

b.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

b.3 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

b.4 *“Nos termos do art. 1.078 da Lei Federal 10.406/02 (Lei do Código Civil), o prazo para apresentação, formalização e registro do balanço é até o quarto mês seguinte ao término do exercício (final de abril) para empresas com regime de Lucro Presumido e Simples Nacional e no caso de empresas com regime tributário de lucro real, o prazo é até o final de junho, conforme Instrução Normativa da Receita Federal 787/2007.” (Acórdão 2669/2013-Plenário, TC 008.674/2012-4, relator Ministro Valmir Campelo, 02/10/2013.);*

b.5 De acordo com o Boletim de Jurisprudência 524 de 03/02/2025 - TCU, o Microempreendedor Individual (MEI), ainda que dispensado da elaboração de balanço patrimonial nos termos do Código Civil, para que possa participar de licitação regida pela Lei 14.133/2021 deverá apresentar o Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, para demonstrar a aptidão econômica para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato.

7.12.4. Para comprovação da HABILITAÇÃO TÉCNICA, os licitantes deverão apresentar:

a) ALVARÁ DE LICENÇA SANITÁRIA, expedido pelo órgão competente do Município ou

Estado ou Distrito Federal onde for domiciliado o licitante, devidamente válido na forma da legislação específica vigente;

b) Autorização de Funcionamento de Empresa - AFE da empresa licitante, quando exigível, emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

b1) Quando a empresa licitante atuar na condição de distribuidora ou revendedora e não estiver sujeita à obtenção de AFE própria, será admitida:

1) a apresentação da AFE do fabricante; e

2) documento que comprove a relação comercial entre a licitante e o fabricante (como declaração do fabricante, contrato de distribuição ou documento similar), bem como a regularidade da licitante perante o órgão de vigilância sanitária local.

c) Certificado de Registro do Produto no Ministério da Saúde, vigente, publicado no Diário Oficial da União, ou o Certificado de Registro emitido pela **ANVISA** (se for o caso).

c.1). No caso de produto **isento de registro**, deverá ser apresentado o documento comprobatório da isenção expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, devidamente válido na forma da legislação específica vigente, ou cópia da respectiva publicação no Diário Oficial da União,

c.2). No caso de produto **notificado**, deverá ser apresentado o Comprovante de Notificação do Produto, expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, devidamente válido na forma da legislação específica vigente, ou cópia da respectiva publicação no Diário Oficial da União.

d) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

d.1) Considerando a natureza crítica do objeto, consistente na aquisição de medicamentos destinados ao atendimento assistencial em unidade de saúde, e com vistas a assegurar a qualidade, a segurança, a eficácia e a rastreabilidade dos produtos a serem fornecidos, será exigida da empresa contratada a apresentação do **Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento de Medicamentos e Insumos Hospitalares (CBPDA)**, válido e vigente, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, ou por autoridade sanitária competente, quando aplicável.

d.2) A exigência fundamenta-se, especialmente, na Resolução RDC nº 430, de 08 de outubro de 2020, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e Transporte de Medicamentos, estabelecendo requisitos técnicos e operacionais obrigatórios aos agentes da cadeia logística.

d.2.1) O atendimento às referidas normas visa assegurar que o fornecedor opere em conformidade com padrões sanitários reconhecidos nacionalmente, reduzindo riscos relacionados à integridade, estabilidade, rastreabilidade e eficácia dos medicamentos fornecidos.

7.12.5. DA DECLARAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL

7.12.5.1. Em se tratando de empresa optante pelo Simples Nacional, a mesma deverá encaminhar a declaração de opção, para fins de não incidência na fonte do IRPJ a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme determina o Decreto Municipal nº 1032 de 18/08/2023.

7.13. Das Disposições Gerais de Habilitação

7.13.1. As licitantes deverão apresentar todos os documentos de habilitação, referentes à habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, econômico-financeira, sob pena de inabilitação. **Ainda que sejam qualificadas como ME, EPP ou MEI e tenha alguma restrição fiscal ou trabalhista.**

7.13.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como ME, EPP ou MEI seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

7.13.3. Caso conste a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado à licitante o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora.

7.13.4. Tal prazo poderá ser prorrogado por igual período, quando requerido pela licitante, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, exceto nos casos de urgência na contratação ou de prazo insuficiente para o empenho, devidamente justificados no processo (art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar nº 155/2016 e Lei Complementar nº 155/2016).

7.13.5. A não-regularização fiscal ou trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação das licitantes remanescentes para a assinatura da ARP/Contrato, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação (art. 43, § 2º da Lei Complementar nº 123/2006).

7.13.5.1. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra licitante qualificada como I/MEI com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

7.13.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, a licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

7.13.6.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.13.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferente do constante nos documentos enviados, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.13.7.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.13.7.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.13.8. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser datados dos últimos 60 (sessenta) dias da data prevista para a abertura da sessão, quando não tiver prazo estabelecido pelo órgão competente expedidor ou por outra norma legal.

7.13.9. A falta de quaisquer dos documentos ou o descumprimento das exigências previstas nos subitens anteriores implicará a inabilitação da licitante.

7.13.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira poderá, a seu critério, suspender a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.13.11. Todo e qualquer documento que assim o possibilite poderá, a critério da pregoeira ter a sua autenticidade e/ou validade aferida via internet, no que couber.

7.13.12. A verificação pela pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.13.12.1. Caso a pregoeira não tenha êxito na obtenção da certidão correspondente por meio do sítio oficial (nos casos de certidão que demandem pagamento para extraí-la do site; certidão não disponível para consulta por terceiros ou nos casos de problemas técnicos no sítio eletrônico), questionará (via *chat*) se a licitante possui o documento válido e regular. Se a resposta for positiva, solicitará o envio do documento atualizado. Em caso de não encaminhamento, a licitante será inabilitada.

7.14. Da apresentação de documento posterior

7.14.1. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência de que trata o art. 64 da Lei nº 14.133, de 2021, para:

- a) para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.14.2. Para os fins previstos no subitem anterior, não caracteriza como substituição ou a apresentação de novo documento a diligência realizada:

I - Para sanar o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante;

II - A hipótese da juntada extemporânea de documento não entregue, porém passível de comprovar o atendimento de condição pré-existente à época da abertura do certame, pela licitante, mas que, por equívoco ou falha, não foi apresentado em momento oportuno (acórdão TCU 1211/2021- Plenário).

8. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

8.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

8.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

8.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

8.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

8.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

8.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

9. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente **adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.**

10. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

10.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o pregoeiro deverá elaborar um breve relatório contendo os fatos ocorridos no procedimento e a proposta de adoção de uma das condutas do art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021:

I - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II - Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, resultante de fato superveniente devidamente comprovado;

III - Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV - Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

11. DO REGISTRO DE PREÇOS E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. O procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços observará as regras estabelecidas nos artigos 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e em especial as disposições previstas no Decreto Municipal nº 1.589, de 26 de dezembro de 2023.

11.2. Entende-se por órgão ou entidade participante do registro de preço aquele que participa dos procedimentos iniciais da contratação para registro de preços e que integra a Ata de Registro de Preços, cabendo-lhe as atribuições estabelecidas no art. 8º do Decreto Municipal nº 1.589/2023.

11.3. Os órgãos e/ou entidades participantes deste procedimento e as suas respectivas quantidades totais estimadas encontram-se no mapa estimativo “ANEXO I-A” deste edital.

12. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, a Fundação Unirg convocará a adjudicatária para assinar a ata de registro de preços, por meio eletrônico – e-mail que tiver sido cadastrado, no prazo de até 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da notificação, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sujeitando-se às

penalidades aludidas na Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

12.2. A ata de registro de preços poderá ser firmada por meio de assinatura digital.

12.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

12.4. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

12.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

12.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12.7. Decorrido o prazo de validade da proposta, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

12.8. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do **item 12.6** deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente previstas neste Edital.

13. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

13.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

13.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

13.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original;

13.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

13.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

13.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

13.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

13.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

13.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto Municipal nº 1.589/23.

13.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

13.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

13.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ORGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

14.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento, desde que cumpridos os requisitos descritos no §§ 2º, 3º, 4º e 5º do art. 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e no art. 31 do Decreto nº 1.589/ 2023, *devendo ser observadas as disposições no Termo de Referência - Anexo I e Cláusula específica Ata de Registro de Preços - Anexo III.*

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA FORMA DE PAGAMENTO

15.1. As descrições detalhadas relativas a Dotação Orçamentaria e Forma de Pagamento estão contidas no *Termo de Referência - Anexo I e Cláusula específica Ata de Registro de Preços - Anexo III.*

16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1. Não será exigida a garantia de execução prevista no art. 96 da Lei 14.133, de 2021.

17. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

17.1. As descrições detalhadas relativas às condições de entrega, fiscalização, recebimento e de demais obrigações estão contidas *no Termo de Referência - Anexo I e Cláusula específica Ata de Registro de Preços - Anexo III.*

18. DAS SANÇÕES E DAS PENALIDADES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

18.1. Das sanções e das penalidades para o caso de inadimplemento deverão ser observadas as elencadas no *Termo de Referência - Anexo I e na Cláusula específica Ata de Registro de Preços - Anexo III.*

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja

comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [<https://unitransparencia.unirg.edu.br/licitacoes>] e no **Portal de Compras Públicas**.

19.10. O foro da cidade de Gurupi/TO, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será o designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes da presente licitação e da aplicação do presente Edital.

19.11. São partes integrantes do presente Edital:

- **Anexo I: Termo de Referência e Anexo;**
- **Anexo I-A: Quadro de descritivo dos produtos e valor máximo aceitável;**
- **Anexo II: Modelo de Proposta de Preço Atualizada;**
- **Anexo III: Minuta da Ata de Registro de Preços;**
- **Anexo IV: Minuta de Contrato.**

Gurupi - TO, aos 06 dias do mês de abril de 2026.

MARIA ADRIANA
CAVALCANTE
PEREIRA:833887
29115

Assinado de forma
digital por MARIA
ADRIANA CAVALCANTE
PEREIRA:83388729115
Dados: 2026.04.06
15:27:58 -03'00'

Maria Adriana Cavalcante Pereira
DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
FUNDAÇÃO UNIRG

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

DEMANDANTE

Fundação UNIRG

Unidade: Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h)

Responsável: Roberto Costa Xavier

E-mail: upa@unirg.edu.br

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto a o Registro de Preços para Futura, Eventual e Parcelada **Aquisição de Materiais e Insumos Hospitalares**, destinados a assegurar a continuidade dos serviços assistenciais da Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24h de Gurupi/TO, visando ao atendimento das demandas vinculadas ao Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 01/2025, celebrado entre a Fundação UnirG e o Município de Gurupi/TO, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e em seus Anexos.

1.2. O quadro de Materiais e Insumos Hospitalares, contendo as especificações técnicas do(s) item(ns) a ser(em) adquirido(s), a(s) sua(s) quantidade(s) e outras informações encontra-se em Anexo a este Termo de Referência **(ANEXO I-A)**.

1.3. O objeto pretendido neste Sistema de Registro de Preços desta contratação é caracterizado como comuns, com características e especificações usuais de mercado.

1.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

1.5. Não será permitido ao licitante:

- a)** Oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto no Anexo I-A, deste Termo de Referência (proposta parcial);
- b)** Preços diferentes para o mesmo item a ser licitado.

1.6. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS CONTRATOS

1.6.1. A vigência da ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua publicação no PNCP, cabendo a prorrogação por igual período, ou seja, até dois anos de vigência de acordo com o artigo 84 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, podendo ser renovados os quantitativos originários, desde que comprovado o preço vantajoso e os benéficos para a Administração.

1.6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

1.6.3. O prazo de duração dos contratos, decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da própria ata (previsto no subitem 1.6), estando aquele primeiro submetido ao disposto no art. 105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

1.6.4. O instrumento do contrato conterà o detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Conforme elencado na descrição da necessidade dos Estudos Técnicos Preliminares, e nos seguintes:

2.2. O presente Termo de Referência fundamenta-se na necessidade de viabilizar a execução do convênio que tem por objeto a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a gestão administrativa, técnica e operacional da Unidade de Pronto Atendimento Márcia Mucky, localizada no Setor Jardim Pauliceia, em Gurupi/TO.

2.2.1. A referida unidade presta atendimento de urgência e emergência em nível de complexidade intermediária, funcionando de forma ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, realizando acolhimento com classificação de risco, atendimento por equipe multiprofissional, estabilização de pacientes, investigação diagnóstica inicial e

encaminhamento aos serviços de referência, quando necessário. Trata-se, portanto, de serviço essencial à garantia do direito fundamental à saúde da população.

2.2.2. Nesse contexto, a presente demanda justifica-se pela necessidade contínua de assegurar o regular abastecimento de materiais e insumos hospitalares indispensáveis à manutenção das atividades assistenciais desenvolvidas na UPA 24h, garantindo a continuidade, a segurança, a eficiência e a qualidade dos serviços prestados aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

2.2.3. Destaca-se, ainda, que a CONVENIENTE, na condição de Instituição de Ensino com atuação na área da saúde, contribui significativamente para o fortalecimento das ações assistenciais por meio da ampliação de estágios acadêmicos supervisionados por preceptores das diversas áreas, promovendo a integração ensino-serviço e colaborando para a formação qualificada de profissionais de saúde.

2.2.4. Dessa forma, a contratação pretendida revela-se necessária e adequada para assegurar o pleno funcionamento da unidade, bem como para atender ao interesse público envolvido na prestação contínua e eficiente dos serviços de saúde à população.

2.3. Outro ponto que merece destaque é que, com o registro dos preços, ocorre a facilidade no controle de estoque e evita-se o vencimento ou a danificação dos materiais que eventualmente não forem utilizados. Assim, somente serão utilizando recursos financeiros necessários para atenderem as demandas que forem surgindo.

2.4. Justificadamente, opta-se por se realizar licitação, em virtude do exato enquadramento das necessidades e dos requisitos fundamentais para utilização desse procedimento, nos termos da Lei 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO-SE O CICLO DE VIDA DO OBJETO.

3.1. A “Descrição da Solução como um todo”, se encontra no Estudo Técnico Preliminar, vinculado a este Termo de Referência.

3.2. CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.2.1. Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o exame do **ciclo de vida** deve ser realizado ainda na fase de planejamento e constar, obrigatoriamente, no Termo de Referência. Assim sendo, é possível informar que:

- I.** O ciclo de vida do objeto compõe todas as etapas da cadeia de produção, desde a extração da matéria prima até o descarte final do produto. A análise do ciclo de vida considera o impacto ambiental do produto em todos os seus estágios (desde a extração da matéria prima, seu processamento para transformação em produto, transporte, uso/reuso/reciclagem, até o seu descarte final), visando a minimizar ao máximo o dano ambiental.
- II.** Os ciclos de vida dos Materiais e Insumos Hospitalares já nascem com data prevista para ser retirado do mercado. É o que se denomina de absolência planejada ou simplesmente trajetória completa.
- III.** Com o desenvolvimento das pesquisas, aparecem cada vez mais, novos produtos, que contribuem para aumentar a expectativa de vida do homem. No entanto, ciclo de vida dos Materiais e Insumos Hospitalares disponíveis atualmente, têm diminuído; isso, porque nas últimas décadas, são pouquíssimos os que têm seu ciclo alargado. Assim, os materiais em questão devem atender aos usuários de forma eficaz e sustentável, cumprindo-se as normas e regulamentações aplicáveis.
- IV.** Também deve ser considerada a melhor relação custo-benefício disponível para a satisfação do interesse público. *In casu*, tal relação se dá através da licitação por Registro de Preços, considerando-se que a perda dos citados produtos (como vencidos), é sobretudo onerosa para a Administração interessada na aquisição.

3.2.2. Logo, a aquisição dos **Materiais e Insumos Hospitalares** e o uso do Sistema de Registro de Preços para o presente caso, possuem aptidão para refletir na vantajosidade da solução apresentada.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os “Requisitos da Contratação” encontram-se descritos no Estudo Técnico Preliminar, além dos seguintes:

4.2. SUSTENTABILIDADE

4.2.1. O fornecimento dos itens relacionados neste procedimento deverá nortear-se, no que couber, pelo Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União - Advocacia-Geral da União - AGU, e posteriores atualizações.

4.2.2. Cumprir, no que couber, as exigências do inciso XI, art. 7º da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS.

4.3. SUBCONTRATAÇÃO:

4.3.1. **NÃO** será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

4.4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.5.1. Na presente Contratação **NÃO** haverá indicação de marcas/modelos para o fornecimento objeto deste Termo de Referência.

4.5.2. Para a contratação **NÃO** haverá vedação ou restrição à utilização de marca/produto para o fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

4.6. DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE

4.6.1. **NÃO** será exigida Carta de Solidariedade emitida pelo fabricante.

4.7. DA APLICAÇÃO DE LICITAÇÃO EXCLUSIVA (Art. 48, inc. I e III, da LC n. 123/06) E DA JUSTIFICATIVA A NÃO APLICABILIDADE DE RESERVA DE COTA

4.7.1. Ressalta-se que neste procedimento a licitação terá itens **Ampla Concorrência e Exclusiva para Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedores Individuais - MEI.**

4.7.2. Quanto aos **Itens Exclusivos**, poderão participar apenas as licitantes que se enquadrarem como Microempresa - ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedor Individual - MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008 e que cumprirem as exigências constantes neste Instrumento convocatório, **sem prejuízo de participação quanto aos Itens para Ampla Concorrência, assim, justifica-se a não aplicabilidade de reserva de cota para os itens 79, 80 e 81.**

4.7.2.1. **Itens de Ampla Concorrência: 79, 80 e 81, os demais itens todos exclusivos.**

4.8. DA PARTICIPAÇÃO DE PESSOA FÍSICA

4.8.1. Pelas características da contratação não será admitida a participação de pessoa física.

4.9. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM REGIME DE CONSÓRCIO.

4.9.1 A vedação da participação de empresas em consórcio se justifica em razão da natureza Comum do objeto licitado, que pode ser prontamente atendido por um grande número de empresas de forma individual. Essa medida visa evitar a formação de oligopólios ou monopólios, fomentar a competição saudável, promover a transparência e responsabilização, além de reduzir potenciais conflitos de interesse. Dessa forma, busca-se garantir uma licitação mais competitiva, eficiente e em conformidade com os princípios fundamentais da Administração Pública.

4.10. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS.

4.10.1. **NÃO** será exigida do licitante Amostra dos produtos.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.1.1. A contratação com o detentor da ata será formalizada pelo órgão ou entidade participante, observado o disposto neste Edital, Termo de Referência e na Ata de Registro de Preço.

5.2. DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA O OBJETO

5.2.1. O(s) produto(s) será(ão) entregue(s) de acordo com as especificações deste Termo e com as seguintes condições:

5.2.1.1. O objeto deverá ser entregue, de forma parcelada, conforme determinação da Fundação UNIRG da Fundação

UNIRG, no ato da ordem de compra, na **Unidade de Pronto Atendimento – UPA**, localizada na Avenida Fernando de Noronha, nº 322, no Setor Jardim Pauliceia, CEP 77.433-270, Gurupi/TO.

5.2.1.2. O prazo de entrega do objeto **não poderá ultrapassar 10 (dez) dias corridos**, contados a partir da assinatura do pedido de compras emitido pela Central de Compras e Licitações da Fundação UNIRG, salvo a ocorrência de calamidade pública, perturbação da ordem, greves ou por outro motivo que a Administração venha a aceitar e considere-o como justo.

5.2.1.2.1. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao órgão contratante solicitação de prorrogação de prazo de entrega, na qual deverão constar o motivo do não cumprimento do prazo, com devida comprovação.

5.2.1.2.2. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo órgão na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando a empresa sobre a decisão proferida, no prazo de 3 (três) dias.

5.2.1.2.3. Em caso de aceitação da solicitação de prorrogação de prazo de entrega e uma vez comprovada a necessidade de prorrogação, a contratante poderá conceder o prazo adicional máximo para a entrega de igual período ao estabelecido inicialmente no subitem 5.2.1.2., a contar da data de notificação da decisão quanto ao aceite do pedido de prorrogação.

5.2.1.2.4. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e não sendo cumprido o prazo inicial concedido, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas em Termo de referência e Edital.

5.2.1.3. Todas as despesas relativas a entrega e transporte dos objetos licitados, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da Ata de Registro de Preços correrão por conta exclusiva da contratada.

5.3. DA FORMA DE AQUISIÇÃO

5.3.1. O Objeto será solicitado de forma parcelada conforme necessidade da Universidade de Gurupi - UnirG, não estando a Administração obrigada a adquirir o quantitativo total registrado.

5.4. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

5.4.1. Ao serem entregues os **Materiais e Insumos Hospitalares**, iniciar-se-á a etapa de verificação se o mesmo está de acordo com as especificações e características descritas no pedido/solicitação de compra, bem como no Termo de Referência e/ou na Proposta Atualizada, sendo posteriormente aferida a conformidade e testada sua entrega e, no que couber, o seu perfeito funcionamento.

5.4.2. O Órgão Gerenciador se reserva no direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que estiver em desacordo com as especificações e condições contratuais, bem como aquele que não esteja dentro do padrão de qualidade e/ou apresente irregularidades.

5.4.3. Os recebimentos do objeto do contrato, tanto na condição de provisórios, quanto definitivos, deverão ser realizados conforme o disposto no art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e da seguinte maneira:

5.4.3.1. Provisoriamente: em até 03 (três) dias úteis, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência e acompanhados da devida Nota Fiscal, devendo, neste momento, ser realizada conferência inicial por responsável e, uma vez identificada a conformidade com as especificações técnicas, o canhoto da Nota Fiscal será assinado;

5.4.3.2. Definitivamente: em até 03 (três) dias úteis, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

5.4.4. A Fundação UNIRG rejeitará os fornecimentos executados em desacordo com o Termo de Referência e Edital. Ainda que, após o recebimento definitivo, for constatado que o fornecimento foi executado em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, sendo a FORNECEDORA notificada para que providencie a correção necessária dentro dos prazos estipulados.

5.4.4.1 O objeto contratual poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato. Assim, uma vez constatadas irregularidade(s) no objeto entregue, a CONTRATANTE poderá:

a) Se disser respeito à especificação e/ou qualidade do material fornecido: rejeitá-lo, determinando sua substituição **em até 05 (cinco) dias úteis**, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) Na hipótese de substituição: a FORNECEDORA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Órgão requisitante de imediato, contados da notificação por escrito, mantidos os preços propostos e registrados.

b.1) A FORNECEDORA deverá fazer a reposição dos itens que não preencham as especificações, no **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de devolução; sendo que, em caso de não aceitação dos Materiais e Insumos Hospitalares, a devolução (incluindo-se: o frete) será por conta da mesma (Fornecedora).

5.4.5. Não será admitida a entrega parcial ou incompleta do material; e a FORNECEDORA será obrigada a atender a quantidade solicitada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

5.4.6. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

a) Das Embalagens: os produtos deverão ser entregues nas embalagens originais, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, nem aderência ao produto, sem umidade e nem inadequação de conteúdo; devendo, tais embalagens, ser identificadas, com as condições de temperatura exigidas em rótulo e com número do registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde (se preciso for).

a.1) Das embalagens externas: devem apresentar condições corretas de armazenamento dos produtos quanto à temperatura, umidade, ao empilhamento, ressalvado o direito do Órgão Gerenciador de promover a devolução do produto, que não esteja em condições seguras para armazenagem.

a.2) No caso dos termolábeis: devem ser recebidos em caixas térmicas (isopor ou equivalente), com controle de temperatura, lacração e devidamente resfriados.

a.3) Os objetos entregues deverão estar acondicionados de forma compatível com sua conservação, em embalagens lacradas pelo fabricante.

a.4) As embalagens primárias individuais dos Materiais e Insumos Hospitalares (tais como: ampolas, *blisters*, *strips* e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade (quando for determinado por normativa).

b) Dos rótulos e bulas: Todos os Materiais e Insumos Hospitalares, nacionais ou importados, devem constar nos rótulos e bulas (se for o caso) - o número de lote, a data de fabricação e validade, o nome do responsável técnico, número do registro, dentre outras informações e tudo mais que for necessário para estar conforme a Legislação Sanitária e de acordo com o artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros regulamentos.

c) Responsável técnico: as embalagens devem apresentar o nome do responsável pela fabricação do produto, com o respectivo número do Conselho Regional no qual o profissional é inscrito. O registro do profissional deve ser, obrigatoriamente, o mesmo da unidade federada onde a fábrica está instalada.

d) Do Lote: os números dos lotes devem estar especificados na Nota Fiscal por quantidade de cada Material e Insumo entregue.

e) Prazo de Validade: Somente serão aceitos os Materiais e Insumos Hospitalares que, por ocasião de sua entrega, apresentarem no **mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de seu prazo de validade ainda vigente. Nos casos em que o prazo total for superior a 12 (doze) meses**, por exemplo: se o medicamento possui validade de 24 (vinte e quatro) meses, deverá possuir, no mínimo, 18 (dezoito) meses, contados da data de fabricação, quando da entrega.

f) Transporte: O transporte dos Materiais e Insumos Hospitalares deve ser feito conforme indicado para os respectivos produtos e com proteção quanto a pó e variações de temperatura, sendo que, no caso de produtos termolábeis (os quais tendem a decompor-se sob a influência do calor), a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto.

f.1) A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela aplicação da Logística Reversa dos resíduos existentes, nos termos da Lei nº 12.305/2010.

5.4.7. Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao fornecimento do objeto, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, e sem ônus para a CONTRATANTE.

5.4.8. O recebimento por parte do Órgão Solicitante não modifica, restringe ou elide a plena responsabilidade da Detentora de fornecer produtos de acordo com as condições e especificações contidas no Termo de Referência, e nem invalida qualquer reclamação que o Órgão venha a fazer em virtude de posterior constatação do objeto defeituoso ou fora de especificação, garantida a faculdade de troca/reparação às expensas da CONTRATADA.

5.4.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/21, comunicando-se à empresa/fornecedora para providenciar a emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.4.10. DA GARANTIA, CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.4.10.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento definitivo do objeto, sem prejuízo de outra garantia complementar fornecida pelo licitante/fabricante em sua proposta comercial.

5.4.10.2. De acordo com o artigo 119 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, o CONTRATADO será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais empregados no **prazo**

máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantida o preço inicialmente registrado para o objeto caso venha a ser recusado.

5.4.10.3. Das Condições de manutenção e Assistência técnica: não se aplica.

5.4.10.4. Para fins de comprovação do prazo de garantia, poderão ser exigidos:

- a) Certificado de Garantia do Fabricante do produto, desde que o período da garantia seja igual ou superior ao exigido neste Termo de Referência;
- b) Documento emitido pelo fabricante autorizando o fornecedor a ofertar prazo de garantia superior ao estipulado no certificado original, quando aplicável.

6. OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR, DO CONTRATANTE E CONTRATADO

6.1. Os direitos e obrigações do órgão gerenciador, do detentor da ata e dos órgãos e entidades participantes são aqueles previstos na Ata de Registro de Preço.

6.2. Celebrado o contrato em decorrência da ARP, os órgãos e entidades participantes passam a ser designadas como “Contratantes” e o detentor da ata como “Contratado”, e estão sujeitos às obrigações descritas neste Termo de Referência.

6.3. São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o instrumento convocatório e seus Anexos;
- b) Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- c) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- d) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, e atestar, através de servidor responsável, a(s) Nota(s) Fiscal(is) emitidas pela CONTRATADA;
- e) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/21;
- f) Providenciar a assinatura e a publicação do Contrato e arcar com as despesas de publicação do extrato deste Contrato;
- g) Receber provisória e definitivamente o objeto solicitado e efetivamente entregue;
- h) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;
- i) Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e no instrumento convocatório;
- j) Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- k) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- l) Nos termos do art. 123 da Lei nº 14.133/21, a Administração tem o dever de decidir questões contratuais que lhe são apresentadas; então, caso não tenha sido estabelecido, o prazo para resposta Administrativa (emissão de Decisão), será de 1 (um) mês;
- m) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, conforme dispõe o inciso XI do art. 92 da Lei nº 14.133/21;
- n) Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação as novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
- o) Notificar os emitentes das garantias, se houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º, art. 137, da Lei nº 14.133/21;
- p) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- q) Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com o valor contratado, mantendo atualizada a listagem de preços que contemplem o objeto, devendo realizar, periodicamente, pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade do contrato;
- r) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA desde que não haja impedimento legal para o ato.

6.4. São obrigações do CONTRATADO:

6.4.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes do instrumento convocatório e em seus Anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da efetiva execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir:

- a)** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, observando-se os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade ambiental, industrial, ABNT, INMETRO, ANVISA, legislações específicas, etc., atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90);
- b)** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto;
- c)** Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade à mera fiscalização ou ao acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- d)** Indicar Preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para toda a gestão do contrato;
- e)** Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- f)** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, tributárias, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato, ou quaisquer outros encargos que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto;
- g)** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na Lei nº 14.133/21, em seu art. 116;
- g.1)** A comprovação da reserva de cargos deverá se dar no prazo fixado pelo fiscal do contrato, hipótese em que deverá indicar os empregados, que preencheram as referidas vagas, consoante o art. 116, Parágrafo único, da Lei nº 14.133/21.
- h)** Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- i)** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- j)** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatos e/ou fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/21;
- k)** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- l)** Comunicar imediatamente e por escrito à Administração, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada que possa influenciar no fornecimento do objeto, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- m)** Comunicar a CONTRATANTE da modificação de seu endereço ou informações de contato, sob pena de se considerar inteirada eventuais notificações realizadas no endereço constante no Contrato;
- n)** Consultar e certificar-se com antecedência junto ao(s) seu(s) fornecedor(es) quanto aos prazos de entrega do objeto, não cabendo a alegação de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte dele.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) gestor e fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, observando-se o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. COMPETE AO GESTOR DO CONTRATO:

7.4.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato, para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.4.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.4.3. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.4.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo CONTRATADO, com menção ao seu desempenho na execução contratual, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (no que couber).

7.4.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme for o caso.

7.4.5.1. Poderá haver mudança do profissional responsável pela a fiscalização, devendo a função ser exercida por servidor(es) designado(s) para tal finalidade. Tal representante do órgão, deverá registrar todas as ocorrências relacionadas com a entrega do objeto, determinando o que for necessário para a regularização de falhas observadas.

7.5. COMPETE AO FISCAL DO CONTRATO:

7.5.1. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.5.2. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.5.3. Quando identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.5.4. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que sejam adotadas as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.5.5. No caso de ocorrências, que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato deverá comunicar o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.5.6. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

7.5.7. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, se necessário for.

7.5.8. Caso ocorram descumprimentos das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.5.9. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

7.6. DISPOSIÇÃO ACERCA DO CONTRATO

7.6.1. O artigo 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, dispõe que o instrumento Contratual é obrigatório, e **este deverá ser expedido pelos órgãos participantes da Ata de Registro de Preços**, salvo nas hipóteses em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

7.6.2. Em caso de assinatura de contrato, os preços contratuais propostos somente poderão ser reajustados, se estiverem em conformidade com os itens 8.2. e 8.3 (a seguir) deste Termo de Referência (sobre reajuste/revisão) e, após a periodicidade de, no mínimo, 12 (doze) meses, conforme disposto na Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001 e eventuais alterações, sendo o prazo de reajustamento contado a partir da data de apresentação do orçamento estimado, com base na variação **do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E**.

7.7. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL:

7.7.1. O prazo de vigência da contratação será definido quando da assinatura do contrato (se houver), na forma do artigo 105 da Lei Federal nº14.133, de 2021, estando sua eficácia condicionada à divulgação no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP, nos termos do art. 94 da mesma lei.

7.8. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

7.8.1. Eventuais alterações contratuais rege-se-ão pela disciplina do Art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.8.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO, REAJUSTE, REVISÃO E EXTINÇÃO

8.1. DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1.1. Pelos materiais adquiridos e efetivamente entregues, este Órgão Gerenciador pagará à Fornecedora, os preços constantes na sua Proposta Atualizada e na ARP, bem como no Contrato firmados, em conformidade com as condições fixadas previamente no Edital.

8.1.2. O pagamento será efetuado em conformidade com a determinação da DAF (Diretoria Administrativa e Financeira) da Fundação UnirG, contados da finalização da liquidação da despesa, através de rede bancária, após a confirmação da entrega do objeto, devidamente acompanhado da Nota Fiscal, depois de verificada a regularidade fiscal da Fornecedora/Detentora da ARP.

8.1.2.1. O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e vinculado à conta corrente.

8.1.3. A nota fiscal deverá estar acompanhada do respectivo Termo de Recebimento dos materiais, devidamente assinado por responsável da Fundação UNIRG.

8.1.4. Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a CONTRATANTE, a seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

8.1.4.1. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.1.5. A CONTRATANTE não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, qualquer compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

8.1.6. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CONTRATADA, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

8.1.7. Fica expressamente estabelecido que os preços contratados incluem os custos diretos e indiretos para a completa entrega dos materiais licitados.

8.1.8. Nenhum pagamento será efetuado a licitante vencedora enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, que poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

8.1.9. A CONTRATADA, durante toda a execução do contrato, deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.1.10. Constatada a situação de irregularidade em quaisquer das certidões e, se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a CONTRATADA será notificada, por escrito, sem prejuízo do pagamento pelo objeto já executado, para, no prazo de 03 (três) dias úteis, regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, em processo administrativo instaurado para esse fim específico.

8.1.10.1. O prazo para regularização ou encaminhamento de defesa de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez e por igual período, a critério da CONTRATANTE.

8.1.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência do

prestador, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.1.12. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE, em decisão fundamentada, deverá aplicar a penalidade cabível nos autos do processo administrativo correspondente.

8.2. DO REAJUSTE

8.2.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de 1 (um) ano, contado da data da elaboração do valor estimado da contratação.

8.2.2. Após o interregno de 1 (um) ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do § 7º do art. 25 da Lei 14.133/21.

8.2.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro ano, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.2.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.2.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.2.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.2.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.2.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8.3. DA REVISÃO

8.3.1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, por acordo entre as partes, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

8.3.2. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.3.3. A contratante responderá o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da solicitação.

8.3.4. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

8.4. DA EXTINÇÃO

8.4.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

8.4.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do prazo fixado para o contrato.

8.4.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

8.4.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados

o contraditório e a ampla defesa.

8.4.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

8.4.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção, desde que não restrinja sua capacidade de concluir o contrato.

8.4.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

8.4.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

8.4.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133/21).

8.4.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

9. DA FORMA E DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. Tendo em vista que o objeto se enquadra como bem comum, a licitação processar-se-á pela modalidade pregão eletrônico e será dividida em itens, conforme tabela constante no Anexo I-A do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

9.2. O critério de julgamento adotado será o de **menor preço por item**, observadas as exigências contidas no Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto, como dispõe o art. 6º, inciso XLI, c/c inciso I, do art. 33 da Lei 14.133/21.

9.3. MODO DE DISPUTA

9.3.1. ABERTO, pois a combinação desse modo de disputa com os demais parâmetros, visa a seleção da proposta mais vantajosa para a Fundação UNIRG, conforme artigo 11, inciso I, II e III da Lei Federal nº 14.133/21, uma vez que a Administração não fica “presa” a um tempo exíguo determinado e com as sucessivas prorrogações que o modo comporta, as chances de se obter uma proposta mais reduzida, em termos de valores, aumenta.

9.4. DA HABILITAÇÃO

9.4.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.4.1.1. Para Comprovação da Habilitação Jurídica, a Licitante deverá apresentar os seguintes documentos: (Os documentos abaixo deverão estar acompanhados de todas as alterações contratuais ou da consolidação respectiva).

I - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

II - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

III - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

IV - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

V - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VI - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial,

sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

VII - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

VIII - Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

IX - Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

X - Cópia autenticada do Documento de Identidade e do CPF dos sócios ou diretores.

9.4.1.2. No caso de ME e EPP que queira usufruir dos benefícios da Lei Complementar federal n. 123/2006 e da Lei Complementar estadual n. 303/2022: certidão simplificada original da Junta Comercial da sede da licitante ou documento equivalente, além de declaração escrita, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte estando apta a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006;

9.4.2. Para a Comprovação da habilitação Fiscal, Social e Trabalhista a Licitante Deverá Apresentar:

a) Prova de Regularidade Fiscal Perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de Certidão Expedida Conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

b) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa de Débito Estadual ou Distrital;

c) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa de Débito Municipal ou Distrital, do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente na forma da Lei;

d) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF (conforme o caso);

f) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

g) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida através do site www.tst.jus.br/certidão, de acordo com a Lei nº 12.440, de 07/07/2011, como Prova de Inexistência de Débitos perante a Justiça do Trabalho, ou outra que tenha a mesma comprovação na forma da lei.

9.4.2.1. Para a regularidade fiscal, Social e trabalhista, será aceita certidão positiva com efeito de negativa.

9.4.2.2. Caso a Licitante seja considerado isento de tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual ou da Fazenda Municipal do domicílio ou sede da mesma, ou outra equivalente que demonstre tal isenção.

9.4.3. Para Habilitação Econômico-Financeira a licitante deverá apresentar:

a) Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial e/ou de Recuperação Extrajudicial ou Concordata, na forma da Lei nº 11.101/05, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de no máximo 60 (sessenta) dias anteriores à publicação do primeiro aviso desta licitação, exceto se houver prazo de validade fixada na respectiva certidão.

a.1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b.1) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício, no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º);

b.2) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

b.3) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

b.4) De acordo com o Boletim de Jurisprudência 524 de 03/02/2025 - TCU, o Microempreendedor Individual (MEI),

ainda que dispensado da elaboração de balanço patrimonial nos termos do Código Civil, para que possa participar de licitação regida pela Lei 14.133/2021 deverá apresentar o Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, para demonstrar a aptidão econômica para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato.

9.4.4. Para comprovação da Documentação técnica, os licitantes deverão apresentar:

a) ALVARÁ DE LICENÇA SANITÁRIA, expedido pelo órgão competente do Município ou Estado ou Distrito Federal onde for domiciliado o licitante, devidamente válido na forma da legislação específica vigente;

b) Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) licitante emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

c) Certificado de Registro do Produto no Ministério da Saúde, vigente, publicado no Diário Oficial da União, ou o Certificado de Registro emitido pela ANVISA (se for o caso).

c.1) No caso de produto **isento de registro**, deverá ser apresentado o documento comprobatório da isenção expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, devidamente válido na forma da legislação específica vigente, ou cópia da respectiva publicação no Diário Oficial da União,

c.2) No caso de produto **notificado**, deverá ser apresentado o Comprovante de Notificação do Produto, expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, devidamente válido na forma da legislação específica vigente, ou cópia da respectiva publicação no Diário Oficial da União.

d) Da Qualificação Técnica

d.1) Considerando a natureza crítica do objeto, consistente na aquisição de medicamentos destinados ao atendimento assistencial em unidade de saúde, e com vistas a assegurar a qualidade, a segurança, a eficácia e a rastreabilidade dos produtos a serem fornecidos, será exigida da empresa contratada a apresentação do Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento de Medicamentos e Insumos Hospitalares (CBPDA), válido e vigente, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, ou por autoridade sanitária competente, quando aplicável.

d.2) A exigência fundamenta-se, especialmente, na Resolução RDC nº 430, de 08 de outubro de 2020, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e Transporte de Medicamentos, estabelecendo requisitos técnicos e operacionais obrigatórios aos agentes da cadeia logística.

d.2.1) O atendimento às referidas normas visa assegurar que o fornecedor opere em conformidade com padrões sanitários reconhecidos nacionalmente, reduzindo riscos relacionados à integridade, estabilidade, rastreabilidade e eficácia dos medicamentos fornecidos

9.4.5. DA DECLARAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL

9.4.5.1. Em se tratando de empresa optante pelo Simples Nacional, a mesma deverá encaminhar a declaração de opção, para fins de não incidência na fonte do IRPJ a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme determina o Decreto Municipal nº 1032 de 18/08/2023;

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. Depois de realizada a pesquisa de preços, o custo estimado da contratação é o constante na planilha do Anexo I-A ao Termo de Referência.

11. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Para procedimentos com a adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP, não se faz necessário indicar a dotação orçamentária nesse momento, posto que, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

11.2. A despesa decorrente da contratação, objeto desta licitação, correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento da Fundação UNIRG, com fonte de recurso própria ou de eventuais Convênios que se firmarem ao curso do processo.

11.3. O valor da contratação, está de acordo com o Plano de Contratações Anual e Lei Orçamentária Anual - **Ação (Projeto Atividade): COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DE SAÚDE PÚBLICA**
Fonte: 1.702.0000.000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU REPASSES DOS MUNICÍPIOS.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrava nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133 de 2021, a CONTRATADA que:

- a) Der causa à inexecução **total ou parcial** de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame
- c) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantivera proposta em especial quando:
 - c.1) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - c.2) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - c.3) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - c.4) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- d) Não celebrar o contrato ou deixar de entregar a documentação exigida dentro do prazo de sua proposta;
- d1) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração
- e) Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto sem motivo justificado;
- f) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- g) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza em especial quando;
 - h.1) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros: a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após a fase de lances.
- i) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- j) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Com apoio na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) **Advertência por escrito**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;
- b) **Multa** moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15% (quinze por cento);
 - b.1) **Multa** compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - b.2) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- c) **Impedimento de licitar e de contratar** com a Fundação UNIRG e o Município, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- d) **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) As peculiaridades do caso concreto
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”, e “d” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, Fundação Unirg, poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

12.7. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão própria da Fundação, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.8. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.9. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.11. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.13. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente.

12.14. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133/21, as empresas ou profissionais que:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133 de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO POR “NÃO PARTICIPANTES”

13.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento, desde que cumpridos os requisitos descritos nos parágrafos 2º, 3º, 4º e 5º do art. 86 da Lei Federal nº 14.133/21, bem como os requisitos previstos no Decreto Municipal nº 1.589/23.

13.2. No caso de Adesão para Aquisição emergencial de Materiais e Insumos Hospitalares por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, e consoante os termos do § 7º do artigo 86 da NLLC, para a adesão à Ata de Registro de Preços gerenciada pelo Ministério da Saúde, não haverá sujeição ao limite global previsto no § 5º da Lei nº 14.133/21.

13.3. Nos termos do § 8º do artigo 86 da Lei 14.133/21, é vedado aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal aderirem à Ata de Registro de Preços gerenciada (s) por órgão(s) ou entidade(s) estadual, distrital ou municipal.

13.4. O Órgão Aderente deverá responsabilizar-se pela realização de Termo de Adesão e arcar com as despesas de publicação do referido Termo.

13.5. Somente após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, é que o órgão ou a entidade não participante poderá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada, no prazo máximo de até 90 (noventa) dias, observando-se o prazo de vigência da Ata de Registro de Preço, consoante o § 2º do art. 31 do Decreto Federal nº 11.462/23.

13.6. O Órgão Aderente deverá:

13.6.1. Responsabilizar-se por atos relativos à cobrança do cumprimento pela Fornecedora das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador.

13.6.2. Observar o cumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.6.3. Notificar, formal e tempestivamente a Fornecedora/Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento da ARP, e sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

13.6.4. Prestar à Detentora/Fornecedora todos os esclarecimentos necessários à execução da Ata de Registro de Preços.

13.6.5. Emitir requisição/solicitação do objeto solicitado para entrega.

13.6.6. Informar a Fornecedora/Detentora da retirada da Nota de Empenho ou outro documento hábil para formalização contratual dos quantitativos solicitados à medida que for necessário.

13.6.7. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Fornecedora/Detentora da ARP, desde que não haja impedimento legal para o ato.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Órgão Gerenciador não está obrigado a adquirir a quantidade parcial do objeto adjudicado constante na Ata de Registro de Preços a ser firmada, vez que as quantidades contidas no Termo de Referência são estimativas de consumo.

14.2. A contratação futura não gera para a Fundação/Universidade de Gurupi - UnirG, qualquer vínculo de natureza trabalhista e/ou previdenciária, em relação aos empregados e prepostos da contratada, respondendo exclusivamente a Fornecedora por toda e qualquer ação trabalhista e/ou indenizatória por eles propostas, bem como pelo resultado delas.

14.3. A existência de preços registrados na ARP não obriga a Administração a firmar os fornecimentos que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada preferência do fornecimento à Fornecedora registrada em igualdade de condições.

Gurupi - TO, aos 10 dias do mês de março de 2026.

JOSÉ LUIZ DOS SANTOS GAUDIOSO
Diretor Acadêmico da Fundação UNIRG
Fundação UNIRG

ANEXO I - A

DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DOS QUANTITATIVOS MÍNIMOS E MÁXIMOS ESTIMADOS DO OBJETO

OBS.: Os quantitativos mínimos a serem adquiridos durante vigência da ARP de cada item será = 01

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÕES	TIPOS	UNID.	QUANT.	V. UNIT	V. TOTAL
1	269	ABAIXADOR LINGUA MADEIRA (TIPO PALITO PICOLE) PCT C/ 100UND - NAO ESTERIL, USO MEDICO, DESCARTAVEL E DE USO ÚNICO.	DESCARTÁVEL	PC	140	R\$ 13,27	R\$ 1.858,73
2	6965	AFASTADOR FARABEU 1,0CMX1,2CM PAR	DURÁVEL	PAR	2	R\$ 46,17	R\$ 92,34
3	6605	AGUA DESTILADA INJ 10 ML	DESCARTÁVEL	UN	22.000	R\$ 0,88	R\$ 19.542,60
4	7096	AGUA OXIGENADA CREMOSA 10 VOLUME 1 L	DESCARTÁVEL	FR	160	R\$ 13,27	R\$ 2.124,27
5	6269	AGULHA HIPODERMICA 13X4,5 CX C/100UN #	DESCARTÁVEL	CX	200	R\$ 14,66	R\$ 2.932,66
6	6271	AGULHA HIPODERMICA 25X7 CX C/100UN #	DESCARTÁVEL	CX	450	R\$ 15,30	R\$ 6.888,73
7	6273	AGULHA HIPODERMICA 25X8 CX C/100UN #	DESCARTÁVEL	CX	350	R\$ 14,83	R\$ 5.190,50
8	6352	LAMINA DE BISTURI N 20 ESTERIL ACO CARBONO ESTERILIZADO POR RAIOS GAMA CX C/ 100UN	DESCARTÁVEL	CX	15	R\$ 27,03	R\$ 405,55
9	6350	LAMINA DE BISTURI N 12 ESTERIL ACO CARBONO ESTERILIZADO POR RAIOS GAMA CX C/ 100UN	DESCARTÁVEL	CX	10	R\$ 26,16	R\$ 261,63
10	6351	LAMINA DE BISTURI N 15 ESTERIL ACO CARBONO ESTERILIZADO POR RAIOS GAMA CX C/ 100UN	DESCARTÁVEL	CX	10	R\$ 26,15	R\$ 261,51
11	285	ALCOOL ETILICO HIDRATADO 70 INPM EM FRASCO PLASTICO DE 1000 ML	DESCARTÁVEL	FR	1.600	R\$ 8,96	R\$ 14.341,28
12	3016	ALCOOL IODADO 1% (ANTI-SEPTICO) 1000ML	DESCARTÁVEL	FR	24	R\$ 25,39	R\$ 609,36
13	6276	ALGODAO HIDROFILO CONFECCIONADO C/ FIBRAS 100% ALGODAO 500G #	DESCARTÁVEL	RL	600	R\$ 29,05	R\$ 17.431,98
14	6106	ALMOTOLIA DE PLASTICO, COM TAMPA, CAPACIDADE PARA 250 ML, COMPOSTA DE TRES PARTES: BISNAGA, BICO ROSQUEADOR E TAMPA: CONFECCIONADA INTEIRAMENTE EM PLASTICO APROPRIADO, RESISTENTE, FLEXIVEL, BISNAGA INTEIRICA, COR AMBAR	DURÁVEL	UN	30	R\$ 8,29	R\$ 248,70
15	6353	LAMINA DE BISTURI N 22 ESTERIL ACO CARBONO ESTERILIZADO POR RAIOS GAMA CX C/ 100UN	DESCARTÁVEL	CX	15	R\$ 26,84	R\$ 402,64
16	6105	ALMOTOLIA DE PLASTICO, COM TAMPA, CAPACIDADE PARA 250 ML, COMPOSTA DE TRES PARTES: BISNAGA, BICO ROSQUEADOR E TAMPA: CONFECCIONADA INTEIRAMENTE EM PLASTICO APROPRIADO, RESISTENTE, FLEXIVEL, BISNAGA INTEIRICA, COR TRANSPARENTE	DURÁVEL	UN	30	R\$ 7,03	R\$ 211,05
17	6107	ALMOTOLIA DE PLASTICO, COM TAMPA, CAPACIDADE PARA 500 ML, COMPOSTA DE TRES PARTES: BISNAGA, BICO ROSQUEADOR E TAMPA: CONFECCIONADA INTEIRAMENTE EM PLASTICO APROPRIADO, RESISTENTE, FLEXIVEL, BISNAGA INTEIRICA, COR AMBAR	DURÁVEL	UN	30	R\$ 9,54	R\$ 286,20
18	6108	ALMOTOLIA DE PLASTICO, COM TAMPA, CAPACIDADE PARA 500 ML, COMPOSTA DE TRES PARTES: BISNAGA, BICO ROSQUEADOR E TAMPA: CONFECCIONADA INTEIRAMENTE EM PLASTICO APROPRIADO, RESISTENTE, FLEXIVEL, BISNAGA INTEIRICA, COR TRANSPARENTE	DURÁVEL	UN	30	R\$ 8,70	R\$ 261,00
19	6277	APARELHO DE BARBEAR SIMPLES C/ 02 LAMINAS CABO EM MATERIAL PLASTICO DESCARTAVEL C/ CABECA FIXA	DESCARTÁVEL	UN	60	R\$ 5,22	R\$ 313,60
20	6110	APARELHO DE PRESSAO ARTERIAL ESFIGMOMANOMETRO ADULTO #	DURÁVEL	UN	35	R\$ 83,48	R\$ 2.921,91
21	6705	LANCETAS PARA PUNCAO DIGITAL #	DESCARTÁVEL	UN	35.000	R\$ 0,08	R\$ 3.034,50

22	6355	LAMINA DE BISTURI N 24 ESTERIL ACO CARBONO ESTERILIZADO POR RAIOS GAMA CX C/ 100UN	DESCARTÁVEL	CX	15	R\$ 23,70	R\$ 355,57
23	15764	APARELHO PRESSAO ARTERIAL ESFIGMOMANOMETRO INFANTIL	DURÁVEL	UN	10	R\$ 41,16	R\$ 411,66
24	6354	LAMINA DE BISTURI N 23 ESTERIL ACO CARBONO ESTERILIZADO POR RAIOS GAMA CX C/ 100UN	DESCARTÁVEL	CX	15	R\$ 24,17	R\$ 362,67
25	6279	ATADURA DE CREPOM 10CMX45M ESTICADA 100% ALGODAO ELASTICA POROSA NAO ESTERIL 13 FIOS C/12UN #	DESCARTÁVEL	PC	500	R\$ 8,89	R\$ 4.445,00
26	6280	ATADURA DE CREPOM 15CMX45M ESTICADA 100% ALGODAO ELASTICA POROSA NAO ESTERIL 13 FIOS C/12UN #	DESCARTÁVEL	PC	350	R\$ 8,17	R\$ 2.859,50
27	6281	ATADURA DE CREPOM 20CMX45M ESTICADA 100% ALGODAO ELASTICA POROSA NAO ESTERIL 13 FIOS C/12UN	DESCARTÁVEL	PC	250	R\$ 9,68	R\$ 2.420,00
28	6282	AVENTAL CIRURGICO DESCARTAVEL C/ MANGA LONGA E PUNHO EM LATEX GRAMATURA 30 NA COR BRANCA TAM G #	DESCARTÁVEL	UN	2.600	R\$ 5,60	R\$ 14.560,00
29	6111	BANDAGEM TRIANGULAR PARA IMOBILIZACAO DE VITIMA COM TRAUMA DE CLAVICULA, MEBRO SUPERIOR E CABECA TAMANHO G	DESCARTÁVEL	UN	12	R\$ 18,07	R\$ 216,92
30	6112	BANDAGEM TRIANGULAR PARA IMOBILIZACAO DE VITIMA COM TRAUMA DE CLAVICULA, MEBRO SUPERIOR E CABECA TAMANHO M	DESCARTÁVEL	UN	12	R\$ 18,07	R\$ 216,92
31	6113	BANDAGEM TRIANGULAR PARA IMOBILIZACAO DE VITIMA COM TRAUMA DE CLAVICULA, MEBRO SUPERIOR E CABECA TAMANHO P	DESCARTÁVEL	UN	12	R\$ 15,91	R\$ 190,92
32	313	BANDEJA ACO INOX 20X17X15CM - INOX AISI 420, INDICADO PARA USO EM AUTOCLAVES (VAPOR E OXIDO DE ETILENO) E ESTUFAS. NAS MEDIDAS 20X17X15 CM.	DURÁVEL	UN	5	R\$ 49,24	R\$ 246,20
33	16058	LENÇOL DESCARTÁVEL PARA MACA TNT C/ELÁST 2,00X0,90 PCT C/10	DESCARTÁVEL	PC	500	R\$ 20,57	R\$ 10.287,50
34	3038	BANDEJA ACO INOX 22X06X13CM - INOX AISI 420, INDICADO PARA USO EM AUTOCLAVES (VAPOR E OXIDO DE ETILENO) E ESTUFAS. NAS MEDIDAS 22X06X13CM	DURÁVEL	UN	5	R\$ 25,81	R\$ 129,06
35	2923	BATERIA CMOS DE LITIO DE 3 V	DURÁVEL	UN	60	R\$ 20,48	R\$ 1.228,99
36	4006	BOLSA COLETOR DE URINA SISTEMA FECHADO 2 LITROS - PVC	DESCARTÁVEL	UN	650	R\$ 11,23	R\$ 7.304,89
37	468	LUVA CIRURGICA ESTERIL LATEX N.º 6.0 - CAIXA COM 50 PARES	DESCARTÁVEL	CX	40	R\$ 54,66	R\$ 2.186,66
38	15765	BOLSA COLETORA URINA SISTEMA ABERTO 2000ML	DESCARTÁVEL	UN	400	R\$ 9,07	R\$ 3.629,32
39	6115	BRACADEIRA TAMANHO ADULTO COM CIRCUNFERENCIA DE 18CM A 35CM, COM MANGUITO ISENTO DE LATEX, FECHO COM VELCRO PARA USO EXCLUSIVO EM APARELHO DE PRESSAO ANAEROIDE.	DURÁVEL	UN	16	R\$ 44,72	R\$ 715,62
40	3188	LUVA CIRURGICA ESTERIL LATEX N.º 6.5 - CAIXA COM 50 PARES	DESCARTÁVEL	CX	40	R\$ 85,12	R\$ 3.404,93
41	3189	LUVA CIRURGICA ESTERIL LATEX N.º 7.0 - CAIXA COM 50 PARES	DESCARTÁVEL	CX	40	R\$ 113,39	R\$ 4.535,86
42	15766	BRACADEIRA TAMANHO ADULTO EXTRA GRANDE CIRCUNFERENCIA 33 A 47CM C/ MANGUITO	DURÁVEL	UN	12	R\$ 68,11	R\$ 817,37
43	15767	BRACADEIRA TAMANHO INFANTIL CIRCUNFERENCIA 10 A 18CM C/ MANGUITO	DURÁVEL	UN	12	R\$ 18,29	R\$ 219,56
44	6967	CABO BISTURI N 03	DURÁVEL	UN	10	R\$ 28,76	R\$ 287,66
45	3190	LUVA CIRURGICA ESTERIL LATEX N.º 7.5 - CAIXA COM 50 PARES	DESCARTÁVEL	CX	40	R\$ 96,44	R\$ 3.857,86
46	6968	CABO BISTURI N 04	DURÁVEL	UN	10	R\$ 31,66	R\$ 316,66
47	3191	LUVA CIRURGICA ESTERIL LATEX N.º 8.0 - CAIXA COM 50 PARES	DESCARTÁVEL	CX	30	R\$ 143,14	R\$ 4.294,20
48	3192	LUVA CIRURGICA ESTERIL LATEX N.º 8.5 - CAIXA COM 50 PARES	DESCARTÁVEL	CX	30	R\$ 126,02	R\$ 3.780,60

49	6116	CABO LARINGOSCOPIO ADULTO	DURÁVEL	UN	3	R\$ 266,70	R\$ 800,12
50	3198	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO G (100 UN)	DESCARTÁVEL	CX	500	R\$ 20,00	R\$ 10.000,00
51	3199	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO M (100 UN)	DESCARTÁVEL	CX	2.200	R\$ 24,27	R\$ 53.412,26
52	6117	CABO LARINGOSCOPIO INFANTIL	DURÁVEL	UN	3	R\$ 254,05	R\$ 762,17
53	3200	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO P (100 UN)	DESCARTÁVEL	CX	2.000	R\$ 23,60	R\$ 47.213,40
54	4016	CAIXA ORGANIZADORA 10LT TRANSPARENTE PLASTICO	DURÁVEL	UN	20	R\$ 26,33	R\$ 526,66
55	4017	CAIXA ORGANIZADORA 20LT TRANSPARENTE PLASTICO	DURÁVEL	UN	15	R\$ 36,43	R\$ 546,45
56	4132	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO PP (100 UN)	DESCARTÁVEL	CX	1.200	R\$ 17,94	R\$ 21.528,00
57	334	CAIXA ORGANIZADORA 50LT TRANSPARENTE PLASTICO	DURÁVEL	UN	10	R\$ 60,57	R\$ 605,73
58	15776	MALHA TUBULAR 08CMX25M ROLO	DESCARTÁVEL	UN	5	R\$ 29,27	R\$ 146,36
59	6284	CAMPO CIRURGICO ESTERIL FENESTRADO 70 CM X 70 CM	DESCARTÁVEL	UN	260	R\$ 55,81	R\$ 14.512,34
60	6969	CANULA DE GUEDEL KIT 08 PECAS E ESTOJO	DURÁVEL	KIT	5	R\$ 62,90	R\$ 314,51
61	6125	CANULA DE TRAQUEOSTOMIA DESCARTAVEL N 06	DESCARTÁVEL	UN	5	R\$ 77,77	R\$ 388,87
62	15778	MALHA TUBULAR 12CMX25M ROLO	DESCARTÁVEL	UN	20	R\$ 29,46	R\$ 589,20
63	6126	CANULA DE TRAQUEOSTOMIA DESCARTAVEL N 07	DESCARTÁVEL	UN	5	R\$ 55,49	R\$ 277,46
64	6127	CANULA DE TRAQUEOSTOMIA DESCARTAVEL N 08	DESCARTÁVEL	UN	5	R\$ 56,05	R\$ 280,26
65	15777	MALHA TUBULAR 15CMX25M ROLO	DESCARTÁVEL	UN	20	R\$ 28,04	R\$ 560,86
66	6285	CATETER INTRAVENOSO 14G AGULHA C/ INTERIOR DE PAREDE FINA E PONTA OBLIQUA COR DO CANHAO PRETO 1" (25MM) AGULHA 0,55MM	DESCARTÁVEL	UN	400	R\$ 0,85	R\$ 342,68
67	6286	CATETER INTRAVENOSO 16G AGULHA C/ INTERIOR DE PAREDE FINA E PONTA OBLIQUA COR DO CANHAO PRETO 1" (25MM) AGULHA 0,55MM	DESCARTÁVEL	UN	600	R\$ 1,34	R\$ 808,02
68	3201	MARTELO NEUROLOGICO BUCK EM AÇO INOX, COM CABEÇA DUPLA DE BORRACHA, CONTENDO AGULHA E PINCEL EMBUTIDOS NO CABO PARA AVALIAÇÃO DE SENSIBILIDADE.	DURÁVEL	UN	15	R\$ 52,66	R\$ 789,94
69	6287	CATETER INTRAVENOSO 18G AGULHA C/ INTERIOR DE PAREDE FINA E PONTA OBLIQUA COR DO CANHAO ROSA 2" (50MM) AGULHA 0,90MM	DESCARTÁVEL	UN	5.000	R\$ 1,53	R\$ 7.650,00
70	6983	MASCARA AMBU ADULTO	DESCARTÁVEL	UN	20	R\$ 30,01	R\$ 600,20
71	6288	CATETER INTRAVENOSO 20G AGULHA C/ INTERIOR DE PAREDE FINA E PONTA OBLIQUA COR DO CANHAO PRETO 1" (25MM) AGULHA 0,55MM	DESCARTÁVEL	UN	25.000	R\$ 1,62	R\$ 40.500,00
72	6984	MASCARA AMBU INFANTIL	DESCARTÁVEL	UN	10	R\$ 22,61	R\$ 226,16
73	6289	CATETER INTRAVENOSO 22G AGULHA C/ INTERIOR DE PAREDE FINA E PONTA OBLIQUA COR DO CANHAO PRETO 1" (25MM) AGULHA 0,55MM	DESCARTÁVEL	UN	30.000	R\$ 0,96	R\$ 28.800,00
74	6290	CATETER INTRAVENOSO 24G AGULHA C/ INTERIOR DE PAREDE FINA E PONTA OBLIQUA COR DO CANHAO PRETO 1" (25MM) AGULHA 0,55MM	DESCARTÁVEL	UN	40.000	R\$ 1,25	R\$ 50.000,00
75	4050	CATETER NASAL OXIGENIO OCULOS ADULTO PVC ATOXICO FLEXIVEL CONECTOR POLIETILENO ABERTURA ASSEPTICA	DESCARTÁVEL	UN	600	R\$ 3,24	R\$ 1.944,00
76	6370	MASCARA CIRURGICA DESCARTAVEL BRANCA C/ ELASTICO, CAIXA C/ 50UN #	DESCARTÁVEL	CX	1.900	R\$ 11,72	R\$ 22.280,73
77	349	CATETER OXIGENIO TIPO OCULOS INFANTIL PVC ATOXICO SILICONADO ASPIROGENICO DESCARTAVEL C/10UN	DESCARTÁVEL	PC	30	R\$ 17,25	R\$ 517,50

78	6151	MASCARA DE ALTA CONCENTRACAO COM RESERVATORIO ADULTO. MASCARA COM RESERVATORIO; MODELO: ADULTO; NAO ESTERIL.	DESCARTÁVEL	UN	50	R\$ 7,73	R\$ 386,50
79	6635	CLORETO DE SODIO 0,9% SF 100 ML	DESCARTÁVEL	UN	60.000	R\$ 5,40	R\$ 324.000,00
80	6636	CLORETO DE SODIO 0,9% SF 250 ML	DESCARTÁVEL	UN	28.000	R\$ 6,22	R\$ 174.160,00
81	6638	CLORETO DE SODIO 0,9% SF 500 ML	DESCARTÁVEL	UN	19.000	R\$ 7,51	R\$ 142.690,00
82	6152	MASCARA DE OXIGENIO PEDIATRICA DE ALTA CONCENTRACAO MODELO PEDIATRICO COM TUBO DE 2 COM 2,10 M COM RESEVATORIO NAO ESTERIL	DESCARTÁVEL	UN	30	R\$ 6,65	R\$ 199,59
83	6810	CLORETO DE SÓDIO 20% 10 ML	DESCARTÁVEL	UN	600	R\$ 0,70	R\$ 422,82
84	351	CLOREXIDINA ALCOOLICA 0,5% 1L	DESCARTÁVEL	FR	48	R\$ 18,09	R\$ 868,47
85	6153	MASCARA LARINGEA DE SILICONE N 1.0	DESCARTÁVEL	UN	5	R\$ 20,50	R\$ 102,50
86	15746	CLOREXIDINA ALCOOLICA 2% 1L	DESCARTÁVEL	FR	48	R\$ 28,64	R\$ 1.375,11
87	6154	MASCARA LARINGEA DE SILICONE N 1.5	DESCARTÁVEL	UN	5	R\$ 21,73	R\$ 108,69
88	352	CLOREXIDINA DEGERMANTE 2% 1L	DESCARTÁVEL	FR	48	R\$ 32,67	R\$ 1.568,16
89	6292	COLETOR DE MATERIAL PERFURO CORTANTE 13 LT COMPOSTO DE PAPEL RESISTENTE E SACO PLASTICO RESISTENTE ALCA DUPLA P/ TRANSPORTE #	DESCARTÁVEL	UN	1.000	R\$ 5,64	R\$ 5.640,00
90	6128	COMADRE EM ACO INOX ACABAMENTO EM BRILHO CAPACIDADE PARA 2,5 L	DURÁVEL	UN	3	R\$ 245,53	R\$ 736,60
91	6295	COMPRESSA DE GAZE P/ CURATIVO CIRURGICO ESTERIL 15CM X 30CM CADA.	DESCARTÁVEL	UN	1.000	R\$ 2,83	R\$ 2.831,70
92	16657	COMPRESSA GAZE NÃO ESTERIL 7,5 X 7,5 CM COM 500 UNIDADES, 13 FIOS, 5 DOBRAS, 8 CAMADAS, 100% ALGODAO HEDROFOLIO	DESCARTÁVEL	PC	2.000	R\$ 33,20	R\$ 66.400,00
93	6130	CUBA REDONDA EM ACO INOX. BACIA PARA ASSEPSIA EM ACO INOXIDAVEL; DIMENSOES: 8 X 4 CM E 10 X 5 CM; CAPACIDADE: 150 ML E 300 ML	DURÁVEL	UN	5	R\$ 36,27	R\$ 181,36
94	6131	CUBA RIM INOX 26CMX12CM	DURÁVEL	UN	10	R\$ 64,63	R\$ 646,30
95	4453	DETERGENTE ENZIMATICO P/ ESTERELIZACAO COMPOSTO POR ENZIMAS 1LT	DESCARTÁVEL	FR	48	R\$ 35,07	R\$ 1.683,36
96	6297	DRENO DE TORAX RADIOPACO N 18	DESCARTÁVEL	UN	6	R\$ 6,38	R\$ 38,31
97	6298	DRENO DE TORAX RADIOPACO N 24	DESCARTÁVEL	UN	6	R\$ 7,78	R\$ 46,68
98	6299	DRENO DE TORAX RADIOPACO N 32	DESCARTÁVEL	UN	6	R\$ 8,65	R\$ 51,90
99	6156	MASCARA LARINGEA DE SILICONE N 2.5	DESCARTÁVEL	UN	5	R\$ 23,36	R\$ 116,83
100	6155	MASCARA LARINGEA DE SILICONE N 2.0	DESCARTÁVEL	UN	5	R\$ 20,07	R\$ 100,38
101	4057	ELETRODO DESCARTAVEL ADULTO PCT C/ 50UN TIPO GOTA DORSO ESPUMA GEL SOLIDO NAO ESTERIL DESCARTAVEL	DESCARTÁVEL	PC	350	R\$ 33,88	R\$ 11.858,59
102	6157	MASCARA LARINGEA DE SILICONE N 3.0	DESCARTÁVEL	UN	5	R\$ 25,93	R\$ 129,65
103	15769	EQUIPO FOTOSENSIVEL P/ BOMBA INFUSAO	DESCARTÁVEL	UN	300	R\$ 16,39	R\$ 4.917,99
104	6158	MASCARA LARINGEA DE SILICONE N 3.5	DESCARTÁVEL	UN	5	R\$ 24,45	R\$ 122,26
105	6300	EQUIPO MACROGOTAS P/ SOLUCAO VENOSA DE INFUSAO POR GRAVIDADE ESTERIL, EPIROGENICO, C/ TAMPA PROTETORA NA ENTRADA E SAIDA PONTA PERFURANTE TRANSPARENTE #	DESCARTÁVEL	UN	60.000	R\$ 1,18	R\$ 71.202,00
106	6159	MASCARA LARINGEA DE SILICONE N 4.0	DESCARTÁVEL	UN	5	R\$ 29,80	R\$ 149,01
107	3927	EQUIPO MICROGOTAS ESTERIL TUBO FLEXIVEL PVC 150CM	DESCARTÁVEL	UN	350	R\$ 1,38	R\$ 483,00
108	6160	MASCARA LARINGEA DE SILICONE N 4.5	DESCARTÁVEL	UN	5	R\$ 23,08	R\$ 115,41
109	6301	EQUIPO MULTIVIA C/CLAMP 2 VIAS	DESCARTÁVEL	UN	20.000	R\$ 1,61	R\$ 32.200,00
110	6161	MASCARA LARINGEA DE SILICONE N 5.0	DESCARTÁVEL	UN	5	R\$ 27,73	R\$ 138,66
111	6302	EQUIPO P/ BOMBA DE INFUSAO UNIVERSAL	DESCARTÁVEL	UN	100	R\$ 9,32	R\$ 932,33
112	6133	ESTETOSCOPIO PEDIATRICO DUPLO. AUSCULTADOR: DUPLO	DURÁVEL	UN	7	R\$ 27,46	R\$ 192,26
113	6304	ESCALPE N 21 CX C/100UN	DESCARTÁVEL	CX	20	R\$ 29,58	R\$ 591,66

114	6163	MASCARA LARINGEA DE SILICONE N 6.0	DESCARTÁVEL	UN	5	R\$ 24,12	R\$ 120,62
115	6305	ESCALPE N 23 CX C/100UN	DESCARTÁVEL	CX	40	R\$ 33,09	R\$ 1.323,73
116	6306	ESCALPE N 25 CX C/100UN	DESCARTÁVEL	CX	40	R\$ 31,70	R\$ 1.268,08
117	6307	ESCALPE N 27 CX C/100UN	DESCARTÁVEL	CX	30	R\$ 20,62	R\$ 618,69
118	6164	MASCARA PLASTICA PARA NEBULIZACAO ADULTO COM MANGUEIRA E RESERVATORIO.	DESCARTÁVEL	UN	30	R\$ 7,77	R\$ 233,19
119	6165	MASCARA PLASTICA PARA NEBULIZACAO INFANTIL COM MANGUEIRA E RESERVATORIO	DESCARTÁVEL	UN	25	R\$ 9,47	R\$ 236,83
120	3543	MASCARA PROTECAO KN95	DESCARTÁVEL	UN	8.000	R\$ 3,99	R\$ 31.970,40
121	4061	ESFIGMOMANOMETRO ADULTO - BRACADEIRA ANTIALERGICO VELCRO OBESO, PERA E VALVULA, COM ESTOJO PARA TRANSPORTE, MANOMETRO ANEROIDE EM ESCALA DE 0 A 300MMHG, MANGUITO DE BORRACHA VULCANIZADA DUAS SAIDAS	DURÁVEL	UN	10	R\$ 93,25	R\$ 932,58
122	15770	ESPAÇADOR MEDICAMENTOS AEROSSOL ADULTO E INFANTIL - MATERIAL PVC KIT CONTENDO MÁSCARA ADULTO E MÁSCARA INFANTIL.	DESCARTÁVEL	UN	24	R\$ 40,71	R\$ 977,04
123	392	ESPARADRAPO IMPERMEAVEL 10CM X 4,5M	DESCARTÁVEL	UN	2.200	R\$ 9,40	R\$ 20.683,74
124	6166	OCULOS DE PROTECAO COM LENTES EM POLICARBONATO INCOLOR, HASTES EM POM COM QUATRO NIVEIS DE REGULAGEM	DURÁVEL	UN	40	R\$ 4,11	R\$ 164,66
125	6132	ESTETOSCOPIO ADULTO DUPLO. AUSCULTADOR: DUPLO	DURÁVEL	UN	15	R\$ 27,58	R\$ 413,70
126	3623	OXIMETRO ADULTO DEDO DIGITAL OLED SPO2 35 A 100 - FREQ CARDIACA 30 A 240BPM - CURVA PLESTIMOGRFICA - CAPA PROTETORA E ESTOJO	DURÁVEL	UN	50	R\$ 86,61	R\$ 4.330,66
127	6976	ESTOJO INOX 18X0,8X0,3 INSTRUMENTAL CIRURGICO	DURÁVEL	UN	6	R\$ 70,45	R\$ 422,74
128	15771	FILTRO BACTEREOLÓGICO HMEF	DESCARTÁVEL	UN	15	R\$ 13,47	R\$ 202,07
129	15772	FILTRO BACTERIOLÓGICO HEPA	DESCARTÁVEL	UN	20	R\$ 18,94	R\$ 378,90
130	6167	PAPAGAIO EM ACO INOX CAPACIDADE 1 L	DURÁVEL	UN	3	R\$ 169,72	R\$ 509,16
131	6135	FIO GUIA PARA ENTUBACAO TAMANHOS: 10 FR (TUBOS DE 4,0 A 6,0 MM)	DURÁVEL	UN	10	R\$ 31,06	R\$ 310,66
132	6136	FIO GUIA PARA ENTUBACAO TAMANHOS: 14 FR (TUBOS DE 5,0 A 10,0 MM)	DURÁVEL	UN	10	R\$ 27,62	R\$ 276,20
133	6134	FIO GUIA PARA ENTUBACAO TAMANHOS: 6 FR (TUBOS DE 2,5 A 4,5 MM).	DURÁVEL	UN	10	R\$ 24,97	R\$ 249,76
134	6371	PAPEL GRAU CIRURGICO 150MM/100M	DESCARTÁVEL	RL	50	R\$ 115,40	R\$ 5.770,00
135	6329	FIO NYLON MONOFILAMENTO PRETO-CLASSE II ESTERIL (CUTICULAR) 0/0 C/ AGULHA 3,0CM 3/8 DE CIRCULO CX C/ 24UN	DESCARTÁVEL	CX	10	R\$ 71,07	R\$ 710,76
136	6372	PAPEL GRAU CIRURGICO 200MM/100M	DESCARTÁVEL	RL	50	R\$ 104,28	R\$ 5.214,25
137	6330	FIO NYLON MONOFILAMENTO PRETO-CLASSE II ESTERIL (CUTICULAR) 2/0 C/ AGULHA 2,0CM 3/8 DE CIRCULO CX C/ 24UN	DESCARTÁVEL	CX	10	R\$ 69,80	R\$ 698,00
138	6373	PAPEL GRAU CIRURGICO 300 MM/100M	DESCARTÁVEL	RL	10	R\$ 133,29	R\$ 1.332,90
139	6331	FIO NYLON MONOFILAMENTO PRETO-CLASSE II ESTERIL (CUTICULAR) 2/0 C/ AGULHA 2,5CM 1/2 DE CIRCULO CX C/ 24UN	DESCARTÁVEL	CX	10	R\$ 59,66	R\$ 596,66
140	6374	PAPEL GRAU CIRURGICO 400 MM/100M #	DESCARTÁVEL	RL	10	R\$ 173,41	R\$ 1.734,16
141	6332	FIO NYLON MONOFILAMENTO PRETO-CLASSE II ESTERIL (CUTICULAR) 2/0 C/ AGULHA 2,5CM 3/8 DE CIRCULO CX C/ 24UN	DESCARTÁVEL	CX	10	R\$ 52,75	R\$ 527,50
142	6333	FIO NYLON MONOFILAMENTO PRETO-CLASSE II ESTERIL (CUTICULAR) 2/0 C/ AGULHA 3,0CM 3/8 DE CIRCULO CX C/ 24UN	DESCARTÁVEL	CX	10	R\$ 41,82	R\$ 418,20
143	6334	FIO NYLON MONOFILAMENTO PRETO-CLASSE II ESTERIL (CUTICULAR) 3/0 C/ AGULHA 1,5CM 1/2 DE CIRCULO CX C/ 24UN	DESCARTÁVEL	CX	30	R\$ 45,50	R\$ 1.365,15
144	6335	FIO NYLON MONOFILAMENTO PRETO-CLASSE II ESTERIL (CUTICULAR) 3/0 C/ AGULHA 2,0CM 3/8 DE CIRCULO CX C/ 24UN	DESCARTÁVEL	CX	30	R\$ 52,21	R\$ 1.566,50

145	3219	PAPEL GRAU CIRURGICO ROLO BOBINA PARA ESTERILIZACAO 50MM X 100M	DESCARTÁVEL	UN	30	R\$ 50,88	R\$ 1.526,49
146	6336	FIO NYLON MONOFILAMENTO PRETO-CLASSE II ESTERIL (CUTICULAR) 3/0 C/ AGULHA 2,5CM 3/8 DE CIRCULO CX C/ 24UN	DESCARTÁVEL	CX	30	R\$ 47,33	R\$ 1.419,99
147	6337	FIO NYLON MONOFILAMENTO PRETO-CLASSE II ESTERIL (CUTICULAR) 3/0 C/ AGULHA 3,0CM 3/8 DE CIRCULO CX C/ 24UN	DESCARTÁVEL	CX	30	R\$ 62,49	R\$ 1.874,79
148	6338	FIO NYLON MONOFILAMENTO PRETO-CLASSE II ESTERIL (CUTICULAR) 3/0 C/ AGULHA 3,5CM 3/8 DE CIRCULO CX C/ 24UN	DESCARTÁVEL	CX	30	R\$ 53,77	R\$ 1.613,13
149	6986	PINCA ADSON C/ DENTE	DURÁVEL	UN	5	R\$ 20,11	R\$ 100,56
150	6339	FIO NYLON MONOFILAMENTO PRETO-CLASSE II ESTERIL (CUTICULAR) 5/0 C/ AGULHA 1,5CM 1/2 DE CIRCULO CX C/ 24UN	DESCARTÁVEL	CX	10	R\$ 57,27	R\$ 572,76
151	6987	PINCA ALLIS 15CM	DURÁVEL	UN	5	R\$ 30,16	R\$ 150,80
152	6341	FIO NYLON MONOFILAMENTO PRETO-CLASSE II ESTERIL (CUTICULAR) 5/0 C/ AGULHA 3,0CM 3/8 DE CIRCULO CX C/ 24UN	DESCARTÁVEL	CX	10	R\$ 57,24	R\$ 572,43
153	6988	PINCA ALLIS 21CM	DURÁVEL	UN	5	R\$ 29,88	R\$ 149,433
154	6342	FIO NYLON MONOFILAMENTO PRETO-CLASSE II ESTERIL (CUTICULAR) 6/0 C/ AGULHA 1,5CM 3/8 DE CIRCULO CX C/ 24UN	DESCARTÁVEL	CX	10	R\$ 67,44	R\$ 674,46
155	6343	FIO NYLON MONOFILAMENTO PRETO-CLASSE II ESTERIL (CUTICULAR) 6/0 C/ AGULHA 2,0CM 3/8 DE CIRCULO CX C/ 24UN	DESCARTÁVEL	CX	10	R\$ 69,32	R\$ 693,20
156	424	FIO SUTURA AGULHADO PRETO NYLON N.º 4-0 C/ AGULHA 1/2 CX C/ 24 UND - TIPO DE FIO DE SUTURA AGULHADO N.º 4-0; MATERIAL DO FIO NYLON, FORMA DA AGULHA 1/2 CIRC, COMPRIMENTO 45 CM, ESTERIL SIM	DESCARTÁVEL	CX	20	R\$ 60,81	R\$ 1.216,33
157	6344	FITA CREPE HOSPITALAR, ROLO C/ 19MM X 30MT	DESCARTÁVEL	UN	300	R\$ 3,43	R\$ 1.031,01
158	6989	PINCA ANATOMICA DENTE DE RATO 14CM	DURÁVEL	UN	5	R\$ 27,92	R\$ 139,61
159	6990	PINCA ANATOMICA DISSECCAO 14CM	DURÁVEL	UN	5	R\$ 26,96	R\$ 134,84
160	6345	FITA MICROPOROSA HIPOALERGENICA 10CM X 4,5M	DESCARTÁVEL	UN	300	R\$ 10,11	R\$ 3.035,49
161	6991	PINCA CHERON 24CM	DURÁVEL	UN	5	R\$ 54,79	R\$ 273,98
162	6346	FITA P/ AUTOCLAVE P/ PROCESSO DE ESTERILIZACAO A VAPOR, ROLO C/ 19MM X 30MT	DESCARTÁVEL	UN	200	R\$ 6,06	R\$ 1.212,66
163	15216	PINCA FOERTER RETA 16CM	DURÁVEL	UN	5	R\$ 56,12	R\$ 280,60
164	15773	FLEXENEMA 130ML	DESCARTÁVEL	UN	100	R\$ 19,74	R\$ 1.974,00
165	15774	FLUXOMETRO AR COMPRIMIDO	DURÁVEL	UN	10	R\$ 99,90	R\$ 999,00
166	6992	PINCA HALSTEAD MOSQUITO 12,5CM CURVA	DURÁVEL	UN	5	R\$ 25,88	R\$ 129,44
167	15775	FLUXOMETRO P/ OXIGENIO	DURÁVEL	UN	20	R\$ 113,23	R\$ 2.264,73
168	6993	PINCA HALSTEAD MOSQUITO 12,5CM RETA	DURÁVEL	UN	5	R\$ 23,75	R\$ 118,75
169	6095	FRALDA DESCARTAVEL GERIATRICA TAMANHO GRANDE - PCT C/ 8UN	DESCARTÁVEL	PC	30	R\$ 29,21	R\$ 876,39
170	6096	FRALDA DESCARTAVEL GERIATRICA TAMANHO MEDIO PCT C/ 8UN	DESCARTÁVEL	PC	30	R\$ 23,24	R\$ 697,40
171	6994	PINCA KELLY CURVA 14CM	DURÁVEL	UN	5	R\$ 26,82	R\$ 134,13
172	15806	GLICERINA LIQUIDA 1L	DESCARTÁVEL	UN	24	R\$ 32,88	R\$ 789,19
173	4867	GLICOSIMETRO	DURÁVEL	UN	40	R\$ 37,71	R\$ 1.508,53
174	520	PINCA KELLY RETA 14 CM - EM ACO INOXIDAVEL CIRÚRGICO - AISI-420	DURÁVEL	UN	5	R\$ 26,12	R\$ 130,60
175	6996	PINCA KOCHER CURVA 14CM	DURÁVEL	UN	5	R\$ 34,81	R\$ 174,06
176	6997	PINCA KOCHER RETA 14CM	DURÁVEL	UN	5	R\$ 32,16	R\$ 160,80
177	15750	IODOPOLIVIDONA 10% COM TENSOATIVO (DEGERMANTE) 1L	DESCARTÁVEL	FR	36	R\$ 62,06	R\$ 2.234,27
178	15751	IODOPOLIVIDONA 10% USO TOPICO FRASCO 1L	DESCARTÁVEL	FR	36	R\$ 77,62	R\$ 2.794,56
179	6998	PINCA PEAN MURPHY 14CM	DURÁVEL	UN	5	R\$ 31,77	R\$ 158,88
180	15807	KIT LAMPADA P/ LARINGOSCOPIO C/ 10UN	DESCARTÁVEL	KIT	10	R\$ 161,71	R\$ 1.617,144
181	6980	KIT LARINGOSCOPIO ADULTO	DURÁVEL	UN	5	R\$ 484,99	R\$ 2.424,98

		<p>COMPOSIÇÃO MÍNIMA DO KIT: 01 (UM) CABO ADULTO CONVENCIONAL, LEVE, RESISTENTE, COMPATÍVEL COM LÂMINAS CONVENCIONAIS REUTILIZÁVEIS; 01 (UMA) LÂMINA CURVA CONVENCIONAL LED Nº 2; 01 (UMA) LÂMINA CURVA CONVENCIONAL LED Nº 3; 01 (UMA) LÂMINA CURVA CONVENCIONAL LED Nº 4. ESPECIFICAÇÕES ADICIONAIS: ILUMINAÇÃO EM LED INTEGRADA ÀS LÂMINAS; CONJUNTO COMPATÍVEL ENTRE CABO E LÂMINAS; PRODUTO REUTILIZÁVEL; LÂMINAS AUTOCLAVÁVEIS, QUANDO APLICÁVEL; O KIT DEVERÁ SER FORNECIDO ACOMPANHADO DE MALETA PRÓPRIA PARA ACONDICIONAMENTO, PROTEÇÃO, ORGANIZAÇÃO E TRANSPORTE DO CONJUNTO, RESISTENTE, LAVÁVEL E ADEQUADA À CONSERVAÇÃO DOS INSTRUMENTOS.</p>					
182	7000	PORTA AGULHA 14CM	DURÁVEL	UN	5	R\$ 27,23	R\$ 136,15
183	6981	<p>KIT LARINGOSCOPIO PEDIATRICO COMPOSIÇÃO MÍNIMA DO KIT: 01 (UM) CABO INFANTIL CONVENCIONAL MODELO LH- 100-1A, LEVE, RESISTENTE, COMPATÍVEL COM LÂMINAS CONVENCIONAIS REUTILIZÁVEIS; 01 (UMA) LÂMINA RETA CONVENCIONAL LED Nº 00; 01 (UMA) LÂMINA RETA CONVENCIONAL LED Nº 0; 01 (UMA) LÂMINA RETA CONVENCIONAL LED Nº 1. ESPECIFICAÇÕES ADICIONAIS: ILUMINAÇÃO EM LED INTEGRADA ÀS LÂMINAS; CONJUNTO COMPATÍVEL ENTRE CABO E LÂMINAS; PRODUTO REUTILIZÁVEL, AUTOCLAVÁVEL (QUANDO APLICÁVEL ÀS LÂMINAS); O KIT DEVERÁ SER FORNECIDO ACOMPANHADO DE MALETA PRÓPRIA PARA ACONDICIONAMENTO, PROTEÇÃO, ORGANIZAÇÃO E TRANSPORTE DO CONJUNTO, RESISTENTE E ADEQUADA À CONSERVAÇÃO DOS INSTRUMENTOS.</p>	DURÁVEL	UN	3	R\$ 437,84	R\$ 1.313,52
184	4138	KIT SISTEMA DRENAGEM TORACICA MEDIASTINAL FR 2000ML + EXTENSAO PVC + DRENO ESTERIL RESERVATORIO EM PVC RIGIDO ATOXICO 500ML, 1000ML OU 2000ML.C/ GRAD 100ML	DESCARTÁVEL	KIT	12	R\$ 50,59	R\$ 607,16
185	6982	KIT TALAS PARA IMOBILIZACAO S	DURÁVEL	UN	10	R\$ 69,99	R\$ 699,9
186	6348	LAMINA DE BISTURI N 10 ESTERIL ACO CARBONO ESTERILIZADO POR RAIOS GAMA CX C/ 100UN	DESCARTÁVEL	CX	5	R\$ 20,52	R\$ 102,61
187	6349	LAMINA DE BISTURI N 11 ESTERIL ACO CARBONO ESTERILIZADO POR RAIOS GAMA CX C/ 100UN	DESCARTÁVEL	CX	10	R\$ 25,68	R\$ 256,80
188	7001	REANIMADOR MANUAL DE SILICONE C/ RESERVATORIO ADULTO BALAO EM SILICONE TRANSLUCIDO AUTOCLAVAVEL 1.600ML MASCARA FACIAL O2 SILICONE TRANSPARENTE VALVULA UNIDIRECIONAL BICO PATO BOLSA RESERVATORIO PVC 2500ML	DURÁVEL	UN	30	R\$ 130,38	R\$ 3.911,49
189	7002	REANIMADOR MANUAL DE SILICONE C/ RESERVATORIO PEDIATRICO BALAO EM SILICONE TRANSLUCIDO AUTOCLAVAVEL BALAO 500ML MASCARA FACIAL SILICONE VALVULA UNIDIRECIONAL MODELO BICO PATO	DURÁVEL	UN	20	R\$ 125,65	R\$ 2.513,06
190	6170	RESERVATORIO PARA REANIMADOR MANUAL (AMBU) ADULTO - PVC 2500ML	DESCARTÁVEL	UN	50	R\$ 18,03	R\$ 901,83

191	6171	RESERVATORIO PARA REANIMADOR MANUAL (AMBU) INFANTIL - PVC 500ML	DESCARTÁVEL	UN	30	R\$ 26,96	R\$ 809,00
192	1778	ROLO PAPEL LENCOL PARA MACA 70CM X 50M	DESCARTÁVEL	RL	1.100	R\$ 19,49	R\$ 21.442,63
193	7003	SENSOR DE FLUXO AUTOCLAVAVEL	DURÁVEL	UN	15	R\$ 346,83	R\$ 5.202,49
194	6875	SENSOR SPO2 ADULTO P/ MONITOR MULTIPARAMETROS COMEN C50 COMPATIVEL COM COMEN C50 - 12 PINOS	DURÁVEL	UN	8	R\$ 278,08	R\$ 2.224,666
195	7027	SENSOR SPO2 ADULTO P/ MONITOR MULTIPARAMETROS CREATIVE MEDICAL COMPATIVEL COM CREATIVE MEDICAL - 8 PINOS	DURÁVEL	UN	12	R\$ 322,483	R\$ 3.869,79
196	6878	SENSOR TEMPERATURA ADULTO P/ MONITOR MULTIPARAMETROS COMEN C50 COMPATIVEL COM COMEN C50	DURÁVEL	UN	8	R\$ 228,84	R\$ 1.830,77
197	7028	SENSOR TEMPERATURA ADULTO P/ MONITOR MULTIPARAMETROS CREATIVE MEDICAL COMPATIVEL COM CREATIVE MEDICAL	DURÁVEL	UN	12	R\$ 210,85	R\$ 2.530,20
198	6376	SERINGA DESCARTAVEL 10 ML AGULHADA 25X7	DESCARTÁVEL	UN	50.000	R\$ 0,38	R\$ 19.085,00
199	6377	SERINGA DESCARTAVEL 1ML AGULHADA 13X4,5	DESCARTÁVEL	UN	6.000	R\$ 0,23	R\$ 1.399,80
200	6378	SERINGA DESCARTAVEL 20ML AGULHADA 25X7	DESCARTÁVEL	UN	23.000	R\$ 0,53	R\$ 12.344,10
201	6379	SERINGA DESCARTAVEL 3ML AGULHADA 25X7	DESCARTÁVEL	UN	40.000	R\$ 0,43	R\$ 17.468,00
202	6380	SERINGA DESCARTAVEL 5ML AGULHADA 25X7	DESCARTÁVEL	UN	45.000	R\$ 0,41	R\$ 18.868,50
203	6383	SONDA DE ASPIRACAO TRAQUEAL N 08	DESCARTÁVEL	UN	30	R\$ 1,05	R\$ 31,59
204	6384	SONDA DE ASPIRACAO TRAQUEAL N 12	DESCARTÁVEL	UN	40	R\$ 0,72	R\$ 29,06
205	6385	SONDA DE ASPIRACAO TRAQUEAL N 14	DESCARTÁVEL	UN	60	R\$ 0,80	R\$ 48,00
206	6386	SONDA DE ASPIRACAO TRAQUEAL N 18	DESCARTÁVEL	UN	50	R\$ 0,92	R\$ 46,06
207	6387	SONDA DE FOLEY N 10 DUAS VIAS	DESCARTÁVEL	UN	20	R\$ 3,49	R\$ 69,93
208	6388	SONDA DE FOLEY N 12 DUAS VIAS	DESCARTÁVEL	UN	50	R\$ 2,58	R\$ 129,33
209	6389	SONDA DE FOLEY N 14 DUAS VIAS	DESCARTÁVEL	UN	60	R\$ 2,73	R\$ 164,10
210	6390	SONDA DE FOLEY N 16 DUAS VIAS	DESCARTÁVEL	UN	200	R\$ 2,49	R\$ 499,34
211	6391	SONDA DE FOLEY N 18 DUAS VIAS	DESCARTÁVEL	UN	250	R\$ 3,29	R\$ 824,57
212	6392	SONDA DE FOLEY N 18 TRES VIAS C/ BALAO	DESCARTÁVEL	UN	40	R\$ 3,70	R\$ 148,25
213	6393	SONDA DE FOLEY N 20 DUAS VIAS	DESCARTÁVEL	UN	150	R\$ 3,15	R\$ 473,50
214	6394	SONDA DE FOLEY N 20 TRES VIAS C/ BALAO	DESCARTÁVEL	UN	30	R\$ 3,81	R\$ 114,50
215	6395	SONDA DE FOLEY N 22 DUAS VIAS	DESCARTÁVEL	UN	50	R\$ 3,01	R\$ 150,91
216	6396	SONDA DE FOLEY N 22 TRES VIAS C/ BALAO	DESCARTÁVEL	UN	20	R\$ 2,93	R\$ 58,73
217	15779	SONDA FOLEY N 16 TRES VIAS	DESCARTÁVEL	UN	20	R\$ 3,14	R\$ 62,86
218	15780	SONDA FOLEY N 24 DUAS VIAS	DESCARTÁVEL	UN	50	R\$ 4,11	R\$ 205,58
219	4182	SONDA NASOENTERAL Nº 10 C/ 1,09M PCT C/ 10UN	DESCARTÁVEL	PC	40	R\$ 38,37	R\$ 1.535,06
220	4183	SONDA NASOENTERAL Nº 12 C/ 1,09M PCT C/ 10UN	DESCARTÁVEL	PC	80	R\$ 42,73	R\$ 3.418,66
221	4184	SONDA NASOENTERAL Nº 6 C/ 0,65M PCT C/ 10UN	DESCARTÁVEL	PC	20	R\$ 16,69	R\$ 333,93
222	4185	SONDA NASOENTERAL Nº 8 C/ 0,65M PCT C/ 10UN	DESCARTÁVEL	PC	20	R\$ 38,60	R\$ 772,00
223	15781	SONDA NASOGASTRICA CURTA N 10	DESCARTÁVEL	UN	40	R\$ 0,91	R\$ 36,40
224	15782	SONDA NASOGASTRICA CURTA N 12	DESCARTÁVEL	UN	30	R\$ 0,94	R\$ 28,20
225	15783	SONDA NASOGASTRICA CURTA N 14	DESCARTÁVEL	UN	40	R\$ 1,44	R\$ 57,73
226	15784	SONDA NASOGASTRICA CURTA N 16	DESCARTÁVEL	UN	30	R\$ 0,96	R\$ 28,89
227	15785	SONDA NASOGASTRICA LONGA N 06	DESCARTÁVEL	UN	40	R\$ 1,56	R\$ 62,40
228	15786	SONDA NASOGASTRICA LONGA N 10	DESCARTÁVEL	UN	20	R\$ 2,53	R\$ 50,66
229	15787	SONDA NASOGASTRICA LONGA N 12	DESCARTÁVEL	UN	50	R\$ 1,64	R\$ 82,16
230	15788	SONDA NASOGASTRICA LONGA N 14	DESCARTÁVEL	UN	60	R\$ 2,50	R\$ 150,19
231	15789	SONDA NASOGASTRICA LONGA N 16	DESCARTÁVEL	UN	40	R\$ 1,69	R\$ 67,60

232	15790	SONDA NASOGASTRICA LONGA N 18	DESCARTÁVEL	UN	50	R\$ 1,85	R\$ 92,50
233	15791	SONDA NASOGASTRICA LONGA N 22	DESCARTÁVEL	UN	50	R\$ 1,74	R\$ 87,25
234	15792	SONDA NASOGASTRICA LONGA N 4	DESCARTÁVEL	UN	20	R\$ 1,00	R\$ 20,00
235	15793	SONDA URETRAL ALIVIO N 06, ESTERILIZADA C/ OXIDO ETILENO	DESCARTÁVEL	UN	40	R\$ 0,58	R\$ 23,20
236	6407	SONDA URETRAL DE ALIVIO N 08, ESTERILIZADA C/ OXIDO DE ETILENO	DESCARTÁVEL	UN	60	R\$ 0,87	R\$ 52,39
237	6408	SONDA URETRAL DE ALIVIO N 10, ESTERILIZADA C/ OXIDO DE ETILENO	DESCARTÁVEL	UN	70	R\$ 0,79	R\$ 55,76
238	6409	SONDA URETRAL DE ALIVIO N 12, ESTERILIZADA C/ OXIDO DE ETILENO	DESCARTÁVEL	UN	90	R\$ 1,16	R\$ 104,85
239	6410	SONDA URETRAL DE ALIVIO N 14, ESTERILIZADA C/ OXIDO DE ETILENO	DESCARTÁVEL	UN	90	R\$ 0,74	R\$ 67,20
240	6411	SONDA URETRAL DE ALIVIO N 16, ESTERILIZADA C/ OXIDO DE ETILENO	DESCARTÁVEL	UN	60	R\$ 3,18	R\$ 190,99
241	6412	SONDA URETRAL DE ALIVIO N 18, ESTERILIZADA C/ OXIDO DE ETILENO	DESCARTÁVEL	UN	30	R\$ 1,56	R\$ 47,00
242	15742	SORO GLICOFISIOLÓGICO 500 ML (CLORETO DE SÓDIO 0,9G (0,9%); GLICOSE 5,0 (5,0%); ÁGUA PARA INJEÇÃO Q.S.P.100 ML.)	DESCARTÁVEL	UN	250	R\$ 10,60	R\$ 2.652,07
243	3321	SORO RINGER C/ LACTATO 250ML - SISTEMA FECHADO. SOLUCAO INJETAVEL; PRINCIPIO ATIVO: CLORETO DE SODIO - 0,60G CLORETO DE POTASSIO - 0,030G CLORETO DE CALCIO - 0,02G LACTATO DE SODIO - 0,30G VEICULO Q.S.P. 100ML	DESCARTÁVEL	UN	300	R\$ 6,30	R\$ 1.892,01
244	15743	SORO RINGER SIMPLES 500 ML	DESCARTÁVEL	UN	550	R\$ 17,98	R\$ 9.890,81
245	15744	SORO RINGUER LACTATO 500 ML	DESCARTÁVEL	UN	800	R\$ 17,90	R\$ 14.320,00
246	6173	TERMOMETRO DIGITAL CLINICO PORTATIL	DURÁVEL	UN	60	R\$ 10,52	R\$ 631,20
247	7011	TESOURA IRIS	DURÁVEL	UN	10	R\$ 18,23	R\$ 182,33
248	7012	TESOURA METZEMBAUM 15CM RETA	DURÁVEL	UN	10	R\$ 35,61	R\$ 356,13
249	7013	TESOURA METZEMBAUM CURVA 15CM	DURÁVEL	UN	10	R\$ 35,66	R\$ 356,63
250	7014	TESOURA SPENCER CURVA 13CM	DURÁVEL	UN	10	R\$ 29,98	R\$ 299,86
251	7015	TESOURA SPENCER RETA 13CM	DURÁVEL	UN	10	R\$ 30,30	R\$ 303,06
252	6174	TESTE INDICADOR BIOLÓGICO PARA AUTOCLAVE COM RESULTADO FINAL EM NO MÁXIMO 8 (OITO) HORAS, CONTENDO ESPOROS DE GEOBACILLUS STEAROTHERMOPHILUS, ACONDICIONADO EM AMPOLA OU DISPOSITIVO AUTOCONTIDO, COM CONTROLE DE PROCESSO E INDICAÇÃO VISUAL DE RESULTADO, COMPATÍVEL COM INCUBADORA APROPRIADA, PRODUTO REGISTRADO NA ANVISA.	DESCARTÁVEL	UN	60	R\$ 18,99	R\$ 1.139,80
253	4228	TESTE RAPIDO COVID ANTIGENO SWAB NASAL CX C/ 25UN	DESCARTÁVEL	CX	120	R\$ 232,16	R\$ 27.859,59
254	6744	TIRA REAGENTE PARA GLICEMIA CAIXA COM 50 UNIDADES (COMPATÍVEL COM GLICOSIMETRO DA MARCA G-TECH LITE)	DESCARTÁVEL	CX	700	R\$ 51,63	R\$ 36.143,31
255	1786	TOUCA DESCARTAVEL BRANCA COM ELASTICO PACOTE C/ 100 UNIDADES	DESCARTÁVEL	PC	450	R\$ 8,45	R\$ 3.802,50
256	15794	TRAQUEIA SILICONE 15 X 0300MM INFANTIL	DURÁVEL	UN	5	R\$ 118,62	R\$ 593,11
257	7017	TRAQUEIAS EM SILICONE 22MMX22MMX21200MM ADULTO	DURÁVEL	UN	10	R\$ 145,16	R\$ 1.451,63
258	6414	TUBO DE SILICONE 203 P/ OXIGENIO 6X10MM PCT 15MT	DURÁVEL	UN	5	R\$ 125,60	R\$ 628,00
259	15795	TUBO ENDOTRAQUEAL C/ CUFF N 10.0 C/ MANGUITO ESTERIL	DESCARTÁVEL	UN	10	R\$ 3,45	R\$ 34,50
260	15796	TUBO ENDOTRAQUEAL C/ CUFF N 2.5 C/ MANGUITO ESTERIL	DESCARTÁVEL	UN	10	R\$ 6,98	R\$ 69,83
261	15797	TUBO ENDOTRAQUEAL C/ CUFF N 3.0 C/ MANGUITO ESTERIL	DESCARTÁVEL	UN	10	R\$ 4,06	R\$ 40,66

262	15798	TUBO ENDOTRAQUEAL C/ CUFF N 3.5 C/ MANGUITO ESTERIL	DESCARTÁVEL	UN	10	R\$ 3,92	R\$ 39,26
263	6415	TUBO ENDOTRAQUEAL C/ CUFF N 4.0 C/ MANGUITO ESTERIL	DESCARTÁVEL	UN	10	R\$ 4,15	R\$ 41,53
264	15799	TUBO ENDOTRAQUEAL C/ CUFF N 4.5 C/ MANGUITO ESTERIL	DESCARTÁVEL	UN	10	R\$ 5,60	R\$ 56,03
265	15800	TUBO ENDOTRAQUEAL C/ CUFF N 5.0 C/ MANGUITO ESTERIL	DESCARTÁVEL	UN	10	R\$ 6,13	R\$ 61,30
266	15801	TUBO ENDOTRAQUEAL C/ CUFF N 5.5 C/ MANGUITO ESTERIL	DESCARTÁVEL	UN	10	R\$ 4,73	R\$ 47,33
267	6416	TUBO ENDOTRAQUEAL C/ CUFF N 6.0 C/ MANGUITO ESTERIL	DESCARTÁVEL	UN	10	R\$ 5,39	R\$ 53,96
268	6417	TUBO ENDOTRAQUEAL C/ CUFF N 6.5 C/ MANGUITO ESTERIL	DESCARTÁVEL	UN	10	R\$ 5,40	R\$ 54,06
269	15802	TUBO ENDOTRAQUEAL C/ CUFF N 9.0 C/ MANGUITO ESTERIL	DESCARTÁVEL	UN	10	R\$ 5,50	R\$ 55,03
270	6275	AGULHA HIPODERMICA 40X12 CX C/100UN #	DESCARTÁVEL	CX	450	R\$ 17,13	R\$ 7.709,98
271	15803	TUBO ENDOTRAQUEAL C/ CUFF N 9.5 C/ MANGUITO ESTERIL	DESCARTÁVEL	UN	10	R\$ 4,96	R\$ 49,66
272	6418	TUBO ENDOTRAQUEAL N 7,0 C/ MANGUITO ESTERIL	DESCARTÁVEL	UN	60	R\$ 5,02	R\$ 301,20
273	6419	TUBO ENDOTRAQUEAL N 7,5 C/ MANGUITO ESTERIL	DESCARTÁVEL	UN	60	R\$ 5,15	R\$ 309,40
274	6420	TUBO ENDOTRAQUEAL N 8,0 C/ MANGUITO ESTERIL	DESCARTÁVEL	UN	50	R\$ 7,10	R\$ 355,16
275	6421	TUBO ENDOTRAQUEAL N 8,5 C/ MANGUITO ESTERIL	DESCARTÁVEL	UN	50	R\$ 6,00	R\$ 300,00
276	6176	UMIDIFICADOR COM MASCARA COMPLETO TAMPA E CORPO DE NYLON COM ROSCA EM METAL. FRASCO PLASTICO DE 250ML	DESCARTÁVEL	UN	50	R\$ 20,65	R\$ 1.032,50
277	4481	VASELINA LIQUIDA 1L	DESCARTÁVEL	FR	36	R\$ 54,58	R\$ 1.965,12
278	16605	OXIMETRO PEDIATRICO DEDO INFANTIL DIGITAL OLED SPO2 35 A 100 - FREQ CARDIACA 30 A 240BPM - CURVA PLESTIMOGRAFICA - CAPA PROTETORA E ESTOJO	DURÁVEL	UN	10	R\$ 115,96	R\$ 1.159,66
279	6879	CABO ECG 5 VIAS P/ MONITOR MULTIPARAMETROS COMEN C50 COMPATIVEL COM COMEN C50 - 12 PINOS	DURÁVEL	UN	8	R\$ 215,48	R\$ 1.723,89
280	7024	CABO ECG 5 VIAS P/ MONITOR MULTIPARAMETROS CREATIVE MEDICAL COMPATIVEL COM CREATIVE MEDICAL - 8 PINOS	DURÁVEL	UN	16	R\$ 243,38	R\$ 3.894,13
281	16064	LANTERNA CLINICA LED OFTALMOS MEDICAO PUPILA PORTÁTIL LED LT 200 LUZ BRANCA - TIPO CANETA	DURÁVEL	UN	15	R\$ 35,56	R\$ 533,44
282	427	FITA MÉTRICA 1,5M - RETRÁTIL 1,5M	DURÁVEL	UN	15	R\$ 15,56	R\$ 233,44
283	5616	INDICADOR QUIMICO PCT C/ 250UN - INTEGRADOR CLASSE 5 PARA AUTOCLAVE	DESCARTÁVEL	PC	10	R\$ 113,82	R\$ 1.138,26
284	2061	LACRE DESEGURANCA ENUMERADOS 16CM COM DUPLA TRAVA PCT COM 100 UNIDADES	DESCARTÁVEL	PC	70	R\$ 16,39	R\$ 1.147,84
285	6985	OTOSCOPIO COM REGULAGEM LUZ 2,5V ILUMIN BRANCA ALTO BRILHO CABO METAL - 5 ESPECULOS AURICULARES AUTOCLAVAVEIS 2.5, 3.5, 4.5, 5.5 E 9MM C/ ESTOJO	DURÁVEL	UN	15	R\$ 254,23	R\$ 3.813,49
286	6303	ESCALPE N 19 CX C/100UN	DESCARTÁVEL	CX	10	R\$ 32,90	R\$ 329,00
287	7010	TERMOMETRO INFRAVERMELHO DIGITAL	DURÁVEL	UN	10	R\$ 79,66	R\$ 796,63
288	16654	MANOMETRO 1/4 300LB VERTICAL	DURÁVEL	UN	30	R\$ 40,72	R\$ 1.221,69
289	303	APARELHO PRESSAO ARTERIAL DIGITAL COM BRAÇADEIRA AJUSTÁVEL PARA CIRCUNFERÊNCIA DE BRAÇO DE 22 A 43 CM, ACOMPANHADO DE ESTOJO DE NYLON PARA ACONDICIONAMENTO E TRANSPORTE. EQUIPAMENTO PARA USO PORTÁTIL, COM ALIMENTAÇÃO POR PILHAS ALCALINAS TIPO AA OU AAA (CONFORME MODELO), E/OU BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL, DEVENDO ACOMPANHAR CARREGADOR/FONTE DE ALIMENTAÇÃO.	DURÁVEL	UN	10	R\$ 177,31	R\$ 1.773,16

		POSSUIR TAMBÉM OPÇÃO DE FUNCIONAMENTO CONECTADO DIRETAMENTE À REDE ELÉTRICA, COM FONTE BIVOLT AUTOMÁTICO (100-240V), QUANDO APLICÁVEL.						
290	16566	GAVETA PLASTICA BIN N6	DESCARTÁVEL	FR	15	R\$ 7,50	R\$ 112,54	
291	16688	ALICATE REIL 18CM COM DUPLA ARTICULAÇÃO E VÍDEA	DURÁVEL	UN	5	R\$ 763,60	R\$ 3.818,03	
292	16689	COMPRESSA CAMPO OPERATORIO NÃO ESTERIL C/ FIO 100% ALGODAO TECIDO QUADRUPLO SOBREPOSTO TIPO TELA C/ PLACA RADIOPACA TAM 45X50 PCT C/50UN	DESCARTÁVEL	PC	200	R\$ 97,04	R\$ 19.409,34	
293	16618	GAVETA PLASTICA BIN N5	DESCARTÁVEL	UN	15	R\$ 4,80	R\$ 72,00	
294	16693	GAVETA PLASTICA BIN N8	DESCARTÁVEL	FR	15	R\$ 23,71	R\$ 355,65	
295	16694	GAVETA PLASTICA BIN N9	DESCARTÁVEL	FR	15	R\$ 27,34	R\$ 410,10	
296	16690	LENÇOL DESCARTÁVEL P/ CAMA HOSPITALAR TNT C/ ELÁST 2,20X1,40 GRAMATURA 20 G/M ² - PCT C/10	DESCARTÁVEL	PC	250	R\$ 54,76	R\$ 13.691,67	
297	16691	SONDA NASOENTERAL Nº 14 C/ 1,09M PCT C/ 10UN	DESCARTÁVEL	PC	30	R\$ 20,17	R\$ 605,19	
298	16692	SONDA NASOGASTRICA LONGA N 08	DESCARTÁVEL	UN	40	R\$ 1,00	R\$ 40,26	
299	6970	CATETER SUBCLAVIA DUPLO PVC	DESCARTÁVEL	UN	50	R\$ 100,88	R\$ 5.044,33	
300	6971	CONECTOR Y RETO SEM FUROS	DURÁVEL	UN	10	R\$ 41,58	R\$ 415,81	
301	15768	COPO UMIDIFICADOR OXIGENIO 250ML	DESCARTÁVEL	UN	15	R\$ 21,53	R\$ 323,05	
302	6972	DIAFRAGMA AMBU ADULTO	DURÁVEL	UN	70	R\$ 43,37	R\$ 3.036,13	
303	6973	DIAFRAGMA AMBU PEDIATRICO	DURÁVEL	UN	40	R\$ 64,40	R\$ 2.576,00	
304	16697	DIAFRAGMA P VALVULA EXALACAO RESPIRADOR COMPATIVEL COM APARELHO KTK MICROTAK TOTAL - MEMBRANA PARA VALVULA EXALATÓRIA KTK	DURÁVEL	UN	20	R\$ 241,80	R\$ 4.836,06	
305	16698	DIAFRAGMA P VALVULA EXALACAO RESPIRADOR COMPATIVEL COM APARELHO MAGNAMED OXYMAG - MEMBRANA PARA VÁLVULA EXPIRATÓRIA MAGNAMED	DURÁVEL	UN	20	R\$ 246,26	R\$ 4.925,26	
306	6296	DRENO DE TORAX RADIOPACO N 12	DESCARTÁVEL	UN	6	R\$ 6,69	R\$ 40,15	
307	397	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL GRANDE PCT C/ 100 UN	DESCARTÁVEL	PC	1	R\$ 187,70	R\$ 187,70	
308	398	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL MEDIO PCT C/ 100 UN	DESCARTÁVEL	PC	1	R\$ 181,82	R\$ 181,82	
309	399	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL PEQUENO PCT C/ 100 UN	DESCARTÁVEL	PC	1	R\$ 190,75	R\$ 190,75	
310	6977	EXTENSAO P/ UMIDIFICADOR C/ MASCARA	DESCARTÁVEL	UN	200	R\$ 13,66	R\$ 2.733,34	
311	411	FILME PVC ROLO PLASTICO 40CM X 800 METROS	DESCARTÁVEL	UN	10	R\$ 78,36	R\$ 783,63	
312	6328	FIO NYLON MONOFILAMENTO PRETO-CLASSE II ESTERIL (CUTICULAR) 0/0 C/ AGULHA 2,5CM 3/8 DE CIRCULO CX C/ 24UN	DESCARTÁVEL	CX	30	R\$ 60,47	R\$ 1.814,30	
313	428	FITA MICROPORE (FITA CIRURGICA) 50MMX10M C/ 10UN	DESCARTÁVEL	CX	12	R\$ 31,95	R\$ 383,40	
314	4124	KIT INSTRUMENTAL BASICO CURATIVO: 1 CABO BISTURI C/ LAMINA - 1 PINÇA DENTE RATO 14CM - 1 PINÇA ANATOMICA 14CM - 1 PINÇA ALLIS 15CM - 1 TESOURA CIRURGICA R/F 15CM - 1 ESTOJO INOX 20X10X05CM	DURÁVEL	KIT	5	R\$ 444,00	R\$ 2.220,00	
315	6876	MANGUITO PNI ADULTO 27X3 P/ MONITOR MULTIPARAMETROS COMEN C50	DURÁVEL	UN	6	R\$ 56,14	R\$ 336,88	
316	7025	MANGUITO PNI ADULTO 27X3 P/ MONITOR MULTIPARAMETROS CREATIVE MEDICAL	DURÁVEL	UN	16	R\$ 42,33	R\$ 677,33	
317	6877	MANGUITO PNI ADULTO 30X14CM OBESO P/ MONITOR MULTIPARAMETROS COMEN C50	DURÁVEL	UN	4	R\$ 119,54	R\$ 478,17	
318	7026	MANGUITO PNI ADULTO 30X14CM OBESO P/ MONITOR MULTIPARAMETROS CREATIVE MEDICAL	DURÁVEL	UN	8	R\$ 118,13	R\$ 945,06	
319	15212	PILHA TIPO C LARINGOSCOPIO	DURÁVEL	UN	48	R\$ 14,43	R\$ 692,79	

320	6169	PROTETOR DE QUEIMADURAS E EVISCERACOES 1,20MX0,90M, 45X45CM, EMBALAGEM ESTERIL, COM REGISTRO NA ANVISA	DESCARTÁVEL	UN	150	R\$ 9,63	R\$ 1.445,50
321	7637	SONDA VESICAL DEMORA TRES VIAS Nº 16 PCT C/ 10UN	DESCARTÁVEL	PC	2	R\$ 50,19	R\$ 100,39
322	7638	SONDA VESICAL DEMORA TRES VIAS Nº 20 PCT C/ 10UN	DESCARTÁVEL	PC	2	R\$ 49,37	R\$ 98,75
323	3325	SUPORTE COLETOR MATERIAL PERFURO CORTANTE ACO 13 LT	DURÁVEL	UN	10	R\$ 32,60	R\$ 326,01
324	7009	SUPORTE P/ CIRCUITOS TUBOS E TRAQUEIAS	DURÁVEL	UN	5	R\$ 133,51	R\$ 667,55
325	4221	SUPORTE SORO RODIZIO FIXO INOX ALTURA REGULAVEL	DURÁVEL	UN	12	R\$ 138,10	R\$ 1.657,29
326	16695	VALVULA EXPIRATORIA COMPATIVEL COM APARELHO KTK MICROTAK TOTAL	DURÁVEL	UN	10	R\$ 286,37	R\$ 2.863,73
327	16696	VALVULA EXPIRATORIA COMPATIVEL COM APARELHO MAGNAMED OXYMAG	DURÁVEL	UN	10	R\$ 411,37	R\$ 4.113,70
328	6177	VALVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE AR COMPRIMIDO COM FLUXOMETRO	DURÁVEL	UN	10	R\$ 355,00	R\$ 3.550,00
329	6178	VALVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGENIO COM FLUXOMETRO E MANOMETRO	DURÁVEL	UN	20	R\$ 262,03	R\$ 5.240,66
330	1781	LENCOL DE ALGODAO POLIESTER COM ELASTICO SOLTEIRO COR: BRANCO, COM LOGO DA UNIRG E DA UPÁ; COMPOSIÇÃO: 90% ALGODÃO E 10% POLIÉSTER; MEDIDAS APROXIMADAS: 0,88 M X 1,88 M X 0,20 M (SOLTEIRO, COM ELÁSTICO); QUANTIDADE DE FIOS: 400 FIOS.	DURÁVEL	UN	250	R\$ 52,34	R\$ 13.085,00
331	16699	LENCOL DE ALGODAO POLIESTER COM ELASTICO BERÇO COR: BRANCO, COM LOGO DA UNIRG E DA UPÁ; COMPOSIÇÃO: 90% ALGODÃO E 10% POLIÉSTER; MEDIDAS APROXIMADAS: 0,70 M X 1,50 M X 0,20 M (BERÇO, COM ELÁSTICO); QUANTIDADE DE FIOS: 400 FIOS.	DURÁVEL	UN	100	R\$ 45,00	R\$ 4.500,00
332	3431	TOALHAS DE BANHO BRANCA COR: BRANCO, COM LOGO DA UNIRG E DA UPÁ; MATERIAL: TECIDO ATOALHADO, FELPUDO; COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO; MEDIDAS APROXIMADAS: 0,70 M X 1,40 M;	DURÁVEL	UN	30	R\$ 40,43	R\$ 1.213,18
333	15805	VALVULA REGULADORA PRESSAO P/ AR COMPRIMIDO	DURÁVEL	UN	10	R\$ 255,96	R\$ 2.559,60
334	15804	VALVULA REGULADORA PRESSAO P/ REDE POSTO OXIGENIO	DURÁVEL	UN	20	R\$ 295,43	R\$ 5.908,73
335	6141	LAMINA PARA LARINGOSCOPIO CURVA N 0 ESPECIFICAÇÕES ADICIONAIS: ILUMINAÇÃO EM LED INTEGRADA ÀS LÂMINAS; CONJUNTO COMPATÍVEL ENTRE CABO E LÂMINAS; PRODUTO REUTILIZÁVEL; LÂMINAS AUTOCLAVÁVEIS, QUANDO APLICÁVEL;	DURÁVEL	UN	2	R\$ 95,29	R\$ 190,58
336	6142	LAMINA PARA LARINGOSCOPIO CURVA N 1 ESPECIFICAÇÕES ADICIONAIS: ILUMINAÇÃO EM LED INTEGRADA ÀS LÂMINAS; CONJUNTO COMPATÍVEL ENTRE CABO E LÂMINAS; PRODUTO REUTILIZÁVEL; LÂMINAS AUTOCLAVÁVEIS, QUANDO APLICÁVEL;	DURÁVEL	UN	2	R\$ 81,83	R\$ 163,66
337	6143	LAMINA PARA LARINGOSCOPIO CURVA N 2 ESPECIFICAÇÕES ADICIONAIS: ILUMINAÇÃO EM LED INTEGRADA ÀS LÂMINAS; CONJUNTO COMPATÍVEL ENTRE CABO E LÂMINAS; PRODUTO REUTILIZÁVEL; LÂMINAS AUTOCLAVÁVEIS, QUANDO APLICÁVEL;	DURÁVEL	UN	2	R\$ 90,00	R\$ 180,00
338	6144	LAMINA PARA LARINGOSCOPIO CURVA N 3 ESPECIFICAÇÕES ADICIONAIS: ILUMINAÇÃO EM LED INTEGRADA ÀS LÂMINAS; CONJUNTO COMPATÍVEL ENTRE CABO E LÂMINAS; PRODUTO REUTILIZÁVEL;	DURÁVEL	UN	2	R\$ 110,66	R\$ 221,33

		LÂMINAS AUTOCLAVÁVEIS, QUANDO APLICÁVEL;					
339	6145	LAMINA PARA LARINGOSCOPIO CURVA N 4 ESPECIFICAÇÕES ADICIONAIS: ILUMINAÇÃO EM LED INTEGRADA ÀS LÂMINAS; CONJUNTO COMPATÍVEL ENTRE CABO E LÂMINAS; PRODUTO REUTILIZÁVEL; LÂMINAS AUTOCLAVÁVEIS, QUANDO APLICÁVEL;	DURÁVEL	UN	2	R\$ 106,33	R\$ 212,66
340	6146	LAMINA PARA LARINGOSCOPIO CURVA N 5 ESPECIFICAÇÕES ADICIONAIS: ILUMINAÇÃO EM LED INTEGRADA ÀS LÂMINAS; CONJUNTO COMPATÍVEL ENTRE CABO E LÂMINAS; PRODUTO REUTILIZÁVEL; LÂMINAS AUTOCLAVÁVEIS, QUANDO APLICÁVEL;	DURÁVEL	UN	2	R\$ 127,66	R\$ 255,33
341	6147	LAMINA PARA LARINGOSCOPIO RETA N 0 ESPECIFICAÇÕES ADICIONAIS: ILUMINAÇÃO EM LED INTEGRADA ÀS LÂMINAS; CONJUNTO COMPATÍVEL ENTRE CABO E LÂMINAS; PRODUTO REUTILIZÁVEL; LÂMINAS AUTOCLAVÁVEIS, QUANDO APLICÁVEL;	DURÁVEL	UN	2	R\$ 101,05	R\$ 202,10
342	6148	LAMINA PARA LARINGOSCOPIO RETA N 1 ESPECIFICAÇÕES ADICIONAIS: ILUMINAÇÃO EM LED INTEGRADA ÀS LÂMINAS; CONJUNTO COMPATÍVEL ENTRE CABO E LÂMINAS; PRODUTO REUTILIZÁVEL; LÂMINAS AUTOCLAVÁVEIS, QUANDO APLICÁVEL;	DURÁVEL	UN	2	R\$ 126,66	R\$ 253,33
343	6149	LAMINA PARA LARINGOSCOPIO RETA N 2 ESPECIFICAÇÕES ADICIONAIS: ILUMINAÇÃO EM LED INTEGRADA ÀS LÂMINAS; CONJUNTO COMPATÍVEL ENTRE CABO E LÂMINAS; PRODUTO REUTILIZÁVEL; LÂMINAS AUTOCLAVÁVEIS, QUANDO APLICÁVEL;	DURÁVEL	UN	2	R\$ 145,99	R\$ 291,99
344	6150	LAMINA PARA LARINGOSCOPIO RETA N 3 ESPECIFICAÇÕES ADICIONAIS: ILUMINAÇÃO EM LED INTEGRADA ÀS LÂMINAS; CONJUNTO COMPATÍVEL ENTRE CABO E LÂMINAS; PRODUTO REUTILIZÁVEL; LÂMINAS AUTOCLAVÁVEIS, QUANDO APLICÁVEL;	DURÁVEL	UN	2	R\$ 138,66	R\$ 277,32
345	16728	TUBO DE LATEX (GARROTE) DE FIXACAO P/ PUNCAO E COLETA DE SANGUE N 201 PCT C/ 15MTS	DESCARTÁVEL	PC	10	R\$ 60,45	R\$ 604,55
VALOR TOTAL GERAL: R\$ 1.810.934,50 (Um milhão, oitocentos e dez mil, novecentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos)							

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 005/2026

ANEXO II - MODELO - PROPOSTA DE PREÇO ATUALIZADA

À Fundação UNIRG

Proposta atualizada que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ/CGC (MF) n° _____ em conformidade com o Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO - SRP N° 005/2026, Processo Administrativo Eletrônico n° 149/2026, cujo objeto é o Registro de Preços para Futura, Eventual e Parcelada Aquisição de Materiais e Insumos Hospitalares**, destinados a assegurar a continuidade dos serviços assistenciais da Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h de Gurupi/TO, visando ao atendimento das demandas vinculadas ao Primeiro Termo Aditivo ao Convênio n° 01/2025, celebrado entre a Fundação UnirG e o Município de Gurupi/TO, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.

Oferecemos por meio de registro de preços ao Órgão Licitante o preço a seguir indicado, para o fornecimento do objeto conforme descrito no **TERMO DE REFERÊNCIA-ANEXO I do Edital, bem como nesta proposta atualizada na qual constam os itens dos quais restou vencedora conforme elencados na tabela abaixo:**

Item	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	Marca/Modelo	Quant.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
	<i>** deve o proponente especificar o objeto de forma clara, descrevendo detalhadamente as características do produto e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e constatem as configurações cotadas na proposta inicial</i>	(...)	(...)	(...)	R\$... (Valor em algarismo)	R\$... (Valor em algarismo)
VALOR TOTAL: R\$ XXXXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX) (Valor em algarismo e por extenso)						

Dados da empresa:		
Razão Social:		
CNPJ/CGC n°:	Inscrição Estadual n°:	
Endereço:		
CEP:	Cidade:	Estado:
Telefone: (XX)	e-mail comercial:	
Banco:	Agência n°:	Conta n°:

Dados do responsável para assinatura da ARP:		
Nome Completo:		
CPF n°:	RG n°:	
Endereço:		
CEP:	Cidade:	Estado:
Telefone: (XX)	e-mail:	
Cargo/Função que exerce na empresa:		

Prazo de validade da proposta: _____ (_____) dias corridos, contados da data de sua apresentação na plataforma eletrônica;

Local de entrega do objeto: Conforme Edital.

Prazo para entrega: até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento do envio do pedido de compras emitido pela Central de Compras e Licitações da Fundação UNIRG.

Forma de pagamento: Conforme Edital.

Cidade/UF, _____ de _____ de 2026.

 (Assinatura, nome, cargo, RG do representante legal e carimbo da empresa)

OBS.: O Modelo de Proposta de Preços é meramente exemplificativo e deverá ser apresentado no papel timbrado ou carimbo padronizado da empresa, não sendo necessária a transcrição do cabeçalho da Fundação UNIRG, devendo ser observadas as exigências quanto aos elementos próprios constantes do Edital.

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026**ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____/2026****Processo Administrativo Eletrônico: 149/2026****Pregão Eletrônico - SRP nº 005/2026****Validade da ARP: 12 (doze) meses****Código Cidades nº 1709500 (Gurupi - TO)****Processo Interno: XXX/2026****Processo de compras: 1664**

A **FUNDAÇÃO UNIRG**, fundação pública com personalidade jurídica de direito público, entidade da administração descentralizada do município de Gurupi, inscrita no CNPJ sob nº 01.210.830/0001-06, com sede na avenida Pará, nº 2.432, Quadra 20, Lote 01, Setor Waldir Lins II, CEP: 77.423-250, Gurupi/TO, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. **THIAGO PIÑEIRO MIRANDA**, conforme Decreto de nomeação nº 233 de 21 de janeiro de 2021, brasileiro, advogado, portador do RG 612.746 SSP/TO e inscrito no CPF sob nº 964.247.021-72, residente e domiciliado na Rua 80-A, nº 144, Quadra 182, Lote 08, casa 01, Parque Res. Nova Fronteira, nesta cidade de Gurupi -TO, considerando a homologação do **Pregão Eletrônico - SRP nº 005/2026** e **Ato de Ratificação** do Senhor Presidente da Fundação UNIRG, conforme **Termo de Homologação datado em ____/____/2026 (Id nº XXXXX)**, exarado no **Despacho da Presidência nº (Id nº XXXXX)**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 1.589, de 26 de dezembro de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDORA/DETENTORA DA ATA: RAZÃO SOCIAL e nome Fantasia (se tiver), tipo de sociedade (Ltda., S.A, ME etc.), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, Inscrição Estadual nº _____, endereço completo, CEP, telefone, cidade, estado neste ato representada pelo Sr. _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, inscrito no CPF nº _____, nacionalidade, estado civil, profissão, residente e domiciliado endereço, CEP, telefone, cidade, estado.

ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES: Este instrumento, formalizado pelo órgão/entidade gerenciador (a) e o detentor da ata, objetiva atender às demandas dos seguintes órgãos e entidades participantes do registro de preços (**excluir se não houver**)

Item nº	Órgãos/Entidades Participantes	Unidade de medida	Quantidade total

1.d) ADERENTE DE PREÇO: A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do Decreto nº 1.589, de 2023. (**excluir se não houver**).

1. DO OBJETO

1.1. A presente ARP tem por objeto o Registro de Preços para futura, eventual Parcelada **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS HOSPITALARES**, destinados a assegurar a continuidade dos serviços assistenciais da

Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24h de Gurupi/TO, visando ao atendimento das demandas vinculadas ao Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 01/2025, celebrado entre a Fundação UnirG e o Município de Gurupi/TO, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, conforme quantidades e especificações técnicas constantes no Termo de Referência do Edital, nesta Ata de Registro de Preços e na proposta da vencedora.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, DOS QUANTITATIVOS ESTIMADOS DO REGISTRO DE PREÇOS DO OBJETO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

2.1. As especificações técnicas do objeto e seus respectivos quantitativos estimados e valores registrados estão elencados na tabela seguinte:

Item	Descrição	Marca/ Modelo	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total

2.2. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, através de rede bancária, após a confirmação da entrega do objeto, devidamente acompanhado da Nota Fiscal, depois de verificada a regularidade fiscal da Fornecedora/Detentora da ARP.

2.3. O objeto deverá ser entregue, de forma parcelada, conforme determinação da Fundação UNIRG da Fundação UNIRG, no ato da ordem de compra, na **Unidade de Pronto Atendimento – UPA**, localizada na Avenida Fernando de Noronha, nº 322, no Setor Jardim Pauliceia, CEP 77.433-270, Gurupi/TO.

2.4. O prazo de entrega do objeto **não poderá ultrapassar 10 (dez) dias corridos**, contados a partir da assinatura do pedido de compras emitido pela Central de Compras e Licitações da Fundação UNIRG, salvo a ocorrência de calamidade pública, perturbação da ordem, greves ou por outro motivo que a Administração venha a aceitar e considere-o como justo.

2.5. Os recebimentos do objeto do contrato, tanto na condição de provisórios, quanto definitivos, deverão ser realizados conforme o disposto no art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e da seguinte maneira:

2.5.1. **Provisoriamente: em até 03 (três) dias úteis**, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência e acompanhados da devida Nota Fiscal, devendo, neste momento, ser realizada conferência inicial por responsável e, uma vez identificada a conformidade com as especificações técnicas, o canhoto da Nota Fiscal será assinado;

2.5.2. **Definitivamente: em até 03 (três) dias úteis**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

2.6. Os produtos constantes deste instrumento, deverão, obrigatoriamente, estar acondicionados, conforme descrição abaixo:

a) **Das Embalagens:** os produtos deverão ser entregues nas embalagens originais, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, nem aderência ao produto, sem umidade e nem inadequação de conteúdo; devendo, tais embalagens, ser identificadas, com as condições de temperatura exigidas em rótulo e com número do registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde (se preciso for).

a.1) Das embalagens externas: devem apresentar condições corretas de armazenamento dos produtos quanto à temperatura, umidade, ao empilhamento, ressalvado o direito do Órgão Gerenciador de promover a devolução do produto, que não esteja em condições seguras para armazenagem.

a.2) No caso dos termolábeis: devem ser recebidos em caixas térmicas (isopor ou equivalente), com controle de temperatura, lacração e devidamente resfriados.

a.3) Os objetos entregues deverão estar acondicionados de forma compatível com sua conservação, em embalagens lacradas pelo fabricante.

a.4) As embalagens primárias individuais dos Materiais e Insumos Hospitalares (tais como: ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade

(quando for determinado por normativa).

b) Dos rótulos e bulas: Todos os Materiais e Insumos Hospitalares, nacionais ou importados, devem constar nos rótulos e bulas (se for o caso) - o número de lote, a data de fabricação e validade, o nome do responsável técnico, número do registro, dentre outras informações e tudo mais que for necessário para estar conforme a Legislação Sanitária e de acordo com o artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros regulamentos.

c) Responsável técnico: as embalagens devem apresentar o nome do responsável pela fabricação do produto, com o respectivo número do Conselho Regional no qual o profissional é inscrito. O registro do profissional deve ser, obrigatoriamente, o mesmo da unidade federada onde a fábrica está instalada.

d) Do Lote: os números dos lotes devem estar especificados na Nota Fiscal por quantidade de cada Material e Insumo entregue.

e) Prazo de Validade: Somente serão aceitos os Materiais e Insumos Hospitalares que, por ocasião de sua entrega, apresentarem no **mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de seu prazo de validade ainda vigente. Nos casos em que o prazo total for superior a 12 (doze) meses**, por exemplo: se o medicamento possui validade de 24 (vinte e quatro) meses, deverá possuir, no mínimo, 18 (dezoito) meses, contados da data de fabricação, quando da entrega.

f) Transporte: O transporte dos Materiais e Insumos Hospitalares deve ser feito conforme indicado para os respectivos produtos e com proteção quanto a pó e variações de temperatura, sendo que, no caso de produtos termolábeis (os quais tendem a decompor-se sob a influência do calor), a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto.

3. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

3.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

3.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

3.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 3.1.

Dos limites para as adesões

3.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

3.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pela Fundação UnirG não estará sujeita ao limite previsto no item 3.7.

3.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

3.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VIGÊNCIA, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A vigência da ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua publicação no PNCP, cabendo a prorrogação por igual período, ou seja, até dois anos de vigência de acordo com o artigo 84 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, podendo ser renovados os quantitativos originários, desde que comprovado o preço vantajoso e os benéficos para a Administração.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, nos limites dela;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.5.1. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

4.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas no item 8.

4.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.8. Homologado o resultado da licitação, a Fundação Unirg convocará a adjudicatária para assinar a ata de registro de preços, por meio eletrônico – e-mail que tiver sido cadastrado, no prazo de até 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da notificação, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sujeitando-se às penalidades aludidas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.8.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.9. A ata de registro de preços poderá ser firmada por meio de assinatura digital.

4.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.11. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

4.11.1. Convocar os demais licitantes ou fornecedores remanescentes para negociação cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.11.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.12. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.6.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado

contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Não haverá remanejamento das quantidades registradas.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto Municipal nº 1.589, de 2023.

9. DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ARP

9.1. A contratação com o detentor da ARP será formalizada pelos órgãos e entidades participantes, por intermédio de instrumento contratual, pela emissão de nota de empenho de despesa, carta-contrato, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, observado o disposto no Capítulo I do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.1.1. Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

9.2. O prazo para assinatura do contrato, retirada de nota de empenho ou instrumento equivalente, será de ATÉ 05 (cinco) dias úteis, após regular convocação.

9.3. A formalização dos contratos, decorrentes do SRP, deverá ser providenciada dentro do prazo de vigência da ARP.

9.3.1. Na hipótese em que o instrumento de contrato seja substituído por outro instrumento hábil na forma do art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a emissão dos referidos documentos e o seu envio ao detentor da ARP deverá ocorrer dentro do prazo de vigência desta.

9.4. Na assinatura do contrato:

I - Será exigida a comprovação das condições de habilitação fiscal e trabalhista consignadas no edital/Termo de Referência.

II - Será realizada consulta nos cadastros a que se referem o subitem 8.1 do Edital;

10. SUBSTITUIÇÃO DE MARCA OU MODELO DO PRODUTO REGISTRADO

10.1. O órgão gerenciador poderá aceitar que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado na ARP, por comprovado motivo ou por fato superveniente à licitação e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado.

10.2. A aceitação de que trata o subitem 9.1 poderá ser precedida de parecer técnico que ateste as informações prestadas pelo detentor da ata e deverá ser consignada em Termo Aditivo à ARP.

11. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1. São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

11.1.1. Publicar na imprensa oficial do município o extrato da ARP e com a indicação do número da licitação em referência, do objeto e do endereço do portal eletrônico da internet, onde poderão ser obtidas informações mais detalhadas da ARP.

11.1.2. Publicar nos moldes do subitem 10.1.1 eventuais mudanças na ARP, inclusive de detentores da ARP, de marca, de modelo ou de quantitativos dos itens ou de seus respectivos preços.

11.1.3. Divulgar, mediante publicação no seu portal oficial, o preço registrado com indicação dos fornecedores, cuja informação ficará disponível durante a vigência da ARP.

11.1.4. Gerenciar a ata de registro de preços, com a prática, em especial, dos seguintes atos:

11.1.4.1. Indicar para os Órgãos e Entidades Participantes os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de compras, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos;

11.1.4.2. Emitir a autorização de compra;

11.1.4.3. Proceder à atualização periódica dos preços registrados, com o objetivo de verificar a oscilação de mercado e adotar uma das medidas previstas na Cláusula Quarta, se for o caso;

11.1.4.4. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

11.1.4.5. Prorrogar a vigência da ARP, se for o caso, desde que observadas as condicionantes estabelecidas na lei.

11.1.4.6. Aceitar, se for o caso, que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado nesta ata, por comprovado motivo ou por fato superveniente à licitação e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado.

11.1.4.7. Receber a “*solicitação de adesão*” e autorizar, se for o caso, o pedido de adesão à ARP formulado pelos órgãos e as entidades não participantes, por meio do “*termo de adesão*”.

11.1.5. Promover o cancelamento do preço registrado ou da própria ARP, total ou parcialmente, quando presentes as situações previstas na Cláusula Oitava desta Ata.

11.1.6. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações feitas pelos detentores da ARP, relacionadas ao gerenciamento da ata, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

11.1.7. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a Fornecedora não puder cumprir os compromissos assumidos, o Órgão Gerenciador poderá:

- a) Liberar a Fornecedora do compromisso assumido, mediante comunicação antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada à veracidade dos motivos e comprovação apresentados pela mesma não puder cumprir o compromisso; e
- b) Convocar as demais fornecedoras para assegurar igual oportunidade de negociação.

11.2. São obrigações dos ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES da ata:

11.2.1. Consultar o Órgão Gerenciador da ARP para manifestação sobre a possibilidade de adesão quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços;

11.2.2. Solicitar o uso da ARP ao órgão gerenciador, que indicará o fornecedor e os preços que serão praticados, obedecida à ordem de classificação.

11.2.3. Identificar o objeto e os quantitativos que tem interesse em fazer adesão, não excedendo aos quantitativos totais autorizado na Lei dos itens registrados nesta ARP;

11.2.4. Efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, após a autorização do Órgão Gerenciador, dentro o prazo de vigência da ARP;

11.2.5. Realizar todos os atos voltados à execução financeira, inclusive os relacionados à prestação de contas.

11.2.6. Requisitar a autorização e o empenho da despesa correspondente aos pedidos de fornecimento ou de contratação, dentro do prazo de vigência da ARP.

11.2.7. Formalizar a contratação decorrente da ARP.

11.2.8. Controlar os atendimentos de suas demandas por ARP, abrir processo administrativo para juntada de suas solicitações, ordens de utilização deferidas, notas de empenho e notas fiscais emitidas, faturas recebidas e pagas.

11.2.9. Instaurar, no âmbito de suas contratações, procedimento administrativo, em que seja assegurada a ampla defesa e o contraditório, para fins de aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

11.3. São obrigações do DETENTOR/FORNECEDOR DA ARP:

11.3.1. Responsabilizar-se com as despesas concernentes ao fornecimento do objeto compreendendo transporte, fretes, entrega, descarregamento, encargos sociais, tributos, impostos, taxas, seguros e encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer outros encargos que incidam direta ou indiretamente no fornecimento;

11.3.2. Trocar, reparar, corrigir no prazo estipulado e às suas expensas o objeto caso venha a ser recusado no ato de recebimento provisório e/ou definitivo;

11.3.3. Substituir, no prazo já estipulado, o objeto que não esteja dentro do padrão de qualidade exigido, em bom estado de conservação, estocagem e armazenamento, que apresentem defeitos ou não esteja em conformidade com as especificações deste Termo de Referência Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições

de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.3.4. Responder no prazo de até 03 (três) dias as solicitações, pedidos, informações, etc., feitas pelo Órgão Gerenciador e pelos Órgãos e Entidades participantes.

11.3.5. Na hipótese de o preço do mercado se tornar superior aos preços registrados, comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento realizado pelos órgãos e entidades participantes, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido.

11.3.6. Na hipótese de solicitação de revisão de preço, comprovar que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços.

11.3.7. Na hipótese de solicitar a substituição do produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado na ARP, comprovar o motivo ou o fato superveniente à licitação, e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado.

11.3.8. Na hipótese de solicitar o cancelamento do item registrado, comprovar o fato superveniente à assinatura da ARP, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP.

11.3.9. Celebrado o contrato em decorrência da ARP, os órgãos e entidades participantes passam a ser designados como "Contratantes" e o detentor da ata como "Contratado", observadas as obrigações fixadas no Termo de Referência para cada um deles.

11.3.10. Comunicar ao servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da ARP, por escrito e tão logo constatado, qualquer problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para adoção das providências cabíveis e necessárias; A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no Termo de Referência, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

11.3.11. Optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de processo de Adesão à Ata de Registro de Preços, a ser firmada, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ARP, assumidas com o Órgão Gerenciador, observadas as condições nela estabelecidas.

11.3.12. Não participar em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade desta ata, salvo na ocorrência de registro de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital (inciso VIII do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021).

12. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas **no Termo de Referência**.

12.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

12.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto Municipal nº 1.589, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto Municipal nº 1.589, de 2023).

12.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

13. DA PROTEÇÃO DE DADOS

13.1. A Fornecedora declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na Legislação com o intuito de proteger os dados repassados pelo Órgão Gerenciador.

13.2. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o Órgão Gerenciador, para a execução do serviço objeto deste edital terá acesso aos dados pessoais dos representantes e/ou procuradores da Fornecedora, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônicos e residencial, telefone pessoal ou profissional e cópia dos documentos pessoais e comprovante de endereço, sendo que informações serão inseridas e publicadas nos instrumentos contratuais e outros documentos referentes a contratação, cuja publicidade é obrigatória em conformidade com Lei 14.133/2021.

13.3. É vedado as partes à utilização de todo e qualquer dado pessoal ao qual tiver acesso na execução do contrato para finalidade distinta do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

13.4. A Fornecedora fica obrigada a comunicar ao órgão Gerenciador em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como, adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

13.5. Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I AO EDITAL.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)* para que seja publicada produzindo seus efeitos legais.

15. DO FORO

15.1. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da presente ARP, elegem as partes como foro, a Comarca de Gurupi/TO, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Gurupi/TO, aos _____ dias do mês de _____ de 2026.

FUNDAÇÃO UNIRG
Thiago Piñeiro Miranda
ÓRGÃO GERENCIADOR

EMPRESA
Representante
FORNECEDORA REGISTRADA

ANEXO - A - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 005/2026

ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° **XXX**/2026
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 005/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO N° 149/2026
PROCESSO DE COMPRAS: 1764

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS HOSPITALARES, CELEBRADO ENTRE A FUNDAÇÃO UNIRG E A EMPRESA **XXXXXXXXXX.**

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIRG, fundação pública com personalidade jurídica de direito público, entidade da administração descentralizada do município de Gurupi, inscrita no CNPJ sob nº 01.210.830/0001-06, com sede na Avenida Pará, nº 2.432, Quadra 20, Lote 01, Setor Waldir Lins II, CEP: 77.423-250, Gurupi/TO, neste ato representado pelo seu Presidente **Sr. Thiago Piñeiro Miranda**, conforme Decreto de nomeação nº 233 de 21 de janeiro de 2021, brasileiro, advogado, portador do RG 612.746 SSP/TO e inscrito no CPF sob nº 964.247.021-72, residente e domiciliado na Rua 80-A, nº 144, Quadra 182, Lote 08, casa 01, Parque Res. Nova Fronteira, nesta cidade de Gurupi –TO.

CONTRATADA: RAZÃO SOCIAL e nome Fantasia (se tiver), tipo de sociedade (Ltda., S.A, ME etc.), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, Inscrição Estadual nº _____, endereço completo, CEP, telefone, cidade, estado, neste ato representada pelo Sr. _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, inscrito no CPF nº _____, nacionalidade, estado civil, profissão, residente e domiciliado endereço, CEP, telefone, cidade, estado.

As partes acima identificadas resolvem celebrar o presente Contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (ART. 92, I E II)

1.1. O objeto do presente contrato é a **Aquisição de Materiais e Insumos Hospitalares**, destinados a assegurar a continuidade dos serviços assistenciais da Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24h de Gurupi/TO, visando ao atendimento das demandas vinculadas ao Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 01/2025, celebrado entre a Fundação UnirG e o Município de Gurupi/TO, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes neste Contrato.

1.2. Vinculam a esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) O Edital do Pregão Eletrônico SRP nº XXX/2026;
- c) A proposta da contratada;
- d) A Ata de Registro de Preços nº **XXXX**/2026
- e) Demais anexos dos documentos supracitados.

1.3. Os documentos referidos no item anterior complementam este contrato e são considerados suficientes para definir a sua extensão e reger a execução do objeto contratado.

1.4. Este instrumento constitui **contrato de fornecimento decorrente da Ata de Registro de Preços nº **XX**/2026**, firmada em razão do Pregão Eletrônico SRP nº **XXX**/2026, aplicando-se-lhe, no que couber, as condições estabelecidas na referida Ata, desde que compatíveis com a Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A EXECUÇÃO DO CONTRATO E DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

2.1. O presente contrato decorre da homologação do Pregão Eletrônico SRP nº XXX/2026, realizado na forma da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 1.589/2023 e demais normas aplicáveis, bem como do Termo de Homologação e do Despacho da Presidência constantes do Processo Administrativo Eletrônico nº 149/2026, que integram o presente instrumento.

2.2. Os casos omissos deste contrato serão resolvidos pela CONTRATANTE segundo as disposições da Lei nº 14.133/2021 e normas municipais aplicáveis, regendo-se o ajuste pelos preceitos de direito público e, subsidiariamente, pela teoria geral dos contratos e pelas disposições de direito privado, notadamente o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), quando couber.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DOS QUANTITATIVOS DO OBJETO

3.1. A CONTRATADA deverá fornecer os itens constantes na tabela abaixo, nas quantidades contratadas para a FUNDAÇÃO UNIRG, em decorrência da Ata de Registro de Preços nº /2026:

Item	Cod	Descrição	Quant	Unid	V. Unit	V. Total

CLÁUSULA QUARTA - FORMA DE FORNECIMENTO (ART. 92, IV)

4.1. O objeto será solicitado de forma parcelada, conforme a necessidade e conveniência da FUNDAÇÃO UNIRG, mediante emissão de pedido de compra pela Central de Compras e Licitações.

4.1.1. O objeto em desacordo com este Contrato serão rejeitados e deverão ser substituído, conforme determina o Código Defesa do Consumidor.

4.2. O prazo de entrega do objeto não poderá ultrapassar **10 (dez) dias corridos** contados do recebimento da requisição/solicitação podendo este prazo, ser prorrogado, mediante pedido formalizado e justificado pela CONTRATADA, análise e aceite das razões do pedido de prorrogação pela Fundação, através de servidor competente.

4.3. O objeto deverá ser entregue, de forma parcelada, conforme determinação da Fundação UNIRG da Fundação UNIRG, no ato da ordem de compra, na **Unidade de Pronto Atendimento - UPA**, localizada na Avenida Fernando de Noronha, nº 322, no Setor Jardim Pauleiceia, CEP 77.433-270, Gurupi/TO.

4.4. O objeto deverá atender rigorosamente as características e especificações constantes no Termo de Referência e legislações pertinentes, ficando esclarecido que correrá por conta da CONTRATADA todas as despesas com transporte, tributos, embalagens, fretes, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros, encargos ou acessórios, garantias e quaisquer outras despesas que porventura se mostrem necessárias para o completo atendimento quanto a entrega do objeto.

4.5. O objeto deste Contrato será dado como recebido, sendo:

a) **Provisoriamente em até 03 (três) dias úteis**, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência acompanhados da devida Nota Fiscal, devendo neste momento ser realizada conferência inicial por responsável e, caso identificada a conformidade com as especificações técnicas, o canhoto da Nota Fiscal é assinado;

b) **Definitivamente em até 03 (três) dias úteis**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

4.6. A Fundação rejeitará os fornecimentos executados em desacordo com o Termo de Referência e Contrato. Ainda que, após o recebimento definitivo, constatar-se que o fornecimento foi executado em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, sendo a CONTRATADA notificada para que

providencie a correção necessária dentro dos prazos estipulados.

4.6.1. Constatada(s) irregularidade(s) no objeto entregue, a CONTRATANTE poderá:

- a) Se disser respeito à especificação e/ou qualidade do material fornecido, rejeitá-lo, determinando sua substituição em até 05 (cinco) dias úteis, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b) Na hipótese de substituição, que a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Órgão requisitante de imediato, contados da notificação por escrito, mantidos os preços propostos.
- b.1)** A Contratada deverá fazer a reposição dos itens que não preenchem as especificações, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de devolução, sendo que em caso de não aceitação dos medicamentos, a devolução (frete) será por conta da Contratada.

4.7. Não será admitida a entrega parcial ou incompleta do material, obrigando-se a CONTRATADA a atender a quantidade solicitada pela CONTRATANTE.

4.8. Condições de recebimento do objeto:

a) **Embalagens:** os produtos deverão ser entregues nas embalagens originais, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo e com número do registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde.

a.1) As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento dos produtos quanto à temperatura, umidade, empilhamento, ressalvado o direito do Órgão Gerenciador de promover a devolução do produto que não esteja em condições seguras para armazenagem.

a.2) No caso dos termolábeis, devem ser recebidos em caixas térmicas (isopor ou equivalente) com controle de temperatura, lacrada e devidamente resfriada.

a.3) Os objetos entregues deverão estar acondicionados de forma compatível com sua conservação, em embalagens lacradas pelo fabricante.

a.4) As embalagens primárias individuais dos medicamentos (ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

b) **Rotulagens e bulas:** todos os medicamentos, nacionais ou importados, devem ter constado, nos rótulos e bulas, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, dentre outros; e para medicamentos nome genérico e concentração de acordo com a Legislação Sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros.

c) **Responsável técnico:** as embalagens devem apresentar o nome do responsável pela fabricação do produto, com o respectivo número do Conselho Regional no qual é inscrito. O registro do profissional deve ser obrigatoriamente, da unidade federada onde a fábrica está instalada.

d) **Lote:** os números dos lotes devem estar especificados na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento entregue.

e) **Prazo de Validade:** Somente serão aceitos os Materiais e Insumos Hospitalares que, por ocasião de sua entrega, apresentarem no **mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de seu prazo de validade ainda vigente. Nos casos em que o prazo total for superior a 12 (doze) meses**, por exemplo: se o medicamento possui validade de 24 (vinte e quatro) meses, deverá possuir, no mínimo, 18 (dezoito) meses, contados da data de fabricação, quando da entrega.

f) **Transporte:** O transporte dos medicamentos deve ser feito dentro do preconizado para os respectivos produtos e devidamente protegidos quanto a pó e variações de temperatura, sendo que no caso de produtos termolábeis (que tende a decompor-se sob a influência do calor), a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto.

f.1) A Contratada deverá se responsabilizar pela aplicação da Logística Reversa dos resíduos existentes de que trata a Lei nº 12.305 de 02/08/2010.

4.9. Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao fornecimento do objeto, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA sem ônus para a Fundação.

4.10. O recebimento por parte do Órgão Solicitante não modifica, restringe ou elide a plena responsabilidade da Contratada de fornecer produtos de acordo com as condições e especificações contidas no Termo de Referência, e nem invalida qualquer reclamação que o Órgão venha a fazer em virtude de posterior constatação do objeto defeituosos ou fora de especificação, garantida a faculdade de troca/reparação a expensas da CONTRATADA.

4.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/21, comunicando-se à empresa/fornecedora para

providenciar a emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO (ART. 92, VII)

5.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contado da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, estando sua eficácia condicionada à divulgação no PNCP, nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado nos termos do art. 106 c/c 107 da Lei 14.133/2021.

5.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO (ART. 92, V, VI, E § 3º, ART. 124, II, "d" da Lei nº 14.133, de 2021)

6.1. O valor total da contratação é de **RS\$..... (.....)**, O preço é referente ao Pregão Eletrônico N° 029/2025.

6.2. O pagamento será efetuado no prazo de até 30(trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, através de rede bancária, após a confirmação da entrega do objeto, devidamente acompanhado da Nota Fiscal, depois de verificada a regularidade fiscal da Contratada.

6.2.1. O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e vinculado à conta corrente.

6.3. A nota fiscal deverá estar acompanhada do respectivo Termo de Recebimento dos materiais, devidamente assinado por responsável da Fundação UNIRG.

6.4. As demais informações sobre a forma de pagamento se encontra no item 8.1 do Termo de Referência.

6.5. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de 1 (um) ano, contado da data da elaboração do valor estimado da contratação.

6.5.1. Após o interregno de 1 (um) ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do § 7º do art. 25 da Lei 14.133/21.

6.5.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro ano, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.5.3. No caso de atraso ou não divulgação do (s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado (s) o (s) índice (s) definitivo (s).

6.5.4. Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.5.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.5.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.5.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

6.6. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, por acordo entre as partes, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

6.6.1. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6.2. A contratante responderá o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo de **30 (trinta) dias úteis**, contados da solicitação.

6.6.3. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART.92, VIII)

7.1. A despesa decorrente do objeto deste Contrato, correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento da Fundação UNIRG - Dotação Orçamentária: **04.0401.12.122.0019.4.053 (COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS) 3.3.90.30-1.702.0000.000.000 (MATERIAL DE CONSUMO).**

CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA DO PRODUTO E DA EXECUÇÃO, E DA GESTÃO CONTRATUAL (ART. 92, XII, XIII, XVIII)

8.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento definitivo do objeto, sem prejuízo de outra garantia complementar fornecida pelo licitante/fabricante em sua proposta comercial.

8.2. Dentro do prazo de garantia a CONTRATADA deverá trocar/substituir, reparar/corrigir, às suas expensas, o objeto adquirido caso se verifiquem vícios, defeitos, data de validade próxima do vencimento ou incorreções que comprometam sua utilização ou consumo, no **prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis**, contados da notificação por escrito, mantida o preço inicialmente contratado.

8.3. Não haverá exigência de garantia contratual da execução

8.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) gestor e fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, observado o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.5. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.6. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.7. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA (ART. 92, XI XIV, XVI E XVII)

9.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- a). Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o instrumento convocatório e seus anexos;
- b). Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- c). Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- d). Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, e atestar, através de servidor responsável, a(s) Nota(s) Fiscal(is) emitidas pela CONTRATADA;
- e). Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/21;
- f). Providenciar a assinatura e a publicação do Contrato e arcar com as despesas de publicação do extrato deste Contrato;
- g). Receber provisória e definitivamente o objeto solicitado e efetivamente entregue;
- h). Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;
- i). Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e no instrumento convocatório;
- j). Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- k). Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- k.1. Nos termos do art. 123 da Lei nº 14.133/21, a Administração tem o dever de decidir questões contratuais que lhe são apresentadas, caso não haja estabelecido, o prazo para resposta será de 1 (um) mês para decidir.
- l). Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO **no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis**, conforme dispõe o inciso XI do art. 92 da Lei nº 14.133/21;
- m). Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação as novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
- n). Notificar os emitentes das garantias, se houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133/21).
- o). A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- p). Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com o valor contratado, mantendo atualizada a listagem de preços que contemple o objeto, realizando periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade do contrato;
- q). Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA desde que não haja impedimento legal para o ato.

9.2. São obrigações do CONTRATADO:

9.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do instrumento convocatório e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da efetiva execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a). Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, observando-se os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade ambiental, industrial, ABNT, INMETRO, ANVISA, legislações específicas, etc, atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90);
- b). Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto;
- c). Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade à mera fiscalização ou ao acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- d). Indicar Preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para toda a gestão do contrato;
- e). Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

- f). Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato, ou quaisquer outros encargos que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto;
- g). Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na Lei nº 14.133/21, em seu art. 116;
- g.1). A comprovação deverá se dar no prazo fixado pelo fiscal do contrato, hipótese em que deverá indicar os empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, Parágrafo único, da Lei nº 14.133/21).
- h.). Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- i). Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- j). Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatos e/ou fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/21;
- k). Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- l). Comunicar imediatamente e por escrito à Administração, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada que possa influenciar no fornecimento do objeto, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- m). Comunicar a CONTRATANTE da modificação de seu endereço ou informações de contato, sob pena de se considerar inteirada eventuais notificações realizadas no endereço constante no Contrato;
- n). Consultar e certificar-se com antecedência junto ao(s) seu(s) fornecedor(es) quanto aos prazos de entrega do objeto, não cabendo, portanto a alegação de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte dele.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

10.1. Comete infração administrava nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133 de 2021, a CONTRATADA que:

- a) Der causa à inexecução **total ou parcial** de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame
- c) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantivera proposta em especial quando:
- c.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- c.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- c.4. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- d) Não celebrar o contrato ou deixar de entregar a documentação exigida dentro do prazo de sua proposta;
- d.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração
- e) Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto sem motivo justificado;
- f) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- g) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza em especial quando;
- h1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros: a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após a fase de lances.
- i) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetos da licitação;
- j) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Com apoio na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) **Advertência por escrito**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;
- b) **Multa** moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15% (quinze por cento);
- b.1) **Multa** compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- b.2) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- c) **Impedimento de licitar e de contratar** com a Fundação Unirg e o Município, pelo prazo de até dois anos;
- d) **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”, e “d” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

10.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, Fundação Unirg, poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme argo 419 do Código Civil.

10.7. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão própria da Fundação, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.8. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.9. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.11. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.13. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente.

10.14. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133 de 2021, as empresas ou profissionais que:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133 de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.3. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.4. Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do prazo fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS TRIBUTOS

13.1. É da inteira responsabilidade da Contratada os ônus tributários, comerciais, encargos sociais, trabalhistas e de previdência social decorrentes deste Contrato.

13.2. A CONTRATANTE, enquanto fonte retentora, descontará dos pagamentos a efetuar, os tributos a que esteja obrigada pela Legislação vigente, fazendo o recolhimento das parcelas retidas, nos prazos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS

14.1. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na Legislação com o intuito de proteger os dados repassados pela CONTRATANTE.

14.2. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, a CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste edital terá acesso aos dados pessoais dos representantes e/ou procuradores da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônicos e residencial, telefone pessoal ou profissional, e cópia do documento de identificação, sendo que informações referentes ao nome completo, RG, CPF serão inseridas e publicadas nos instrumentos contratuais e outros documentos referentes a contratação, cuja publicidade é obrigatória de acordo com Lei 14.133/2021 e o art. 7º, VI da Lei de Acesso a Informação.

14.3. É vedado as partes à utilização de todo e qualquer dado pessoal ao qual tiver acesso na execução do contrato para finalidade distinta do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

14.4. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar a CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como, adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

14.5. Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à Administração divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º da Lei nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

15.2. Caberá a CONTRATANTE providenciar a publicação resumida deste Instrumento Contratual na imprensa oficial, nos termos do Decreto Municipal nº 304, de 15 de março de 2022, Art. 7º, inciso I.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. A CONTRATADA não terá direito a qualquer indenização, se ocorrer, provisória ou definitivamente, a suspensão da execução do Contrato, por culpa sua, assegurando-lhe, porém, no

caso da rescisão por motivos alheios a sua vontade e sem infração de quaisquer cláusulas e condições contratuais, o pagamento de forma proporcional ao fornecimento efetivamente realizado.

16.2. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total da execução do objeto deste Termo, sem anuência expressa e justificada da CONTRATANTE, sob pena de rescisão e aplicação de sanções pertinente.

16.3. Este instrumento de contrato poderá ser firmado por meio de assinatura digital.

16.4. Todas as comunicações com o Contratado deverão ocorrer, preferencialmente, por meio eletrônico e sendo encaminhadas ao e-mail indicado neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato, elegem as partes como foro da Fazenda e Registros Públicos da Comarca de Gurupi-TO, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

17.2. E, por estarem de acordo, assinam este Contrato os representantes das partes, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Gurupi/TO, aos _____ dias do mês de _____ de 2026.

FUNDAÇÃO UNIRG
Thiago Piñeiro Miranda
CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

CONTRATADA 1 _____ CPF _____

CONTRATADA 1 _____ CPF _____

EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA**AVISO DE LICENÇA**

A Equinor Brasil Energia Ltda. torna público que requereu ao IBAMA a renovação da Licença de Operação (LO) Nº 1417/2018, referente a Atividade de perfuração marítima e testes de curta duração no Campo de Bacalhau Bacia de Santos.

Rio de Janeiro, 6 de abril de 2026.
VERONICA REZENDE COELHO
Presidente

FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE SOBRAL

CNPJ: 04.986.320/0001-13

AVISO DE REGISTRO DE DIPLOMAS

FACULDADE UNINASSAU SOBRAL
SER EDUCACIONAL S/A

Para fins do disposto no art. 21 da Portaria MEC nº 1.095, de 25 de outubro de 2018, esta instituição de Educação Superior informa que foram registrados 24 (VINTE E QUATRO) diplomas no período de 19/02/2026 a 04/03/2026, no seguinte livro de registro e sequência numérica: [livro 1- registro 442418 a 445099]. A relação dos diplomas registrados poderá ser consultada em até quinze dias, no endereço <http://www.uninassau.edu.br/>

Sobral-CE, 10 de março de 2026.
JÂNDER MAGALHÃES TORRES
Diretor Acadêmico

FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE BRASÍLIA

CNPJ: 04.986.320/0063-16

AVISO DE REGISTRO DE DIPLOMAS

FACULDADE UNINASSAU BRASILIA
SER EDUCACIONAL S/A

Para fins do disposto no art. 21 da Portaria MEC nº 1.095, de 25 de outubro de 2018, esta instituição de Educação Superior informa que foram registrados 11 (ONZE) diplomas no período de 27/01/2026 a 29/01/2026, nos seguintes livros de registro e sequências numéricas: [livro 1- registro 435501 a 437185]. A relação dos diplomas registrados poderá ser consultada em até quinze dias, no endereço <http://www.uninassau.edu.br/>

Brasília-DF, 30 de janeiro de 2026.
MICHELLE DA ROSA LOPES
Diretor(a) da Unidade

**FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, DE SERVIÇOS
E TURISMO DO ESTADO DO TOCANTINS****AVISO****ENCERRAMENTO DE REGISTRO DE CHAPAS**

A Comissão Eleitoral da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Tocantins, pelo seu Presidente, em cumprimento às disposições legais e estatutárias que regem a Entidade, especialmente no que dispõe Artigo 10, letra "c", do Regulamento Eleitoral, faz saber que às 18h, do dia 02 de abril de 2026, na Secretaria Eleitoral, que funciona na sede da Fecomércio, localizada na Quadra 101 Norte, Av. Teotônio Segurado, Conjunto 01, Lote 02, Palmas - TO CEP: 77.0001-004, foi encerrado o prazo para registro de chapas, verificando que foi procedido um único registro de chapa para concorrer às eleições, chapa esta denominada de "UNIDOS PARA VENCER", composta pelos seguintes membros: Presidente: Domingos Tavares de Sousa, 1º Vice Presidente: Willians Santos Ferreira, 2º Vice Presidente: ROMEU CAPRA, 3º Vice Presidente: ANSELMO JOSÉ MARTINS DA SILVA MORAES, 4º Vice Presidente: Maria de Fátima de Jesus, Vice Presidente da Região Norte: VICENTE DE PAULO RIBEIRO, Suplente de Vice Presidente da Região Norte: Idelmon Costa de Carvalho, Vice Presidente da Região Sul: Cristiano Pisoni, Suplente de Vice Presidente da Região Sul: MARIA LÚCIA DORTA POMPEU, Diretor Tesoureiro: VALDEMIR DE SÁ, Diretor Sindical: RUBENS PEREIRA DA LUZ, Suplente de Diretor Sindical: Ronnyer Anderson da Silva, Conselheiros Fiscais titulares: GILMAR JOSÉ BONZANINI, Sandra Regina da Silva e ROBERTO VIEIRA DO PRADO; Conselheiros Fiscais Suplentes: Ary José Pereira Vasconcelos, DAVI APARECIDO SILVA PEREIRA e Fabiano Roberto Matos do Vale Filho; Representante Titulares junto à CNC: Domingos Tavares de Sousa e VICENTE DE PAULO RIBEIRO; e Representantes suplentes junto à CNC: WILLIANS SANTOS FERREIRA e ROMEU CAPRA. Diante do exposto, amparado no Artigo 11, do Regulamento Eleitoral da Fecomércio/TO, declaro aberto o prazo de 5 dias, após a publicação deste, para impugnação de Registro de Candidaturas.

Palmas-TO, 6 de abril de 2026.
VALCY BARBOZA RIBEIRO
Presidente da Comissão Eleitoral

FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS TRABALHADORES VIGILANTES**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

A FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS TRABALHADORES VIGILANTES, EMPREGADOS DE EMPRESAS DE SEGURANÇA, VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES, DOS TRABALHADORES EM SERVIÇOS DE SEGURANÇA, VIGILÂNCIA, SEGURANÇA PESSOAL E PATRIMONIAL, DOS EMPREGADOS DE ESCOLAS E CURSOS DE FORMAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO E RECICLAGEM DE VIGILANTES, DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE VIGILÂNCIA ORGÂNICA, DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA, DOS EMPREGADOS NOS DEPARTAMENTOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA DE ESTABELECIMENTOS OU EMPRESAS DE OUTRAS ATIVIDADES ECONÔMICAS PRIVADAS, E DE TODOS OS TRABALHADORES QUE COMPÕE A CATEGORIA PROFISSIONAL COM BASE TERRITORIAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, RIO GRANDE DO NORTE, PARAÍBA, PIAUI E MARANHÃO - FINTERVIG, CNPJ Nº 48.700.893/0001-04, por seu representante legal, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os membros das entidades filiadas, em gozo com suas atribuições estatutárias, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada de forma totalmente online, por meio da plataforma Zoom, no dia 22/04/2026, nos seguintes horários: Primeira convocação: às 20h00min, com a presença da maioria absoluta dos membros das entidades filiadas e em segunda convocação, às 20h30min, com qualquer número de entidades filiadas presentes.

ORDEM DO DIA:

1. Deliberação sobre a autorização para assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho dos Vigilantes do Estado do Piauí (CCT 2026);
 2. Autorização para que a Federação represente os trabalhadores abrangidos, praticando todos os atos necessários à formalização da referida Convenção;
 3. Autorização para adoção de todas as medidas administrativas e legais necessárias à efetivação do instrumento coletivo, incluindo: assinatura junto à entidade patronal; divulgação da Convenção; registro e inserção no sistema competente do Ministério do Trabalho; comunicação aos órgãos e entidades que se fizerem necessários.
 4. Assuntos gerais;
- O link de acesso à reunião será encaminhado previamente às entidades filiadas membros da FINTERVIG por meio eletrônico.

Rio Grande do Norte-RN, 1º de abril de 2026.
ALUIZIO GOMES FERNANDES
Presidente

**FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS
DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVAÍ E JUNDIAÍ**

CNPJ 11.513.961/0001-16

AVISO DE RETIFICAÇÃO

Em 08/12/2025 foi publicado o Terceiro Termo Aditivo de Prazo ao Contrato de Transferência 002/2022, firmado pelo Sanebavi-Saneamento Básico Vinhedo, SP, CNPJ 06.252.986/0001-73; junto à Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ), Gestor do Programa, CNPJ 11.513.961/0001-16 e tendo como Interveniente Anuente a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, CNPJ 00.360.305/0001-04. Na descrição do Objeto, onde se lê: "encerrando-se no dia 7 de agosto de 2026", leia-se: "7 de junho de 2026".

Piracicaba, 6 de abril de 2026.
SERGIO RAZERA
Diretor-Presidente

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 32/2026**

Processo nº 420093. Objeto: Biorreator Minifors 2, Fabricante: INFORS AG através do exportador INFORS AG; para atender a solicitação do coordenador do projeto Prof Dr SIDNEI CERQUEIRA DOS SANTOS, para uso exclusivo em pesquisa. Fundamento Legal: Artigo 74, inciso I da Lei 14.133/2021. Justificativa: Fabricante exclusivo. Perfazendo o valor total de 49.457,00 CHF (Quarenta e nove mil, Quatrocentos e cinquenta e sete Franco suíços), equivalente ao valor total estimado de R\$ 346.955,13 (Trezentos e quarenta e seis Mil, Novecentos e cinquenta e cinco Reais e treze Centavos). Ratificação em 31.03.2026 pela Diretora Executiva Prof.ª Dr.ª Flávia Aparecida de Oliveira. Recurso: FINEP - Convênio 01.25.0502.00

FUNDAÇÃO DE APOIO À TECNOLOGIA E CIÊNCIA**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Convênio: 966832/2024. Projeto: "Estabelecer um programa de monitoramento de contaminantes em água e solo nos ambientes afetados pelas enchentes que oco...". OBJETO: Material de uso e consumo. FORNECEDOR: LABSYNTH PRODUTOS PARA LAB.LTDA - LOJA SYNTH (51.462.471/0001-52). VALOR: R\$ 2.015,82. LEI 14.133/21, ARTIGO 75 INCISO IV, 'C'. ELIANA HOFFMANN(Com. Licitações).

FUNDAÇÃO DE APOIO À UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2026**

A FAPUNIFESP, torna público, que fará licitação na modalidade pregão eletrônico, no dia 16/04/2026 às 10:00hs, tendo o objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos de digitalização de acervo documental, compreendendo as etapas de coleta em lotes, preparação física, captura, tratamento de imagem, OCR, geração de arquivos PDF/A (ISO 19005), extração e registro de metadados, hospedagem temporária em nuvem, devolução física e entrega técnica das teses e dissertações da Escola Paulista de Medicina e da Escola Paulista de Enfermagem da UNIFESP, conforme as especificações técnicas e quantitativos detalhados neste Termo de Referência. Através do endereço www.licitacoes-e.com.br.

São Paulo-SP, 6 de abril de 2026.
LEVY TEIXEIRA
Pregoeiro

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PONTA GROSSA**AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2026**

Ratificação de Inexigibilidade de Chamamento Público
Inexigibilidade n.º 01/2026

A FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PONTA GROSSA realizou no dia 01 de abril de 2026, Inexigibilidade de Chamamento Público, nos termos do Art. 31 da Lei nº 13019/14. Objeto: Celebração de Termo de Colaboração para execução de Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade para Pessoas com Deficiência e suas Famílias, entidade beneficiária expressa do recurso oriundo da Emenda Parlamentar sob nº 202530410003 de indicação do Deputado Federal Aliel Machado cadastrada no ESTRUTURA SUAS sob a Programação nº 411990520250006 Resolução CMAS nº 050/2025. Fornecedor: ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE PONTA GROSSA - 79.261.210/0001-93.

Valor máximo: R\$50.000,00 (cinquenta mil reais). Informações junto a Supervisão de Compras e Licitações, sito à Travessa Pasteur, 50 - Centro, no horário das 09 às 17 horas, ou pelo telefone (42) 3220-1065 - Ramal 2372. A íntegra do Termo de Inexigibilidade consta nos sites: servicos.pontagrossa.pr.gov.br/portaltransparencia/5/ e pncp.gov.br.

Em 2 de abril de 2026.
TATYANA DENISE BELO
Presidente da FASPG

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE VOTUPORANGA**AVISO****REGISTRO DE DIPLOMAS**

Centro Universitário de Votuporanga. Para fins do disposto no art. 21 da Portaria MEC nº 1.095 de 25/10/2018, esta instituição de Ensino Superior informa que foram registrados 7 diplomas no período de 03/03/2026 à 31/03/2026, no seguinte livro de registro e sequências numéricas: Livro 110: registros de 16696 a 68921. A relação dos diplomas registrados poderá ser consultada em até quinze dias, no endereço <http://unifev.edu.br>

Votuporanga, 31 de março de 2026.
OSVALDO GASTALDON
Reitor

FUNDAÇÃO UNIRG**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2026 - SRP**

A Fundação UNIRG torna público que realizará licitação, na seguinte conformidade conforme Processo Administrativo Eletrônico - PAE nº: 149/2026 PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 5/2026

Critério de Julgamento - MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: o registro de preços para futura, eventual e parcelada AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS HOSPITALARES, destinados a assegurar a continuidade dos serviços assistenciais da Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h de Gurupi/TO, visando ao atendimento das demandas vinculadas ao Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 01/2025, celebrado entre a Fundação UnirG e o Município de Gurupi/TO, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, conforme quantitativo estimado e descrição constantes no Termo de Referência - Anexo I do Edital.



Recebimento das propostas até: 20/04/2026 às 08:50 h (Horário de Brasília)

ABERTURA DA SESSÃO: 20/04/2026 às 9:00 h (Horário de Brasília)
LOCAL: Aplicativo no web-site: www.portaldecompraspublicas.com.br
Itens: Ampla Concorrência e Exclusivo para Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte EPP e Microempreendedores Individuais - MEI.
A cópia do Edital poderá ser retirada no portal www.unirg.edu.br/unitransparencia, através do e-mail cpl@unirg.edu.br ou pelo telefone: (63) 3612-7723.

Gurupi-TO, 6 de abril de 2026.
TELMA PEREIRA DE SOUSA MILHOMEM
Pregoeira

INSTITUTO CAMPINENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA

CNPJ: 05.933.016/0001-70

AVISO DE REGISTRO DE DIPLOMAS

UNAMA PARQUE SHOPPING
INSTITUTO CAMPINENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA.

Para fins do disposto no art. 21 da Portaria MEC nº 1.095, de 25 de outubro de 2018, esta instituição de Educação Superior informa que foram registrados 23 (VINTE E TRÊS) diploma no período de 26/01/2026 a 04/02/2026, no seguinte livro de registro e sequência numérica: [livro 1- registro 435452 a 438680]. A relação dos diplomas registrados poderá ser consultada em até quinze dias, no endereço <http://www.unama.br/>.

Belém-PA, 20 de fevereiro de 2026.
EDEN FERNANDO BATISTA FERREIRA
Diretor de Unidade

INSTITUTO CAMPINENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA

CNPJ: 04.986.320/0052-63

AVISO DE REGISTRO DE DIPLOMAS

UNAMA FACULDADE DA AMAZONIA DE MARABA
SER EDUCACIONAL S.A.

Para fins do disposto no art. 21 da Portaria MEC nº 1.095, de 25 de outubro de 2018, esta instituição de Educação Superior informa que foi registrado 17 (DEZESSETE) diplomas no período de 17/01/2026 a 22/01/2026, no seguinte livro de registro e sequência numérica: [livro 1- registro 433350 a 434237]. A relação dos diplomas registrados poderá ser consultada em até quinze dias, no endereço <http://www.unama.br/>.

Marabá-PA, 30 de janeiro de 2026.
RAQUEL BARBOZA DA SILVA PESSOA
Secretária Geral

IDEA - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL AVANÇADO LTDA

AVISO DE REGISTRO DE DIPLOMAS

A Faculdade ESAMC Uberlândia, mantida pela IDEA - Instituto de Desenvolvimento Educacional Avançado - LTDA, CNPJ 03.158.213/0001-34, para fins do disposto no art. 21 da Portaria MEC nº 1.095, de 25 de outubro de 2018, informa que foram registrados 74 [setenta e quatro] diplomas, no período de 08/01/2026 a 18/03/2026, nos seguintes livros de registro e sequências numéricas: [Livro 3 - registros nº: (64 a 66); (135 a 183); (189); (198 a 205); (207 a 2018); e (220)]. A relação dos diplomas registrados poderá ser consultada em até quinze dias, no endereço <https://waeweb.esamcuberlandia.com.br/waeweb/servlet/hwmlgnd>.

Uberlândia, 20 de março de 2026.
MARIA ODETE PEREIRA MUNDIM
Coordenadora Acadêmica

INSTITUTO ALCIDES D'ANDRADE LIMA

EXTRATO DE CONTRATO

Modalidade: Cotação Eletrônica nº. 003/2025
Objeto: Aquisição Equipamentos.

Fonte de Recursos: Convênio nº. 961271/2024

CONTRATO Nº 001/2026

Contratante: Instituto Alcides d' Andrade Lima-IAAL. Contratada: Empresa Maxi Trust Power LTDA, valor de R\$ 477.407,00. Pelo Contratante: Juliana Garahy Regus - Procuradora. Pela contratada: Marco Antonio Donikian- Representante Legal.

INSTITUTO NACIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO, EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

AVISO DE REGISTRO DE DIPLOMAS

O Centro Universitário FAEP, mantida pela INEEQ Instituto Nacional de Especialização, Educação e Qualificação Profissional. Sob CNPJ 22.948.791/0001-19 para fins do disposto no art. 21 da Portaria MEC nº 1.095, de 25 de outubro de 2018, o Centro Universitário FAEP informa que foram registrados 604 (Seiscentos e Quatro) diplomas pelo Centro Universitário FAEP, no período de 05 de março de 2026 a 06 de abril de 2026, sob seguintes livros de registro e sequências numéricas: Livro 03 - registros nº 1265 a 1868. A relação dos diplomas registrados poderá ser consultada no endereço <https://faculdadespaulistanas.edu.br/consulta/>

São Paulo-SP, 6 de abril de 2026.
JULIA LIMA GUIMARÃES
Secretária Geral

ORLANDO CARLOS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA

CNPJ/MF nº 00.635.698/0001-11

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA VIRTUAL GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A administração convoca os senhores cotistas a se reunirem em assembleia virtual geral ordinária e extraordinária, a ser realizada no dia 15 de abril de 2026, às 17:30, por vídeo conferência na plataforma Google Meet, no link: <https://meet.google.com/bym-azbz-ekk>, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025; (ii) destinação de lucros e distribuição de dividendos; (iii) alteração de endereço da matriz; (iv) alteração da cláusula 5.5 do contrato social; (v) cessão de participações societárias para holdings patrimoniais, pelos respectivos sócios pessoas físicas. Os cotistas poderão participar pessoalmente ou por representante devidamente habilitado, desde que munido de: (a) documento de identidade; (b) se for o caso, instrumento de mandato outorgado na forma da lei, há menos de um ano, devendo o procurador ser cotista, administrador da sociedade ou advogado, (c) demais documentos de habilitação. Os documentos descritos ou suas cópias autenticadas deverão ser depositados no departamento jurídico da sociedade (Goiânia) ou encaminhados ao e-mail juridico.go@gruposjorlan.com, com

antecedência mínima de trinta minutos da realização da assembleia. Nesta última hipótese, os originais deverão ser entregues no primeiro dia útil seguinte, no mesmo local. Será considerado ausente o cotista que não se fizer presente na sala de reunião em até cinco minutos após do horário de abertura dos trabalhos ou que não apresentar os documentos exigidos neste edital.

Brasília-DF, 2 de abril de 2026.
ORLANDO CARLOS DA SILVA JÚNIOR
LUÍS FERNANDO MACHADO E SILVA
REGINA MARIA MACHADO E SILVA
Administradores

ORME SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA

AVISO DE REGISTRO DE DIPLOMAS

A Faculdade Anhanguera de Contagem (13684) mantida pela Orme Serviços Educacionais Ltda sob CNPJ 05.478.567/0001-91, para fins do disposto no art. 21 da Portaria MEC nº 1.095, de 25 de outubro de 2018, informa que foram registrados 70 (Setenta) diplomas no período de 29/09/2025 a 06/03/2026, nos seguintes livros de registro e sequências numéricas: livro 70 - registros SRD_114-1593 a SRD_114-1596; livro 71 - registros SRD_114-1597 a SRD_114-1598; livro 72 - registros SRD_114-1599 a SRD_114-1644; livro 73 - registros SRD_114-1645 a SRD_114-1661; livro 74 - registros SRD_114-1662 a SRD_114-1663. A relação dos diplomas registrados poderá ser consultada em até quinze dias, no endereço www.anhanguera.com

Contagem - MG, 27 de março de 2026.
ISADORA FERREIRA COSTA FARIA
Representante Legal

AVISO DE REGISTRO DE DIPLOMAS

A Faculdade Anhanguera de Governador Valadares (13743) mantida pela Orme Serviços Educacionais Ltda sob CNPJ 05.478.567/0001-91, para fins do disposto no art. 21 da Portaria MEC nº 1.095, de 25 de outubro de 2018, informa que foram registrados 195 (Cento e noventa e cinco) diplomas no período de 29/09/2025 a 06/03/2026, nos seguintes livros de registro e sequências numéricas: livro 74 - registros SRD_115-2880; livro 75 - registros SRD_115-2881 a SRD_115-2883; livro 76 - registros SRD_115-2884 a SRD_115-2885; livro 77 - registros SRD_115-2886 a SRD_115-3040; livro 78 - registros SRD_115-3041 a SRD_115-3077; livro 79 - registros SRD_115-3079. A relação dos diplomas registrados poderá ser consultada em até quinze dias, no endereço www.anhanguera.com

Governador Valadares - MG, 27 de março de 2026.
ISADORA FERREIRA COSTA FARIA
Representante Legal

AVISO DE REGISTRO DE DIPLOMAS

A Faculdade Anhanguera de Maceió (14429) mantida pela Orme Serviços Educacionais Ltda sob CNPJ 05.478.567/0001-91, para fins do disposto no art. 21 da Portaria MEC nº 1.095, de 25 de outubro de 2018, informa que foram registrados 120 (Cento e vinte) diplomas no período de 29/09/2025 a 06/03/2026, nos seguintes livros de registro e sequências numéricas: livro 71 - registros SRD_116-2273; livro 72 - registros SRD_116-2274 a SRD_116-2275; livro 73 - registros SRD_116-2276 a SRD_116-2278; livro 74 - registros SRD_116-2279 a SRD_116-2280; livro 75 - registros SRD_116-2281 a SRD_116-2372; livro 76 - registros SRD_116-2374 a SRD_116-2393; livro 77 - registros SRD_116-2394 a SRD_116-2396. A relação dos diplomas registrados poderá ser consultada em até quinze dias, no endereço www.anhanguera.com

Maceió - AL, 27 de março de 2026.
ISADORA FERREIRA COSTA FARIA
Representante Legal

AVISO DE REGISTRO DE DIPLOMAS

A Faculdade Anhanguera de Belo Horizonte (1818) mantida pela Orme Serviços Educacionais Ltda sob CNPJ 05.478.567/0001-91, para fins do disposto no art. 21 da Portaria MEC nº 1.095, de 25 de outubro de 2018, informa que foram registrados 676 (Seiscentos e setenta e seis) diplomas no período de 29/09/2025 a 06/03/2026, nos seguintes livros de registro e sequências numéricas: livro 37 - registro SRD_45-13813 a SRD_45-13814; livro 79 - registros SRD_45-13815; livro 80 - registros SRD_45-13816 a SRD_45-13841; livro 81 - registros SRD_45-13842 a SRD_45-13859; livro 82 - registros SRD_45-13860 a SRD_45-13879; livro 83 - registros SRD_45-13880 a SRD_45-14323; livro 84 - registros SRD_45-14324 a SRD_45-14439; livro 85 - registros SRD_45-14440 a SRD_45-14448; livro 75 - registros SRD_85-1559; livro 76 - registros SRD_85-1560 a SRD_85-1566; livro 77 - registros SRD_85-1567 a SRD_85-1571; livro 78 - registros SRD_85-1572 a SRD_85-1574; livro 79 - registros SRD_85-1575 a SRD_85-1596; livro 80 - registros SRD_85-1597 a SRD_85-1604; livro 81 - registros SRD_85-1605 a SRD_85-1606. A relação dos diplomas registrados poderá ser consultada em até quinze dias, no endereço www.anhanguera.com

Belo Horizonte - MG, 27 de março de 2026.
ISADORA FERREIRA COSTA FARIA
Representante Legal

AVISO DE REGISTRO DE DIPLOMAS

A Faculdade Anhanguera de Petrolina (22158) mantida pela Orme Serviços Educacionais Ltda sob CNPJ 05.478.567/0001-91, para fins do disposto no art. 21 da Portaria MEC nº 1.095, de 25 de outubro de 2018, informa que foram registrados 9 (Nove) diplomas no período de 29/09/2025 a 06/03/2026, nos seguintes livros de registro e sequências numéricas: livro 1 - registros SRD_1823-2; livro 2 - registros SRD_1823-3 a SRD_1823-10. A relação dos diplomas registrados poderá ser consultada em até quinze dias, no endereço www.anhanguera.com

Pouso Alegre - MG, 27 de março de 2026.
ISADORA FERREIRA COSTA FARIA
Representante Legal

AVISO DE REGISTRO DE DIPLOMAS

A Faculdade de Ciências Jurídicas de Itumbiara (22161) mantida pela Orme Serviços Educacionais Ltda sob CNPJ 05.478.567/0001-91, para fins do disposto no art. 21 da Portaria MEC nº 1.095, de 25 de outubro de 2018, informa que foram registrados 6 (Seis) diplomas no período de 29/09/2025 a 06/03/2026, nos seguintes livros de registro e sequências numéricas: livro 1 - registros SRD_1844-1 a SRD_1844-6. A relação dos diplomas registrados poderá ser consultada em até quinze dias, no endereço www.anhanguera.com

Pouso Alegre - MG, 27 de março de 2026.
ISADORA FERREIRA COSTA FARIA
Representante Legal



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 07/04/2026 | Edição: 65 | Seção: 3 | Página: 217

Órgão: Ineditoriais/Fundação Unirg

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2026 - SRP

A Fundação UNIRG torna público que realizará licitação, na seguinte conformidade conforme Processo Administrativo Eletrônico - PAE nº: 149/2026

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 5/2026

Critério de Julgamento - MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: o registro de preços para futura, eventual e parcelada AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS HOSPITALARES, destinados a assegurar a continuidade dos serviços assistenciais da Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h de Gurupi/TO, visando ao atendimento das demandas vinculadas ao Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 01/2025, celebrado entre a Fundação UnirG e o Município de Gurupi/TO, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, conforme quantitativo estimado e descrição constantes no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

Recebimento das propostas até: 20/04/2026 às 08:50 h (Horário de Brasília)

ABERTURA DA SESSÃO: 20/04/2026 às 9:00 h (Horário de Brasília)

LOCAL: Aplicativo no web-site: www.portaldecompraspublicas.com.br

Itens: Ampla Concorrência e Exclusivo para Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte EPP e Microempreendedores Individuais - MEI.



A cópia do Edital poderá ser retirada no portal www.unirg.edu.br/unitransparencia, através do e-mail cpl@unirg.edu.br ou pelo telefone: (63) 3612-7723.

Gurupi-TO, 6 de abril de 2026.

TELMA PEREIRA DE SOUSA MILHOMEM

Pregoeira

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

PORTARIA AGRF Nº 033, DE 07 de ABRIL de 2026.

Dispõe sobre a designação de servidor Municipal para recebimento, fiscalização e atesto de nota fiscal da Agência Gurupiense de Regulação e Fiscalização.

A **AGÊNCIA GURUPIENSE DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - AGRF**, autarquia de regime especial, com personalidade jurídica de direito público, instituída por meio da Lei Municipal 2.462 de 03 de novembro de 2019, inscrita no CNPJ 35.713.138/0001-12, com sede na Rua de 14 Novembro, nº 1.500, Setor Central, 77405-070, Gurupi/TO, neste ato representada por sua Presidente, Rosânia de Jesus Aguiar, brasileira, divorciada, Advogada, inscrita no CPF nº 388.902.911-68 e RG nº 2229591- 2. A VIA SSP-GO.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR o Servidor **RUYTER THYAGO LEMOS MORAIS**, para responder pelo recebimento, fiscalização e atesto das notas fiscais, desta secretaria, referente ao Processo Licitatório Nº 2024001711, o Pregão Eletrônico Nº PE/2024.012-GPI-SRP-SECAD -REPUBLICADO, Ata de Registro de Preços Nº 011/2024, que tem como objetivo a **Locação de Veículos automotores**.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na sua publicação, **retroagindo seus efeitos ao dia 01 de Abril de 2026**.

Art. 3. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE no Diário Oficial do Município de Gurupi e CUMPRA-SE.

Atenciosamente,

ROSÂNIA DE JESUS AGUIAR

Presidente AGRF Agência Gurupiense de Regulação e Fiscalização
Decreto Nº 1.091/2024

Fundação Unirg**AVISO DE LICITAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIRG**

A **Fundação UNIRG** torna público que realizará Licitação, em conformidade com o constante no Processo Administrativo Eletrônico - PAE nº 149/2026.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

Critério de Julgamento - MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS HOSPITALARES, destinados a assegurar a continuidade dos serviços assistenciais da Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24h de Gurupi/TO, visando ao atendimento das demandas vinculadas ao Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 01/2025, celebrado entre a Fundação UnirG e o Município de Gurupi/TO, conforme condições, quantitativo estimado e descrição constantes no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 20/04/2026 às 08:50h (Horário de Brasília).

ABERTURA DA SESSÃO: 20/04/2026 às 9:00h (Horário de Brasília).

LOCAL: Aplicativo no web-site: www.portaldecompraspublicas.com.br

Com itens para Ampla Concorrência e Exclusivo para Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte EPP e Microempreendedores Individuais - MEI.

A cópia do Edital poderá ser retirada no portal www.unirg.edu.br/unitransparencia, através do e-mail cpl@unirg.edu.br ou pelo telefone: (63) 3612-7723.

Gurupi - TO, aos 07 dias de abril de 2026.

Telma Pereira de Sousa Milhomem
Agente da Contratação/Pregoeira
Fundação UNIRG

**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIRG**

A **Fundação UNIRG** torna público que realizará Dispensa de Licitação nº. 016/2026, conforme Processo Administrativo Eletrônico - PAE nº: 1401/2026

Objeto: AQUISIÇÃO DE PAINEL DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA (ATS) TRIFÁSICO 380V, COMPATÍVEL COM O GRUPO GERADOR TOYAMA TDG8500, PARA RESTAURAÇÃO DO SISTEMA DE ENERGIA ININTERRUPTA DO DATACENTER CENTRAL, VISANDO GARANTIR A CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES DA UNIVERSIDADE DE GURUPI – UNIRG

Data limite para apresentação da proposta e dos documentos de habilitação: 10/04/2026 até às 17h00min (Horário de Brasília)

E-mail para recebimento de proposta: proposta_compras@unirg.edu.br

A cópia do Edital poderá ser retirada no portal www.unirg.edu.br/unitransparencia, através do e-mail cpl@unirg.edu.br ou pelo telefone: (63) 3612-7723.

Gurupi/TO, 07 de abril de 2026.

Stefânia Limeira Xavier
Operador de Compra Direta da Fundação UNIRG

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
CONTRATO ADMINISTRATIVO 006/2025**

Processo Administrativo Eletrônico nº 3052/2024

A Fundação UNIRG, torna público, o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 006/2025, firmado com a empresa **NOBRE GOURMETERIA LTDA**, CNPJ nº 08.336.485/0001-09, no valor total de **R\$ 247.625,00 (Duzentos e quarenta e sete mil, seis-**



(<https://portalimediato.com>)

Editais (<https://portalimediato.com/categoria/editais/>)

AVISO DE LICITAÇÃO FUNDAÇÃO UNIRG – Processo Administrativo Eletrônico – PAE nº 149/2026

Redação / Portal Imediato (<https://portalimediato.com/author/userredacao/>)

08/04/2026 (<https://portalimediato.com/author/userredacao/>)
08:41 (<https://portalimediato.com/author/userredacao/>)



Foto – Reprodução

A **Fundação UNIRG** torna público que realizará Licitação, em conformidade com o constante no Processo Administrativo Eletrônico – PAE nº 149/2026.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

Critério de Julgamento – MENOR PREÇO POR ITEM



OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS HOSPITALARES, destinados a assegurar a continuidade dos serviços assistenciais da Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24h de Gurupi/TO, visando ao atendimento das demandas vinculadas ao Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 01/2025, celebrado entre a Fundação UnirG e o Município de Gurupi/TO, conforme quantitativo estimado e descrição constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 20/04/2026 às 08:50h (Horário de Brasília).

ABERTURA DA SESSÃO: 20/04/2026 às 9:00h (Horário de Brasília).

LOCAL: Aplicativo no web-site: www.portaldecompraspublicas.com.br

Com itens para Ampla Concorrência e Exclusivo para Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte EPP e Microempreendedores Individuais – MEI.

A cópia do Edital poderá ser retirada no portal www.unirg.edu.br/unitransparencia (<http://www.unirg.edu.br/unitransparencia>), através do e-mail cpl@unirg.edu.br (<mailto:cpl@unirg.edu.br>) ou pelo telefone: (63) 3612-7723.

Gurupi – TO, aos 07 dias de abril de 2026.

Telma Pereira de Sousa Milhomem

Agente da Contratação/Pregoeira – Fundação UNIRG

TAGS: EDITAIS ([HTTPS://PORTALIMEDIATO.COM/CATEGORIA/EDITAIS/](https://portalimediato.com/categoria/editais/))

COMPARTILHE:     

